

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

AGATHA SANT'ANNA DA COSTA FRANCO

COMUNICAÇÃO E SAÚDE NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL:
o caso da Usina Hidrelétrica Belo Monte

Rio de Janeiro

2016

AGATHA SANT'ANNA DA COSTA FRANCO

COMUNICAÇÃO E SAÚDE NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL:
o caso da Usina Hidrelétrica Belo Monte

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em informação e comunicação em saúde (Icict) para obtenção do grau de Mestre em Ciências.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Márcia de Oliveira Teixeira

Rio de Janeiro

2016

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca de Ciências Biomédicas/ ICICT / FIOCRUZ – RJ

F825 Franco, Agatha Sant'Anna da Costa.

Comunicação e saúde no licenciamento ambiental: o caso da Usina Hidrelétrica
Belo Monte. / Agatha Sant'Anna da Costa. – Rio de Janeiro, 2016.
ix, 144 f. : il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) - Instituto de Comunicação e Informação Científica e
Tecnológica em Saúde, Pós-Graduação em Informação e Comunicação em saúde,
2016.

Bibliografia: f. 117-125

1. Comunicação. 2.Saúde.. 3.Licenciamento ambiental. 4. UHE Belo Monte. I.
Título

CDD 343.09290263

AGATHA SANT'ANNA DA COSTA FRANCO

COMUNICAÇÃO E SAÚDE NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL
o caso da Usina Hidrelétrica Belo Monte

Orientador (a):

Profª Drª Márcia de Oliveira Teixeira
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, EPSJV/FIOCRUZ

Profª Drª Janine Cardoso Miranda
Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde,
PPGICS/FIOCRUZ

Prof. Dr. Carlos Machado Freitas
Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP /FIOCRUZ

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos aqueles que estiveram direta ou indiretamente envolvidos com essa pesquisa nos últimos dois anos.

À minha orientadora, Márcia, por ter me acolhido de forma tão generosa e por em nenhum momento ter me deixado no silêncio durante esse percurso.

A toda a equipe de docentes do PPGICS, pelo aprendizado proporcionado. Especialmente, agradeço à professora Janine Cardoso, pelos cafés e pela sua escuta carinhosa. À professora Inesita Araújo pela acolhida no grupo Entremeios e à professora Adriana Aguiar pelo apoio em distintos momentos.

A toda a equipe da secretaria acadêmica, pela gentileza e prontidão de sempre.

Aos colegas e novos amigos que fiz nesse percurso. A todos, muito obrigada pela experiência compartilhada.

Aos amigos de longa data, pela paciência e compreensão com a minha ausência nos últimos tempos.

Aos meus familiares, especialmente à minha irmã, Carolina.

Ao meu marido e grande parceiro de vida, que me ensinou que mesmo quando a conta parece não fechar, o importante é seguir com persistência.

Agradeço de forma muito especial à minha mãe. Não somente pelo seu apoio em mais essa jornada, mas por ser o meu exemplo de vida e por renovar todos os dias a minha esperança com o seu amor incondicional. Ao meu padastro, Noé (*In Memoriam*), por seus ter me despertado o gosto pelo conhecimento.

A Deus, por tudo.

RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo analisar as políticas e práticas de comunicação e saúde produzidas no âmbito do licenciamento ambiental geral da UHE Belo Monte. Para tal, optou-se pela elaboração de um Estudo de Caso, que contou com o suporte da pesquisa de base documental e bibliográfica, criando condições para a compreensão do contexto de produção dos documentos que integraram o corpus específico de análise. Na instância de produção foram analisadas as políticas de comunicação e saúde que fizeram parte do Projeto Básico Ambiental (PBA) da Usina e o produto resultante da interface entre elas: o programa de radiofônico “Conversando sobre Belo Monte”. Os principais resultados dessa pesquisa indicam a forte presença da perspectiva desenvolvimentista da comunicação e a reprodução, no contexto do licenciamento ambiental, de práticas cristalizadas nas relações entre comunicação e saúde.

Palavras-Chave: Comunicação; Saúde; Licenciamento Ambiental; UHE Belo Monte

ABSTRACT

This dissertation objects to analyzing the communication and health policies and practices produced under the general environmental licensing of Belo Monte Hydroelectric Plant. To this end, we opted for study of case, which had the support of documentary and bibliographic research base, establishing conditions for understanding the context of the production of documents that integrated the corpus of analysis: In the production instance we analyzed communication and health policies that were part of the Basic Environmental Project (PBA) and the product resulting communication interface between them - the radio program "Conversando sobre Belo Monte". The main results points to strong presence of developmental perspective of communication in production and circulation instances, and reproduction, in the context of environmental licensing, traditional practices in the relationship between communication and health.

Keywords: Communication; Health; Environmental Licensing; Belo Monte

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 Cenário de planejamento hidroenergético para a Amazônia.....	9
Figura 2 Licenciamento Ambiental de empreendimentos do setor elétrico	24
Figura 3 Escada de Participação Cidadã proposta por Arnstein (1969).....	43
Figura 4 Redução da área alagada em relação ao projeto inicial	59
Figura 5 Construtoras responsáveis pelas obras civis da UHE Belo Monte	61
Figura 6 A líder indígena Tuíra encostando o facão no rosto de Muniz Lopes	64
Figura 7 Estrutura do Plano de Saúde Pública	77
Figura 8 Posicionamento do Programa de Interação Social e Comunicação	79

QUADROS

Quadro 1 Escopo e pré-requisitos para obtenção das Licenças Ambientais	25
Quadro 2 Espaços instituídos da comunicação no licenciamento ambiental	28
Quadro 3 Conceitos subjacentes à perspectiva desenvolvimentista da comunicação... ..	48
Quadro 4 Grupos Indígenas na Área de Influência da UHE Belo Monte	58
Quadro 5 Composição acionária da Norte Energia S/A.....	60
Quadro 6 Impactos à Saúde da população previstos por Belo Monte.....	75
Quadro 7 Programas de Comunicação da UHE Belo Monte	79
Quadro 8 Justificativa e Objetivo Geral do PISC	88
Quadro 9 Objetivos específicos do PISC	89
Quadro 10 Princípios Metodológicos do PISC	90
Quadro 11 Linhas de ação em comunicação e saúde nos Programas do PSP.....	93
Quadro 12 Veiculação do programa radiofônico “Conversando sobre Belo Monte” ...	96
Quadro 13 Temas veiculados pelo Programa “Conversando sobre Belo Monte”	97
Quadro 14 Temas veiculados no rádio por programa do Plano de Saúde Pública.....	99
Quadro 15 Programas a serem analisados.....	101
Quadro 16 O ensino da Prevenção	104
Quadro 17 Culpabilização das comunidades afetadas	107
Quadro 18 Relação Impactos Ambientais à Saúde – Belo Monte	108
Quadro 19 Determinações legais para a elaboração do PACM	109

Quadro 20 Características da perspectiva desenvolvimentista da comunicação em Belo Monte.....	111
--	-----

GRÁFICOS

Gráfico 1 Utilização do programa de rádio pelos Planos e Programas do PBA.....	98
Gráfico 2 Temas de Saúde veiculados em "Conversando sobre Belo Monte"	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O ambiente do licenciamento ambiental	14
1.1 A produção social do ambiente	14
1.2 Políticas de proteção ambiental	19
1.3 Licenciamento ambiental no Brasil	22
1.4 A comunicação com os grupos sociais afetados no licenciamento ambiental ..	27
1.4.1 O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)	28
1.4.2 As Audiências Públicas	30
1.4.3 Os Planos e Programas de Comunicação do PBA	31
2 COMUNICAÇÃO, SAÚDE E DESENVOLVIMENTO	33
2.1 Comunicação e saúde	33
2.2 Saúde negativa e saúde positiva	38
2.3 Informação, comunicação, mobilização e participação social	40
2.4 Perspectiva desenvolvimentista da comunicação	44
3. OS CAMINHOS DA PESQUISA	51
3.1. Estudo de caso	52
3.2. A análise	55
4. O CASO: BELO MONTE	58
4.1 A usina	58
4.2. O complexo ambiente da usina hidrelétrica belo monte	61
4.3. Belo Monte e seus impactos ambientais à saúde	73
5. COMUNICAÇÃO E IMPACTOS À SAÚDE EM BELO MONTE	78
5.1. Os programas e os públicos da comunicação da usina	78
5.2. Uma comunicação para erguer belo monte	81
5.3. A perspectiva de comunicação orientadora da relação comunicação – saúde . 87	
5.4. A conversa de belo monte sobre os seus impactos à saúde	94

5.4.1 Procedimentos Metodológicos	94
5.4.2 Conversando sobre Belo Monte	95
5.4.2.1 Os temas	97
5.4.2.2. Os programas	101
5.4.2.3. Os temas geradores	104
6. CONCLUSÕES	113
REFERÊNCIAS	117
ANEXO	126

INTRODUÇÃO

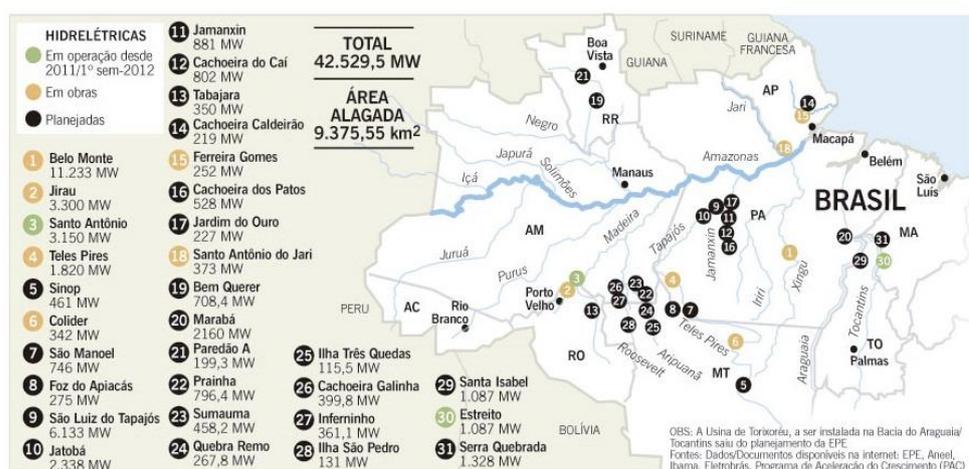
Essa pesquisa versa sobre políticas e práticas de comunicação e saúde em projetos de alto impacto ambiental¹. Para realizar essa discussão, foi eleito um caso específico: a Usina Hidrelétrica Belo Monte (Pará – Brasil) - doravante também denominada UHEBM, UHE Belo Monte ou, simplesmente, Belo Monte.

Embora usinas de todos os portes tenham sido construídas no Brasil desde a implantação do marco regulatório do setor elétrico, em 1944, a construção de barragens só retornou com força à cena pública na última década e, especialmente com Belo Monte, a discussão sobre os impactos socioambientais de projetos hidroenergéticos ganhou maior visibilidade (LOCATELLI, 2011). Recém construída no Rio Xingu, essa Usina faz parte de uma política prioritária de investimentos em infraestrutura energética eleita pelo governo brasileiro e consolidada por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que tem na Amazônia um terreno fértil. Com a previsão de mais de 30 hidrelétricas para a região (INESC, 2012; MONTEIRO, 2012) – esse cenário demonstra quão central é a discussão do licenciamento ambiental, condição *sine qua non* para que esse tipo de empreendimento seja viabilizado.

Figura 1 Cenário de planejamento hidroenergético para a Amazônia Nova fronteira elétrica

Como ficará o mapa de usinas, após a conclusão das novas hidrelétricas planejadas para região amazônica.

Recomendar 187 pessoas recomendam isto. Seja o primeiro entre seus amigos.



Fonte: Monteiro (2012)

¹ No âmbito legal, os projetos de desenvolvimento considerados como de significativo impacto ambiental foram definidos pela Resolução Conama nº 001/1986.

Por implicar múltiplos impactos, a construção de barragens no Brasil requer obter licenças ambientais que autorizem desde a concepção do projeto básico à sua entrada em operação. Esse processo envolve distintos atores representativos do Estado, do setor privado e da sociedade civil, que possuem interesses específicos em relação ao ambiente, à saúde e ao empreendimento que nele se instala. É por isso que a construção de barragens tem desencadeado a organização de movimentos sociais - a exemplo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)² - e despertado o interesse de diversos organismos. Portanto, para entender o processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Belo Monte é importante, primeiro, compreender que o ambiente é produzido e atravessado por processos sociais, e que não está alheio à dinâmica da vida humana (MACNAGHTEN, URRY, 1998; DUNLAP, 2001; FREITAS, 2003; LEFF, 2010). Esse entendimento leva a um ponto crucial para essa pesquisa: impactos ambientais são, simultaneamente, impactos sociais e, portanto, incidem não somente sobre aspectos físicos e biológicos do ambiente, mas também sobre os diferentes modos de vida das populações locais.

Nesse sentido, há que se considerar que a implantação de barragens tem enormes consequências para a saúde³ da população que vive nos territórios que as recebem. A própria Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu como mais recorrentes as “doenças transmissíveis, doenças não transmissíveis, violência, má nutrição, distúrbios psicossociais, e perda do bem estar social” (FRANCO NETTO, 2012, p. 1403). No licenciamento ambiental de projetos hidrelétricos a definição dos impactos à saúde humana compete, sobretudo, ao empreendedor. Em Belo Monte, esse grupo de impactos bem como as medidas definidas para a sua mitigação foram sistematizados em um Plano de Saúde Pública (PSP).

Como parte das obrigações legais para obter a autorização para construir e operar o empreendimento, os impactos à saúde devem entrar para a agenda de comunicação do concessionário com as comunidades atingidas (LOCATELLI, 2011; FERNANDES, 2014). Devido às especificidades do processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, foram elaborados três programas distintos de comunicação que, a princípio, cumpririam essa função: dois orientados especificamente para grupos indígenas (Programa de Comunicação Indígena - PCI e o Programa de

² Informações sobre o MAB podem ser acessadas em: <http://www.mabnacional.org.br/>

³ Nessa dissertação entendemos saúde como construção social e, portanto, reconhecemos que há distintas concepções em disputa para definir o que é “saúde”.

Comunicação Não Indígena - PCNI) e um destinado aos demais grupos sociais afetados, intitulado Programa de Interação Social e Comunicação (PISC). O último tem como público-alvo todos os demais grupos sociais dos onze municípios atingidos direta ou indiretamente pela Usina.

Essa pesquisa se concentrará sobre o PISC para investigar como a comunicação do concessionário orienta e põe em prática os impactos previstos e gerados por Belo Monte à saúde das diversas comunidades afetadas que, juntas, figuram como público-alvo das ações desse programa. Nessa discussão, é importante identificar e compreender a perspectiva de comunicação que informa o PISC e a relação entre comunicação e saúde estabelecida para a construção dessa Usina. Será que essa relação reproduz o modelo dominante que marca historicamente a interface entre comunicação e saúde (ARAÚJO, CARDOSO, 2007; PITTA, 1995; PESSONI, 2010) ou que ela traz uma nova proposta a partir das especificidades do licenciamento ambiental?

Antes de apontar os caminhos escolhidos para buscar possíveis respostas, gostaria de destacar que a relação entre comunicação e impactos à saúde em projetos de desenvolvimento energético vem chamando a minha atenção desde o início da atuação profissional na área de licenciamento ambiental. Sem qualquer intenção de desenhar aqui um currículo profissional, mas certa de que essa vivência motivou tanto o interesse por esse programa de mestrado, como a proposta da presente discussão, gostaria de elencar alguns pontos que trouxe junto com essa bagagem.

Há cerca de dez anos iniciei minha trajetória como planejadora e executora de programas de comunicação para o licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura energética. Pude perceber que, no caso de hidrelétricas, a fase de obras era a mais danosa aos grupos sociais afetados. É nela que a população convive com os transtornos da rotina construtiva (por exemplo, o aumento de tráfego de veículos, o aumento dos ruídos sonoros e o aumento de poeira), com o aumento populacional, com os impasses advindos do processo de reassento involuntário, entre uma gama de outros problemas. É a etapa em que os impactos socioambientais são, de fato, concretizados (e atualizados) na vida daqueles que já habitavam as localidades que recebem o empreendimento. Esses impactos, no entanto, são previstos em estudos anteriores ao início da construção e as medidas para o seu enfrentamento são consolidadas em documentos de planejamento que não comportam o entendimento de que ambiente e sociedade são construídos e reafirmados historicamente, geograficamente, culturalmente e politicamente (LEFF, 2010; FREITAS, 2003).

Além disso, percebia que quando os impactos socioambientais entravam para o âmbito da comunicação do concessionário, as ações propostas, em geral, concentravam-se em informar as compensações realizadas pelo empreendedor, desconsiderando muitas vezes as condições de vida concreta das populações daqueles territórios.

Ao me aproximar – ainda na condição de profissional da área de consultoria ambiental – das discussões do licenciamento ambiental de Belo Monte, surpreendi-me com as proporções de seu projeto e com a magnitude dos impactos previstos aos grupos locais. O grande projeto de desenvolvimento da nação – como essa Usina foi considerada pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – vinha sendo questionado há quatro décadas em escala nacional e internacional justamente por representar um modelo de desenvolvimento que considera, mas deixa em segundo plano, as questões sociais daqueles que são por ela afetados (HALL, BRANDFORD, 2012; FURTADO, 1998). Essas questões motivaram o interesse por compreender como um dos grupos de impactos desse empreendimento – aqueles relacionados à saúde – figurou nas ações de comunicação do concessionário de Belo Monte, representado pelo grupo Norte Energia.

Dessa forma, a presente pesquisa tem por objetivo analisar as políticas e práticas de comunicação e saúde produzidas no âmbito do licenciamento ambiental geral da UHE Belo Monte. Especificamente, propõe-se:

- a) Discutir o processo de implantação da UHE Belo Monte;
- b) Compreender as concepções de impactos à saúde definidas pela Usina;
- c) Identificar e analisar a perspectiva de comunicação que orienta a relação comunicação – saúde no âmbito da política; e
- d) Analisar os impactos ambientais à saúde a partir de práticas conjuntas entre o Programa de Interação Social e Comunicação (PISC) e o Plano de Saúde Pública (PSP) durante a fase construtiva.

Para cumprir os objetivos propostos, essa dissertação foi estruturada em seis capítulos.

No capítulo 1 são trazidos à cena aspectos teóricos que contribuem, sobretudo, para problematizar a lógica que opera o licenciamento ambiental e que condicionam a produção das políticas de comunicação e de saúde da UHE Belo Monte. Além disso, será possível visualizar como as políticas de proteção ambiental foram condicionadas por modelos de desenvolvimento centrados no crescimento econômico e, ainda,

conhecer o processo de licenciamento ambiental brasileiro: suas principais etapas, marcos legais e os espaços instituídos legalmente para a comunicação com a população afetada.

O capítulo 2 dedica-se às discussões sobre as relações entre comunicação, saúde e desenvolvimento. Ele é iniciado com a demarcação de momentos históricos que traduzem a tessitura dessa relação e as suas implicações para a cristalização de práticas correntes. Nesse capítulo também são apresentadas as concepções de saúde dominantes nas teorias e práticas da área (saúde positiva e saúde negativa); a discussão de termos frequentes nas abordagens de “comunicação e saúde” e de “comunicação no licenciamento ambiental”; e, por fim, a perspectiva desenvolvimentista da comunicação – identificada na literatura como “comunicação para o desenvolvimento”.

O capítulo 3, intitulado *os caminhos da pesquisa*, apresentou as escolhas metodológicas realizadas. O quarto e o quinto capítulos concentram a discussão e os resultados dessa pesquisa.

O capítulo 4 percorreu o projeto da Usina e o seu histórico de implantação, chegando aos impactos associados à saúde humana. A intenção foi resgatar marcos da história de implantação de Belo Monte, destacando as idas e vindas que marcaram o seu turbulento processo de licenciamento ambiental. E, então, situar a produção das políticas e comunicação e de saúde nesse contexto. Por fim, foram apresentados os *impactos ambientais à saúde* com base na definição estabelecida pelo empreendedor, as concepções de ambiente e saúde nela dominantes e as suas implicações para a estruturação do Plano de Saúde Pública (PSP).

O capítulo 5 se propôs a concentrar as análises relativas à comunicação dos impactos associados à saúde da população afetada e foi estruturado em duas partes. A primeira concentrou-se na análise da perspectiva de comunicação que orienta a relação comunicação – saúde no âmbito da política de comunicação da Usina. E, na segunda, foi analisado o programa radiofônico “Conversando sobre Belo Monte” – produto da interface das políticas de comunicação e saúde da Usina.

No capítulo 6 estão as conclusões dessa pesquisa.

1. O AMBIENTE DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

1.1. A produção social do ambiente

Nas últimas décadas, os impactos ambientais associados mediata ou imediatamente à exploração econômica e à introdução de inovações de base tecnocientífica se multiplicaram. Nos itens que seguem será possível perceber que eles passaram a ser questionados em escala mundial, trazendo para o centro dos debates a sua dimensão social e resultando no estabelecimento de políticas de proteção ambiental.

Nesse contexto, populações atingidas ou mobilizadas pela gravidade dos problemas ambientais passaram a questionar o lugar dos especialistas e, sobretudo, a sua capacidade de enfrentar os riscos e impactos socioambientais utilizando as ferramentas intelectuais da ciência moderna. Simultaneamente, especialistas, sociólogos e historiadores da ciência passaram a defender que as abordagens dominantes não davam conta da complexidade das questões ambientais e dos problemas de saúde que delas advém.

Seria preciso, então, instituir outras concepções de natureza, que considerassem dimensões socioculturais, atores e relações excluídos ou, ao menos, minimizados por essas abordagens. Essa proposta é defendida, entre outros autores, por Leff (2010) e Funtowicz e Marchi (2010) que questionam aspectos como a definição estanque, neutra e descontextualizada de “problemas de ambiente e saúde” produzida pela ciência moderna e alertam para a necessidade da abertura de processos analíticos e de tomada de decisões para categorias mais amplas de fatos e de atores que não aqueles tradicionalmente legitimados.

O economista mexicano Enrique Leff (2010) destaca, nesse sentido, a urgência de se perceber que há uma relação intensa entre inúmeros fatores que corrói a segmentação proposta pela ciência tradicional. Para ele, é preciso aprender a complexidade ambiental. Mas – explica o autor – não se trata de uma tarefa simples, e passa pela criação de uma nova ciência⁴ que se preocupe com a equidade e com a justiça, problemas que a própria ciência moderna ajudou a criar. Nas palavras desse autor:

⁴ Na produção intelectual de Brian Wynne (1992), Enrique Leff (2010), Sílvio Funtowicz e Bianca Marchi (2010) essa nova ciência recebe a denominação de “ciência pós-normal”.

Essa nova ciência se dirigirá à solução de problemas de saúde na escala individual humana, das comunidades e do ambiente natural. Para conseguir isso, seu método será necessariamente como antes, uma certa simplificação da complexidade, mas isso deve ser feito agora no contexto de uma incerteza irreduzível e inclusive aceitando a ignorância⁵. Os supostos básicos da ciência moderna devem ser modificados para desenvolver uma ciência nova, dirigida aos problemas da sustentabilidade. Para fazer frente a estas novas questões, a ciência dividida em disciplinas tem que se converter em ciência transdisciplinar e a razão deve reconciliar-se com a paixão (LEFF, 2010, p.71).

De acordo com Funtowicz e Marchi (2010), a complexidade possibilita a reapropriação do conhecimento, permitindo redefinir o significado e o elenco da atividade científica. Nesse sentido, os autores destacam que essa nova forma de pensar a ciência não se orienta e nem se organiza pela noção de verdade, mas sim pela de qualidade, incorporando a negociação com base em perspectivas e valores em conflito. Brian Wynne (1992) explica que, apesar de a abordagem convencional da ciência moderna defender que o método científico abraça entusiasticamente as incertezas e as persegue, essa visão é extremamente enganosa. Para ele,

É mais correto dizer que o conhecimento científico dá destaque a *uma agenda restrita de incertezas definidas* – aquelas que são tratáveis – deixando invisível uma série de outras incertezas, especialmente sobre as condições de fronteira de aplicabilidade do quadro existente de conhecimento a novas situações⁶ (WYNNE, 1992, p.115, grifo do autor).

Nesse sentido, Wynne (1992) destaca que os métodos de avaliação de risco convencionais sugerem que o caminho para um melhor controle de riscos é o conhecimento científico mais intenso daquele sistema, uma vez que, ao reduzir as supostas incertezas, ganha-se mais precisão na sua definição. É o que parece acontecer, por exemplo, na elaboração da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), um dos instrumentos apropriados pelo processo de licenciamento ambiental brasileiro utilizado

⁵ Risco, incerteza, ignorância e indeterminação são conceitos caros à discussão sobre complexidade ambiental, tratados, entre outros autores, por Brian Wynne em “Uncertainty and environmental learning: reconceiving Science and policy in the preventive paradigm”, publicado em 1992.

⁶ Tradução livre do trecho “It is more accurate to say that scientific knowledge gives prominence to a *restricted agenda of defined uncertainties* – ones that are tractable - leaving invisible a range of other uncertainties, especially about the boundary conditions of applicability of the existing framework of knowledge to new situations”.

para a identificação, mensuração e análise dos impactos ambientais dos empreendimentos às populações locais: a definição desses impactos parte de um cenário de riscos estabelecido no momento da produção do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), “congelando-o” para, a partir dele, projetar um futuro. Essa lógica, orientada no sentido da prevenção, implica a aceitação das limitações inerentes ao conhecimento antecipatório que, sobretudo, desconsidera que natureza e sociedade são extremamente dinâmicas e complexas e, portanto, marcadas por riscos e incertezas (WYNNE, 1992).

Destaca-se, nesse sentido, que a problematização da relação natureza-sociedade, abraçada especialmente pelos estudos propostos pela sociologia ambiental contribui para o entendimento de que os impactos à saúde humana presentes tanto nas políticas como nas práticas de comunicação e de saúde no licenciamento ambiental de hidrelétricas são construções sociais. E, portanto, são dinâmicos e podem se atualizar e receber novas conotações conforme os seus contextos que condicionaram a sua produção.

O campo da sociologia ambiental, inexistente até o final da década de 1960, foi impulsionado pelo movimento ambientalista, que levou para o meio acadêmico a discussão de que problemas ambientais são, eminentemente, problemas sociais (DUNLAP, 2001; BUTTEL et al, 2001). Mas essa proposta não foi de fácil aceitação: os primeiros sociólogos ambientais insistiram numa interpretação apartada de outras ciências, como a economia e a biologia. Buttel et al (2010) explicam que essa aversão da sociologia ao meio ambiente – esse último até então considerado apenas em seus aspectos físicos e biológicos – é frequentemente atribuída ao pensamento dos sociólogos clássicos de que, se a sociologia não se distanciava das demais ciências, não seria possível isolar as causas sociais de um determinado fenômeno. Essa discussão remete novamente à visão “clássica” de ciência moderna⁷ que, conforme apresentado, baseia-se na segmentação de campos disciplinares e de objetos bem recortados.

Nesse sentido, Macnaghten e Urry (1998) destacam três concepções recorrentes no pensamento atual sobre a natureza e o ambiente: o realismo ambiental, o idealismo ambiental e o instrumentalismo ambiental. Esses autores explicam que o realismo ambiental considera que o meio ambiente está separado das práticas sociais e da

⁷ Segundo Palacios et al (2003), na visão clássica a ciência somente pode contribuir para o maior bem-estar social esquecendo-se da sociedade para dedicar-se exclusivamente à buscar a verdade. Portanto, a ciência só poderia avançar perseguindo o fim que lhe é próprio – a descoberta de verdades e interesses sobre a natureza – caso se mantivesse livre da interferência de valores sociais, mesmo que esses fossem benéficos.

experiência humana, e que tem o poder de produzir resultados inequívocos, observáveis e retificáveis. Nessa lógica racionalista e objetivista, o papel das práticas sociais é reduzido à medida que a própria noção de natureza é transformada em um ambiente de pesquisa científica ao considerar que a ciência racional moderna pode e vai providenciar a compreensão de um determinado ambiente, bem como a avaliação dos parâmetros necessários para solucionar os impactos ambientais. Segundo Freitas (2003),

Nesta concepção, o ambiente é uma entidade real em si, passível de ser pesquisado por uma ciência capaz de fornecer uma compreensão reificada do mesmo, produzindo resultados observáveis e não ambíguos. Isto possibilita não só mensurações, mas também a possibilidade de se avaliar todas as medidas necessárias para se corrigir os danos tendo por base a mesma ciência que os gerou. Para esta concepção, uma vez que a realidade derivada da pesquisa científica transcende os padrões transitórios e superficiais da vida cotidiana, a incorporação da análise dos processos sociais e práticas institucionais, bem como da experiência humana, ocupa um papel menor (FREITAS, 2003, p.146).

Já o idealismo ambiental se fundamenta na proposta de que a análise da natureza e do ambiente deve ser realizada a partir da identificação, da crítica e da percepção de vários valores mantidos pelas pessoas, tais como o caráter, o bom senso e a qualidade da natureza (MACNAGHTEN, URRY, 1998). Esses valores, tratados como subjacentes, estáveis e consistentes, consideram o ambiente independentemente da sua base material, das desigualdades de posições e dos conflitos políticos, resultando em uma concepção de ambiente dissociada do cotidiano e das condições de vida concretas das pessoas.

A concepção instrumentalista foi pensada para explicar quais as motivações humanas para se engajar em práticas ambientalmente sustentáveis. Essa abordagem pressupõe que os indivíduos e as organizações tomam as suas decisões de modo racional, pesando os custos e os benefícios de seus diferentes comportamentos. Dessa forma, uma vez apresentados aos fatos, esses atores entenderiam que é de seu melhor interesse comportar-se de forma ambientalmente correta.

Macnaghten & Urry (1998) reconhecem que essas três concepções possuem aspectos que contribuem para a compreensão dos debates contemporâneos sobre meio ambiente, mas criticam que todas ignoram, deturpam ou escondem aspectos das mudanças ambientais contemporâneas e do engajamento humano. Os autores chamam ainda a atenção para a concepção hegemônica de um realismo ambiental e destacam que as tensões e as mudanças nas interpretações da relação humano/natureza mostram quão

múltiplas, contestadas e diferenciadas foram as noções de natureza e ambiente ao longo da história.

Para esses autores, não existe uma “natureza” no singular, mas “naturezas” constituídas por uma variedade de processos socioculturais dos quais não podem ser dissociadas: “a leitura e produção da natureza é algo aprendido. É um processo cultural e varia muito entre diferentes sociedades, diferentes períodos e diferentes grupos sociais dentro de qualquer sociedade”⁸(MACNAGHTEN, URRY, 1998, p.20). Da mesma forma é a saúde e a multiplicidade de interpretações⁹ que podem advir desse conceito (ALMEIDA FILHO, 2013). Assim, o que é visto ou criticado como danoso ao ambiente e à saúde em uma era ou em uma sociedade não é necessariamente visto dessa mesma forma em outra. O reconhecimento de que o ambiente e saúde são construções sociais sustenta a proposta de que:

Todo o debate sobre saúde e ambiente parte de dois pressupostos básicos: o primeiro é a essencialidade da relação entre os seres humanos e a natureza. O segundo, derivado dessa relação, é de que o conceito de ambiente tal como o entendemos, é construído pela ação humana (MINAYO, 2009, p.81).

Compreender o ambiente para além das suas dimensões naturais pressupõe, portanto, compreender a sua vinculação com uma série de outros componentes, como a saúde. Não cabe a esta pesquisa resgatar as relações entre saúde e ambiente, uma vez que essa vem se delineando ao longo do curso histórico desde a Antiguidade (FREITAS, 2003; MINAYO, 2009). Mas, destaca-se que a ampliação da compreensão das questões ambientais, especialmente na recuperação das suas dimensões políticas e sociais, foram colocadas em tela pelo movimento ambientalista que ganhou força nas décadas de 60 e 70. Nesse contexto, as ameaças e os perigos ambientais passaram a ganhar espaço na agenda pública, sendo considerados a partir dos seus riscos à saúde humana e à vida do planeta (FREITAS, 2003). É nesse contexto que emergem os grandes debates sobre o tema que resultaram nas políticas de proteção ambiental.

⁸ Tradução livre do trecho original: “The reading and production of nature is something learnt. It’s a cultural process and varies greatly between different societies, different periods and different social groupings within any society”.

⁹ Em seu livro “O que é Saúde”, Naomar Almeida Filho (2013) discute a complexidade do conceito *saúde*, tratando-a como um objeto plural. Ao abordar as principais discussões sobre saúde que vem sendo fomentadas por diferentes escolas de pensamento, o autor conclui que o certo seria falar em “saúdes” no plural. As dimensões dessas saúdes apontadas pelo autor não serão abarcadas por essa dissertação. A intenção, aqui, é pontuar que, da mesma forma que o ambiente, a saúde também é lida por esse trabalho como construção social.

1.2. Políticas de proteção ambiental

Historicamente, as políticas de proteção ambiental surgiram em reação a modelos de desenvolvimento baseados na exploração intensiva de recursos naturais, adotados principalmente por países em fase de industrialização. Especialmente na década de 1970, a alarmante repercussão das influências da poluição sobre a qualidade de vida e seus potenciais riscos à saúde humana despertaram a atenção pública. Foi um período em que “o mundo de fato parecia mais vulnerável e ameaçado, e um senso de ‘crise ambiental’ como tendo proporções globais estava cada vez mais saliente” (FERNANDES, 2014, p.47).

Sanches (2008) explica que, nesse contexto, uma primeira medida institucional baseada no princípio da precaução havia sido tomada em resposta aos impactos que a indústria provocava ao ambiente e à pressão de diversos segmentos da sociedade civil organizada: o estabelecimento da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) nos Estados Unidos em 1969, pela criação da *National Environmental Policy Act* (NEPA). Esse autor destaca a NEPA como um dos principais marcos¹⁰ para a institucionalização de políticas públicas ambientais no mundo.

Em 1972, o Relatório do Clube de Roma/ Instituto de Tecnologia Massachusetts (MIT), intitulado *Os limites do crescimento*, concluiu que, mesmo com os avanços tecnológicos, o Planeta Terra não suportaria o aumento da poluição e a pressão gerada sobre os recursos naturais e energéticos. Como solução, esse documento propunha estagnar o crescimento econômico e populacional (AGUIAR, SCHAUN, 2011). Devido à sua ampla divulgação internacional, a questão ambiental foi introduzida na agenda política mundial, trazendo para o primeiro plano da discussão “problemas cruciais que os economistas do desenvolvimento econômico sempre deixaram à sombra” (FURTADO, 1998, p.9).

Esse cenário de grandes incertezas frente aos potenciais riscos ambientais e a sua possibilidade impactar a saúde de populações e até mesmo de ameaçar a sobrevivência humana mobilizou as nações a discutirem propostas de desenvolvimento que considerassem, além dos fatores científicos, tecnológicos e econômicos, a questão

¹⁰ Fernandes (2014) destaca que, ainda na década de 1970, outros países desenvolvidos influenciados pela NEPA passaram a aplicar a AIA: Alemanha (1971); Canadá (1973); Austrália e Nova Zelândia (1974); França e Irlanda (1976) e Holanda (1979). Segundo o autor, esses países estavam em busca de mecanismos de gestão ambiental de caráter preventivo que subsidiassem a tomada de decisão sobre seus projetos de desenvolvimento.

ambiental e as suas dimensões sociais (LAGO, 2006). Foi então que, pela primeira vez, o mundo foi convocado a discutir as questões ambientais e as suas potenciais consequências para a humanidade, sendo o marco desse debate a Conferência de Estocolmo – primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1972, na Suécia. Lago (2006) aponta que os quatro principais temas desse encontro, que reuniu 113 países e mais de 250 organizações não governamentais e organismos da ONU, foram: recursos naturais, poluição, população e desenvolvimento.

A Conferência de Estocolmo é considerada um grande marco para a maturidade e politização das questões ambientais, mas o evento foi também marcado por críticas baseadas no confronto entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, conforme pode ser percebido em trechos da proclamação e dos princípios expressos na Declaração resultante desse encontro:

Proclamação 4. Nos países em desenvolvimento, a maioria dos problemas ambientais estão motivados pelo subdesenvolvimento (...) Assim, **os países em desenvolvimento devem dirigir seus esforços para o desenvolvimento**, tendo presente suas prioridades e a necessidade de salvaguardar e melhorar o meio ambiente. Com o mesmo fim, os países industrializados devem esforçar-se para reduzir a distância que os separa dos países em desenvolvimento (ONU, 1972, grifo nosso).

Princípio 9. As deficiências do meio ambiente originárias das condições de subdesenvolvimento e os desastres naturais colocam graves problemas. **A melhor maneira de saná-los está no desenvolvimento acelerado, mediante a transferência de quantidades consideráveis de assistência financeira e tecnológica que complementem os esforços internos dos países em desenvolvimento e a ajuda oportuna que possam requerer** (ONU, 1972, grifo nosso).

A defesa do desenvolvimento a todo custo para os países menos desenvolvidos e o forte posicionamento em assegurar o princípio de que os países tinham o direito soberano de utilizar seus recursos naturais de acordo com as suas prioridades marcaram os discursos do Brasil nesse evento. Segundo Lago (2006), esse posicionamento se justificava em função da ameaça que a Argentina apresentava, na ocasião, à construção da Usina Hidrelétrica Itaipu (binacional). Vale lembrar que, à época, o Brasil vivia uma onda desenvolvimentista sob o regime militar, e que havia, portanto, grande preocupação em defender medidas que não gerassem comprometimento ao andamento das grandes obras planejadas e/ou em execução.

A Conferência de Estocolmo gerou uma série de desdobramentos. A criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), importante organismo mundial para a defesa das questões ambientais, foi um deles. Em relação ao Brasil, os desdobramentos tanto da NEPA como da Conferência de Estocolmo repercutiram quase que de imediato, resultando na adoção de medidas de avaliação de impactos ambientais. Mas, ao contrário dos contextos norte-americano e europeu, a AIA foi incorporada ao contexto brasileiro como uma exigência por parte instituição financiadora – o Banco Mundial – para a liberação do financiamento de alguns empreendimentos, como por exemplo, as usinas hidrelétricas de Sobradinho, na Bahia, e de Tucuruí, no Pará (BRASIL, 2012). Um outro desdobramento importante dessa Conferência para o país foi a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), órgão sediado em São Paulo e que contribuiu para a criação da Lei 6938/1981, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA).

É importante destacar que a Conferência de Estocolmo também trouxe contribuições conceituais, como a introdução do chamado ecodesenvolvimento - o desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder a problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio (FILHO, 1993). Esse conceito foi introduzido em 1973 por Maurice Strong, Secretário da Conferência de Estocolmo, e posteriormente foi aprimorado e largamente difundido por Ignacy Sachs, a partir de 1974.

Na década seguinte, a elaboração do Relatório de Brundtland (1987), denominado *Nosso futuro comum* – um dos documentos preparatórios da Rio-92, “identificou o papel dos seres humanos em relação ao ambiente e descreveu os impactos das mudanças ambientais sobre a saúde e qualidade de vida das populações” (MINAYO, 2009, p.85). Esse documento, cuja pretensão era ser uma agenda global para mudanças, trouxe a proposição do conceito de desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades do presente sem prejudicar ou comprometer a capacidade das gerações vindouras de conseguirem satisfazer as suas necessidades (AGUIAR e SCHAUN, 2011). O modelo de desenvolvimento proposto por esse conceito, sustenta-se no tripé crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico, e está vinculado a um dever moral, implicando a responsabilidade da sociedade frente ao ambiente. Contudo, apesar de incorporado em outras agendas mundiais de desenvolvimento e de direitos humanos, trata-se de um conceito ainda não

apropriado integralmente pelas áreas econômica e social, conforme explica Lago (2006):

O conceito de desenvolvimento sustentável, por sua vez, tornou-se paradigma na área ambiental, mas ainda não foi plenamente assimilado pelos principais responsáveis pelas áreas econômica e social – os dois outros pilares do mencionado conceito. Na maioria dos países – inclusive entre os mais desenvolvidos –, é difícil ver a própria menção ao desenvolvimento sustentável fora do contexto ambiental (LAGO, 2006, p. 206).

Outros encontros de grande relevância para o amadurecimento do debate ambiental foram realizados em escala mundial, com destaque para aqueles que o Brasil sediou: a Rio - 92, em 1992; e a Rio + 20, em 2012. Em todos eles, a preocupação *com e em* avançar no desenvolvimento foi uma questão central, o que levou a repensar o status do ambiente frente aos avanços científicos e tecnológicos que se desenrolaram nessas últimas décadas (LAGO, 2006). A partir da Rio-92, com a criação da Agenda 21¹¹, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser adotado em substituição ao de ecodesenvolvimento. Na Conferência Rio+20, o documento *O futuro que queremos* reconheceu a saúde como um indicador e como resultante das três dimensões que pautam o desenvolvimento sustentável (ambiental, econômica e social).

É importante destacar que nos encontros e documentos citados, é notório que o ambiente é um espaço privilegiado de disputas pela definição de um modelo de desenvolvimento. E que é a partir dessas disputas que foram produzidas as políticas ambientais. Nessa pesquisa, a discussão se situa no âmbito de um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), instituída no Brasil na década de 1980 pela Lei 6931/81: o Licenciamento Ambiental.

1.3. Licenciamento ambiental no Brasil

Em termos conceituais, a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) trouxe como principal objetivo a instituição de regras que tornassem possível o desenvolvimento sustentável a partir de medidas protetivas ao meio ambiente. A Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) é um dos instrumentos de gestão ambiental

¹¹ A Agenda 21 é um plano de ação para o desenvolvimento sustentável proposto pela *United Nations Commission Environment and Development* (UNCED) durante a Conferência Eco-92.

dessa política e, como vimos, foi introduzido no Brasil como condição para obtenção de financiamentos internacionais.

Um outro instrumento que se tornou obrigatório em todo o território nacional com o estabelecimento da PNMA foi o licenciamento ambiental¹². A partir de então, empreendimentos que funcionem sem as devidas licenças ambientais se tornaram sujeitos às sanções previstas em lei tais como: advertências, multas, embargos, paralisação temporária ou definitiva das atividades (SILVA, 2012).

Apesar da obrigatoriedade do licenciamento ambiental ter sido estabelecida em 1981, somente em 1997 os seus parâmetros e competências foram oficialmente definidos por meio da Resolução Conama n° 237, de 19 de dezembro de 1997. Essa Resolução apresentou licenciamento ambiental como o

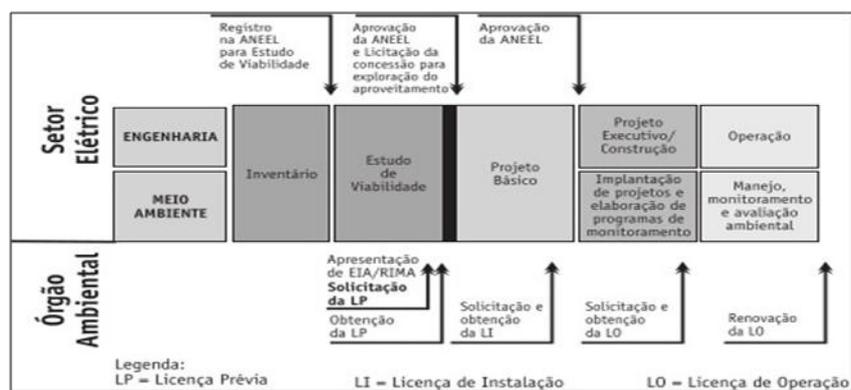
Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras; ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso (RESOLUÇÃO CONAMA 237/97 In: MEDAUAR, 2014).

Dessa forma, para que um empreendimento do porte de uma hidrelétrica venha a ser viabilizado, é necessário obter as licenças ambientais necessárias e, portanto, realizar os estudos ambientais e cumprir os demais procedimentos previstos pela Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA).

Em termos gerais, o processo de licenciamento ambiental é constituído de três tipos de licenças principais: Licença Prévia (LP); Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), sendo cada uma delas exigida em etapas específicas do processo, atestando desde a viabilidade técnica e ambiental de um determinado projeto até a sua operação. A Figura 2 ilustra os principais marcos de empreendimentos do setor elétrico, posicionando o início do licenciamento ambiental e as suas etapas a partir do estudo de viabilidade.

¹² A PNMA foi fortemente inspirada nos paradigmas legais da política ambiental norte-americana, a *National Environmental Policy Act* –NEPA, e representa o primeiro mecanismo formal de tutela jurisdicional do meio ambiente no Brasil. O estabelecimento dessa política incumbiu o Ministério Público Federal (MPF), em suas instâncias estadual e federal, o poder e o dever de resguardar os interesses ambientais, inclusive através de uma ação penal, nos casos das infrações penais ambientais (crimes ou delitos ou ilícitos penais e contravenções penais) e na proposição de ação civil pública.

Figura 2 Licenciamento Ambiental de empreendimentos do setor elétrico



Fonte: Banco Mundial (2008).

A primeira etapa do Licenciamento Ambiental está relacionada à Licença Prévia (LP), momento no qual o órgão licenciador avalia a localização e a concepção do empreendimento. Nela, é verificada se a área indicada para a instalação do empreendimento é tecnicamente adequada e se está compatível com o Zoneamento Municipal. É nessa etapa que são produzidos também o Estudo de Impacto Ambiental e o seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). É no EIA que são definidos os impactos socioambientais e propostas as chamadas medidas mitigadoras, que serão detalhadas e traduzidas em planos e programas na fase subsequente no Projeto Básico Ambiental (PBA).

As “principais informações e conclusões” do EIA devem ser publicizadas pelo RIMA, uma publicação síntese do estudo que é distribuída aos atores institucionais que participam de determinado processo de implantação de um empreendimento. A população impactada acessa ou recebe esse documento por meio das suas entidades representativas locais. Os resultados presentes no EIA/RIMA devem ser apresentados à população que será impactada pelo empreendimento, bem como a todos os órgãos e instituições envolvidos em um determinado processo de licenciamento ambiental, por meio das Audiências Públicas. Uma vez emitida, a Licença Prévia estabelecerá os requisitos básicos para as próximas fases, como as condicionantes, por exemplo.

A etapa subsequente é a Licença de Instalação (LI), ou seja, aquela que permite o início da fase construtiva. Para que a LI seja emitida é necessário, no caso de hidrelétricas, que se apresente um Projeto Básico Ambiental (PBA). Esse documento é um estudo previsto pela Resolução Conama nº 06/1987 que detalha, por meio de planos, programas e projetos, as ações corretivas ou compensatórias (medidas mitigadoras) que o empreendimento deverá executar nas etapas de construção e operação. O Plano de

Comunicação e, a depender da região e do tipo de empreendimento, o Plano de Saúde Pública são produzidos como parte desse documento. Há que se destacar que o PBA foi previsto, especialmente, para empreendimentos do setor elétrico (SANCHES, 2008), embora atualmente conste como exigência para atividades e empreendimentos de outros segmentos.

Ao longo da fase de obra, as atividades de compensação e/ou mitigação de impactos expressas no PBA devem ser implementadas e atestadas via relatórios periódicos ao órgão licenciador¹³. Ao final da etapa construtiva, se as condicionantes da licença de instalação tiverem sido cumpridas e se as ações do PBA forem julgadas como adequadas pelo órgão ambiental, o empreendimento recebe a Licença de Operação (LO), podendo iniciar a sua operação comercial.

Há que se destacar que outras licenças específicas são solicitadas ao longo de um processo de licenciamento ambiental, mas, as três licenças das quais tratamos nesse capítulo são aquelas que avaliam a atividade e/ou empreendimento em sua totalidade de aspectos, e que definem se e como o projeto e as medidas mitigadoras deverão ser implementados. No Quadro 1 sintetizamos o escopo e os pré-requisitos mínimos para a obtenção dessas três licenças ambientais.

Quadro 1 Escopo e pré-requisitos para obtenção das Licenças Ambientais

Licença Ambiental	Escopo	Pré - requisitos para obtenção
Licença Prévia (LP)	Atestar a viabilidade técnica e ambiental do empreendimento, estabelecendo os requisitos básicos para as próximas fases	Elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) ¹⁴ ; Realização de Audiência (s). Pública (s)
Licença de Instalação (LI)	Autorizar a construção	Projeto Básico Ambiental (PBA)
Licença de Operação (LO)	Autorizar a operação	Cumprimento das condicionantes da Licença de

¹³ O órgão licenciador pode ser municipal (Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMA), estadual (Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMAS) ou federal (Instituto Brasileiro do Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA). A Lei complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, discorre sobre a competência estadual e federal para o licenciamento, tendo como fundamento a localização do empreendimento.

¹⁴ O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) são exigidos na implantação de projetos com significativo impacto ambiental, conforme prevê o Artigo 2º da Resolução Conama 01/86. Para os demais empreendimentos é solicitado um documento de avaliação ambiental mais simplificado, o Relatório de Controle Ambiental (RCA). O órgão ambiental, de acordo com a Resolução CONAMA 10/90, pode requerer o RCA sempre que houver a dispensa do EIA/RIMA.

		Instalação e plena execução do PBA.
--	--	-------------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora

Outro aspecto do licenciamento ambiental é a participação dos órgãos intervenientes, ou seja, aqueles que devem ser consultados e que podem participar da formulação dos Termos de Referência e emitir Pareceres Técnicos referentes às suas áreas de atuação. Por exemplo, empreendimentos que impactem direta ou indiretamente terras indígenas terão a interveniência da Fundação Nacional do Índio (Funai) desde a fase de concepção do projeto, emitindo Termo de Referência para estudos diversos como o Estudo do Componente Indígena (ECI) e o Projeto Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI). Essa instituição deverá ainda conduzir reuniões entre o empreendedor e os grupos indígenas afetados, bem como acompanhar e exigir a correta execução do PBA-CI. Se o empreendimento se instalar ainda em regiões endêmicas de malária ou se representar outros potenciais riscos à saúde pública haverá a interveniência do Ministério da Saúde (MS). No caso de Belo Monte, por haver interferências sobre grupos indígenas e à saúde das populações, ambos – Funai e MS – participam do seu licenciamento ambiental na qualidade de órgãos intervenientes.

Apesar de a legislação que subsidia o licenciamento ambiental no Brasil ser considerada uma das mais avançadas do mundo (FONSECA, 2013), há que se lembrar que muitos autores realizaram análises críticas do contexto de implantação de empreendimentos de alto impacto ambiental. Ao longo das últimas duas décadas, uma vasta literatura sobre conflitos ambientais e judicialização em processos de licenciamento ambiental foi produzida tanto em termos teóricos como metodológicos (ASCELRAD, 2010; VAINER, 2007; VIÉGAS, 2009).

Passadas mais de três décadas da promulgação da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e da organização de um Ministério¹⁵ para agregar as questões ambientais (1985), nos últimos anos o país multiplicou o número de empreendimentos potencialmente danosos à saúde e ao ambiente, tornando a problematização do processo de licenciamento ambiental ainda mais pertinente e urgente.

¹⁵ O primeiro ministério criado para agrupar as questões ambientais foi o Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, em 1985. Anteriormente as questões da pasta ficavam a cargo da Secretaria Especial de Meio Ambiente do Ministério do Interior. A atual denominação aconteceu em 1999, quando recebeu o nome de Ministério do Meio Ambiente.

Entre os instrumentos de gestão ambiental estabelecidos pela lei 6938/81, o Licenciamento Ambiental tem se construído como um dos mais polêmicos, como aponta Faria (2011):

Para alguns segmentos da sociedade, trata-se de um gargalo, um obstáculo, um desestímulo aos grandes investimentos em infraestrutura e, por conseguinte, um bloqueador da geração de emprego e renda. Para outros segmentos, o licenciamento é um processo corrompido, por meio do qual o capitalismo impõe a sua vontade, compra consciências e, no limite, devasta o ambiente (FARIA, 2011, p. 5).

Recentemente, o embate entre essas visões antagônicas tem ecoado em nossa sociedade por meio das propostas de flexibilização do licenciamento ambiental. De acordo com o sítio eletrônico oficial do Ministério Público Federal, atualmente há mais de 15 projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional com vistas a reduzir os trâmites do licenciamento, tornando-o mais “célere” e menos “rígido”¹⁶. Além disso, a recente aprovação de algumas legislações como, por exemplo, o código de mineração, que intenciona a exploração de minérios em larga escala pode causar danos incontáveis para ecossistemas e para a saúde de indígenas e demais populações vulneráveis.

1.4. A comunicação com os grupos sociais afetados no licenciamento ambiental

Anteriormente foi apresentado o licenciamento ambiental brasileiro, as suas etapas, os principais documentos, os procedimentos normativos e as licenças que fazem parte desse processo. Aqui, a intenção é destacar os espaços instituídos pela via legal para a comunicação com a população afetada no contexto de implantação de empreendimentos hidrelétricos. Esses espaços serão doravante denominados *espaços instituídos da comunicação*, e são constituídos pelo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), pelas Audiências Públicas (APs) e pelo Plano de Comunicação Social integrante, em geral, do Plano Básico Ambiental (PBA). O Quadro 2, a seguir, posiciona as resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) que levaram à produção desses espaços.

¹⁶ Disponível em : <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/licenciamento-falta-de-estrategia-de-corpo-tecnico-e-ausencia-de-participacao-democratica-sao-os-principais-problemas-dizem-especialistas> Acessado em nov. 2015.

Quadro 2 Espaços instituídos da comunicação no licenciamento ambiental

Resolução CONAMA	Espaços instituídos da comunicação
Conama nº 001, de 23/01/1986	Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)
Conama nº 09, de 03/12/1987 e Conama nº 237, de 19/12/1997	Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental.
Conama nº 006/1987 Conama nº 422 ¹⁷ , de 23/03/2010	Planos e Programas do PBA Projetos de Comunicação para a fase de obras

Fonte: Elaborado pela autora

Destaca-se que os espaços legais aqui denominados sob o termo “comunicação”, carregam distintas concepções, podendo aparecer em alusão à publicidade, informação ou participação social. Para melhor estruturação dessa dissertação optou-se por apresentar a problematização em torno desses termos no capítulo subsequente.

1.4.1. O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)

De acordo com a legislação, o RIMA tem por missão traduzir o conteúdo técnico-científico do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), tornando-o acessível à população das áreas atingidas por empreendimentos. Sua proposição se deu no contexto da redemocratização do país e trouxe como proposta dar publicidade a questões anteriormente restritas aos concessionários. Por essa característica, ele é considerado no âmbito legal um documento-chave para a promoção da participação social no contexto de implantação de empreendimentos potencialmente danosos (IBAMA, s/d a). Em seu artigo 9º, a Resolução Conama 001/86 diz:

O relatório de impacto ambiental - RIMA refletirá as conclusões do estudo de impacto ambiental e conterà, no mínimo:

I - Os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;

II - A descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas e locacionais, especificando para cada um deles, nas fases de construção e operação a área de influência, as matérias primas, e mão-de-obra, as fontes de energia, os processos e técnica operacionais, os prováveis efluentes, emissões, resíduos de energia, os empregos diretos e indiretos a serem gerados;

¹⁷ Em seu *caput*, a Resolução Conama 422/2010 “estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e dá outras providências”. Apesar de não citar os termos informação e/ou comunicação, é nessa resolução que se encontra alusão às práticas comunicativas que serão planejadas no âmbito dos Projetos Básicos Ambientais (PBAs) e desenvolvidas ao longo da fase construtiva dos empreendimentos de alto impacto ambiental.

III - A síntese dos resultados dos estudos de diagnósticos ambiental da área de influência do projeto;

IV - A descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;

V - A caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto e suas alternativas, bem como com a hipótese de sua não realização;

VI - A descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderam ser evitados, e o grau de alteração esperado;

VII - O programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos;

VIII - Recomendação quanto à alternativa mais favorável (conclusões e comentários de ordem geral) (Resolução Conama 01/86. In MEDAUAR, 2014).

No que diz respeito à sua perspectiva de comunicação, cabem algumas pontuações. Primeiro, que, em geral, não há o envolvimento das comunidades afetadas – principal público ao qual esse documento se destina - na definição de quais seriam as principais questões de seu interesse que constassem nesse documento. Dessa forma, perguntas como “quais são os principais receios que a população possui em relação a esse empreendimento?” e “como esse empreendimento vai impactar de fato as suas vidas e o território onde vivem?” somente poderiam constar no RIMA se a comunidade fosse consultada para a sua elaboração. Por isso, não raro, o seu conteúdo é questionado por movimentos sociais, populações locais e outras entidades representativas (ou interessadas nas questões) dos grupos sociais afetados.

Outro aspecto em relevo é que, embora haja uma orientação mínima em relação ao escopo do conteúdo do RIMA, a seleção do que “entra” e do que “não entra” nesse documento compete aos próprios empreendedores (FERNANDES, 2014). Esse processo de seleção e as escolhas realizadas é norteado pela ideia de facilitação de conteúdo tal como preconiza a lei, no artigo 9º, parágrafo único:

O RIMA deve ser apresentado de forma objetiva e adequada a sua compreensão. **As informações devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual**, de modo que se possam entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implementação (Resolução Conama 01/86. In: MEDAUAR, 2014, grifo nosso).

Essa proposta parte da ideia de que as populações afetadas são, em geral, muito simples e desconhecedoras dos procedimentos do licenciamento ambiental e, portanto, o documento deve possuir um caráter essencialmente didático. Na prática, as empresas de consultoria ambiental tem apostado na atuação mútua entre jornalistas e designers gráficos nas equipes técnicas do RIMA, visando alcançar essa “forma” prevista pela lei.

Os estudos sobre comunicação no licenciamento ambiental tem considerado, portanto, que o RIMA cumpre função essencialmente publicitária e informativa – e que não tem contribuído efetivamente para a transparência e para possibilitar a participação social (LOCATELLI, 201; FERNANDES, 2014; FERNANDES et al, 2014).

1.4.2. As Audiências Públicas

No licenciamento ambiental, as Audiências Públicas (APs) possuem o *status* de espaço jurídico da participação social por excelência. De acordo com o sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA),

A audiência pública é uma das etapas da avaliação do impacto ambiental e o **principal canal de participação da comunidade nas decisões em nível local**. Esse procedimento consiste em apresentar aos interessados o conteúdo do estudo e do relatório ambiental, esclarecendo dúvidas e recolhendo as críticas e sugestões sobre o empreendimento e as áreas a serem atingidas.

As audiências públicas poderão ser realizadas por determinação do IBAMA, sempre que julgar necessário, ou por solicitação de entidade civil, do Ministério Público ou de 50 ou mais cidadãos. O edital de realização da audiência é publicado no Diário Oficial da União e em jornal regional ou local de grande circulação, rádios e faixas, com indicação de data, hora e local do evento (IBAMA, s/d b, grifo nosso).

Nas APs, os atores locais, nesse momento providos do RIMA, são convidados a discutir o projeto técnico do empreendimento bem como os resultados do EIA. Em sua tese de doutorado, Fernandes (2014) concluiu que se trata de um processo informativo e consultivo, com baixas possibilidades de intervenções reais da população. Franco e Teixeira (2014) consideram que as Audiências Públicas possuem espaços abertos e espaços interditados à negociação. Segundo as autoras, a amplitude dos espaços abertos é influenciada por uma gama de fatores, dependendo da existência de lideranças locais, da mobilização de organizações e grupos sociais não diretamente envolvidos, mas que possuam representação da imprensa e, mais recentemente, das redes sociais. Mas, o

principal ponto são os temas discutidos. Questões que não impactam de forma mais profunda o projeto básico, sobretudo a opção tecnológica, em geral são debatidas nos espaços abertos. Por outro lado, não raro, parâmetros técnicos centrais para os projetos dos grandes empreendimentos são interditados à negociação e discutidos nos espaços fechados, cuja principal característica é ser restritivo a participação dos não especialistas. O modelo proposto se assemelha ao que Palacios et al (2003) chamam de participação reativa. Nas suas palavras,

Uma participação reativa identifica esta com percepção pública, ou melhor, com mera opinião pública, entendidas como interferência externa que é necessário incorporar à gestão (com a qual seriam suficientes mecanismos de sondagem ou, em essência, consultivos). Entender deste modo a participação pública é criar riscos de manipulação e instabilidade, assim como omitir uma contribuição potencialmente valiosa (a do conhecimento popular local e dos atores sociais implicados) na resolução de problemas relacionados com a inovação tecnológica e a intervenção ambiental (PALACIOS et al, 2003, p.139).

Em suma, as críticas desses autores convergem para a problemática que Arnstein (1969) põe em tela: em geral, grupos sociais mais vulneráveis são convidados a participar enquanto espectadores de decisões já tomadas por aqueles que detem o poder sobre as principais definições. Dessa forma, a participação acaba por se reduzir a um processo de escuta com baixas possibilidades de intervenção sobre aspectos decisórios. As ideias dessa autora serão retomadas no capítulo subsequente.

1.4.3. Os Planos e Programas de Comunicação do PBA

Primeiramente, situamos que é nesse espaço de comunicação que se inserem as discussões propostas por essa pesquisa. Anteciparemos algumas das suas características, mas o detalhamento e a sua discussão serão realizados no capítulo 5.

A obrigatoriedade de um programa de comunicação no âmbito do licenciamento ambiental está associada à promulgação da Resolução Conama nº 006/1987, que instituiu o Projeto Básico Ambiental (PBA) como documento obrigatório para a construção de hidrelétrica. Essa resolução, no entanto, não explicitou quais programas devem constar no PBA, embora tenha sinalizado que eles devem ser produzidos a partir das indicações da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) dos empreendimentos.

Há que se lembrar que - da mesma forma que o RIMA e as Audiências Públicas - o PBA foi instituído no contexto de redemocratização do país, período em que as discussões sobre o direito à informação e à comunicação ganharam mais força e visibilidade. Desde então passou a figurar nos Termos de Referência (TR) de empreendimentos do setor elétrico a obrigatoriedade da elaboração de programas orientados para o relacionamento do empreendedor com os grupos sociais afetados (SILVA, 2012; FERNANDES, 2014). Entre eles, os planos e programas de comunicação social, aos quais foram sendo designadas as funções de informação / comunicação / participação social com vistas à mitigação dos “impactos ambientais”. No entanto, a produção e a execução dessa comunicação – que concentra suas ações especialmente durante a fase de obras - envolve distintos atores, interesses e disputas. Segundo Locatelli (2011), nos programas de comunicação do PBA

Trabalha-se na zona de tensão entre os interesses do **Estado**, que necessita da obra para cumprir objetivos políticos e estratégicos; do comprador da concessão pública (**concessionário**), que precisa construir a obra nos prazos e custos determinados em contratos com o Estado e financiadores e das metas dos investidores; da **população atingida**, que vive na área e quer ver seus direitos respeitados e ampliados; **dos Estados e das prefeituras dos municípios atingidos**, interessados nos investimentos e compensações, e das **organizações da sociedade civil**, engajadas na defesa de distintos interesses em torno de contenciosos políticos (LOCATELLI, 2011, p.23, grifo nosso).

Sendo os planos e programas de comunicação do PBA essencialmente uma medida para compensar e mitigar os impactos socioambientais de empreendimentos, entendemos que as suas ações não devem ser tratadas como a comunicação praticada pelas áreas institucionais das organizações. Essa comunicação deve, além de falar dos impactos ambientais provocados pela atividade ou empreendimento em licenciamento, ser submetida à aprovação (documento de planejamento) e ao monitoramento (relatórios de acompanhamento durante as fases de obra e de operação) do órgão ambiental. Isso não significa, no entanto, que na prática esses planos/programas não venham sendo apropriados pelos concessionários como parte de seu escopo institucional e, portanto, tratados como ações de responsabilidade socioambiental. Esse aspecto será especialmente observado no Plano de Interação Social e Comunicação (PISC) da UHE Belo Monte, documento que representa a política de comunicação da Usina com os grupos sociais afetados.

2. COMUNICAÇÃO, SAÚDE E DESENVOLVIMENTO

2.1.. Comunicação e Saúde

A evolução das políticas de saúde no Brasil produziu diferentes concepções e modelos especialmente a partir do final do século XIX (LUZ, 1991; ESCOREL, 2012; ESCOREL, TEIXEIRA, 2012). Informação e comunicação, por um longo período associadas à educação, estiveram juntas nesse percurso, com seus saberes e práticas (ARAÚJO, CARDOSO, 2007). Nessa pesquisa não contaremos essa história com riqueza de detalhes, mas demarcaremos momentos assinalados como consensuais pela literatura e que traduzem a tecitura dessa relação, bem como as suas implicações para a cristalização de determinadas práticas (PITTA, 1995; CARDOSO, 2001; ARAÚJO, CARDOSO, 2007; PESSONI, 2010).

Apesar de as primeiras instâncias de saúde terem sido criadas na chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, somente no final do século XIX foram desenvolvidos e implementados os serviços e programas de saúde pública em nível nacional (ESCOREL, TEIXEIRA, 2012). Nesse período, a saúde estava intimamente relacionada às crises sanitárias e tinha como foco o combate aos surtos epidêmicos, especialmente em São Paulo (malária, febre amarela, febre tifóide e surtos gastrointestinais) e no Rio de Janeiro (principalmente a febre amarela), e “a ação do Estado em relação à saúde se restringia a medidas ordenadoras da vida urbana que visavam à manutenção de um estado geral de salubridade” (ESCOREL, TEIXEIRA, 2012, p.285). Instituições públicas de higiene e saúde vinham sendo implementadas progressivamente por Oswaldo Cruz, à época à frente da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP).

Com Oswaldo Cruz teve início o campanhismo, modelo altamente centralizado no governo federal, caracterizado por sua curta duração e por, não raro, assumir um perfil bélico, análogo ao das operações militares, que teve nas campanhas sanitárias um de seus principais instrumentos (LUZ, 1991; PAIM et al, 2011; CARDOSO, 2001). Em sua dissertação de mestrado, Janine Cardoso (2001) explica que, a reboque desse modelo¹⁸, termos de caráter belicoso como *campanha*, *combate*, *vigilância*, *guerra*, *alvo* foram cunhados ou adquiriram especial relevo, sugerindo uma relação de causalidade

¹⁸ Luz (1991) explica ainda que “este modelo [o campanhismo] de inspiração americana, mas importado de Cuba, tornou-se um dos pilares das políticas de saúde no Brasil e no continente americano em geral” (p.78-79).

direta entre a doença e um agente *invasor*, que deveria ser evitado, combatido, exterminado, “sendo perfeitamente compatível com a racionalidade médica moderna, centrada na *doença* e não na saúde” (CARDOSO, 2001, grifo da autora).

Com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), em 1920, foram introduzidas a propaganda e a educação sanitárias como estratégias para combater as epidemias urbanas e promover a adoção de medidas higiênicas (PITTA, 1995; CARDOSO, 2001). Cyrino & Cyrino (1997) explicam que, visando superar resistências e adequar-se a uma nova conjuntura político-social do país, nessa mesma década, as Reformas Carlos Chagas (RJ, 1920) e Paula Souza (SP, 1925) procuraram associar técnicas de propaganda as atividades sanitárias campanhistas. Esse contexto marca, de forma mais explícita, o início da relação entre comunicação e políticas de saúde, sob forte influência do componente educativo (ARAÚJO, CARDOSO, 2007; PESSONI, 2010; PITTA, 1995).

Araújo e Cardoso (2007) resgatam que, nesse período, ocorria um intenso debate sobre os avanços científicos da bacteriologia, parasitologia e microbiologia. A possibilidade de identificar um agente causador para cada doença, bem como de estabelecer formas de transmissão e controle de algumas, puseram em relevo o componente educativo. Para os sanitaristas, atividades de caráter preventivo e educativo deveriam criar a consciência sanitária na população a partir da internalização de valores e de comportamentos saudáveis e preventivos, alterando o curso das doenças (CARDOSO, 2001).

Em decorrência, o componente educativo passou a ganhar relevância, pois estes indivíduos precisariam corrigir seus hábitos tidos como nefastos à saúde. É natural que, nesse contexto interpretativo, que ganhou força nas décadas seguintes, **educação e comunicação – esta pensada ainda como propaganda** – formassem o binômio que deveria garantir o sucesso das políticas públicas em saúde, o que se estendeu pelo século XX até, em boa medida, aos nossos dias (ARAÚJO, CARDOSO, 2007, p.24, grifo nosso).

Já a política de saúde no período populista que caracterizou a primeira fase da Era Vargas foi marcada por uma saúde previdenciária. A criação dos institutos de seguridade social e sua organização por categorias profissionais ao longo da década de 1930, bem como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, levaram à vinculação dos direitos civis e sociais à posição do indivíduo no mercado de trabalho (PAIM et al, 2011). Os cidadãos e, portanto, aqueles que tinham direito à assistência

pública médica, eram os trabalhadores alocados em ocupações estabelecidas e definidas por lei e não deveriam ser acometidos por doenças que lhes impedissem de trabalhar. Nesse contexto, especialmente durante o Estado Novo, a comunicação e a educação também se mostraram estratégicas no projeto de construção da imagem do homem “sadio e educado”, conforme explica Cardoso (2001):

Se as questões trabalhistas e previdenciárias já manifestavam sua prioridade a partir do Governo Provisório (1930-34), também a educação, a comunicação e a saúde se revelaram estratégicas, principalmente no Estado Novo (1937-45): não só do ponto de vista econômico, mas na tessitura ideológica que buscava instaurar um novo regime (por oposição ao anterior, “velho e oligárquico”), uma nova nação e um novo homem brasileiro (sadio e educado). Todas essas representações foram amalgamadas na imagem de Vargas, construída como a do pai protetor e, simultaneamente, do dirigente empreendedor (CARDOSO, 2001, p.56).

Se os problemas de saúde eram vistos, sobretudo, como decorrentes da falta de educação da população, disseminar informações sobre as doenças e os seus procedimentos de prevenção tornava-se urgente. Com esse objetivo, Vargas¹⁹ criou o Serviço Nacional de Educação Sanitária (SNES), na década de 40, que produzia metodologias e materiais educativos utilizados por uma rede de organizações e serviços, e veiculados pelos meios de comunicação. Segundo Araújo & Cardoso (2007), nas décadas seguintes “as concepções de comunicação estiveram sempre presentes na modelagem das políticas públicas de saúde, particularmente nas que supunham uma intervenção direta sobre os costumes e práticas da população” (ARAÚJO, CARDOSO, 2007, p.25).

Nas décadas de 1950 e 1960, a tentativa de implantar um projeto nacional de desenvolvimento econômico moderno teve reflexos no âmbito da saúde pública e da comunicação. Foi nesse contexto que surgiram as empresas de saúde e que o Ministério da Saúde (MS) se estabeleceu independente da área de educação. Nesse período, a concepção de saúde surge como uma consequência do desenvolvimento econômico, e as políticas de saúde foram subordinadas ao esforço do progresso e ao enriquecimento da nação, conforme explicam Escorel e Teixeira (2012):

¹⁹ Araújo e Cardoso (2007) destacam ainda a criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) em convênio com o governo norte-americano, que se estabeleceu enquanto produtor e disseminador de materiais informativos e educativos, especialmente os impressos.

A ideia-força do pensamento sanitaria desenvolvimentista era que o nível de saúde de uma população depende, em primeiro lugar, do grau de desenvolvimento econômico de um país ou de uma região e que, portanto, as medidas de assistência médico - sanitária são, em boa parte, inócuas quando não acompanham ou integram esse processo (idem, p.310).

Dessa forma, a saúde é concebida como sinônimo de desenvolvimento, enquanto que o seu oposto - a doença - reflexo de atraso econômico (LIMA et al, 2005). Essa lógica elevou o sanitarismo ao seu auge, redundando no aumento e na reprodução da dicotomia saúde pública *versus* atenção médica individual (LUZ, 1991, p.80). No campo da comunicação, perfilava-se nessas décadas a chamada “comunicação para o desenvolvimento”, na qual a saúde ganhou um espaço privilegiado de discussão. Por apresentar forte correlação com a perspectiva de comunicação privilegiada pelo concessionário de Belo Monte, essa discussão será aprofundada no item 2.4.

Com a tomada do poder pelos militares, em 1964, e o início do período do “milagre brasileiro”, foram criadas as assessorias de comunicação social e os serviços de informação. Os setores voltados para a educação em saúde foram vinculados à área técnica e as coordenadorias de comunicação ficaram diretamente ligadas ao ministro ou ao seu gabinete, passando a responder pela relação com os órgãos de imprensa. Nesse contexto, educação e comunicação foram separadas institucionalmente (CARDOSO, 2001).

O período do “milagre” foi, ainda, fortemente marcado pelo estímulo à iniciativa privada no setor saúde. O Plano Nacional de Saúde (PNS), também conhecido como Plano Leonel Miranda (1968) pretendia que todos os hospitais governamentais fossem vendidos para a iniciativa privada, transformando-os em empresas privadas. Com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1966, essa instituição passou a ser a grande compradora de serviços privados de saúde, estimulando um padrão de organização médica orientado pelo lucro (ESCOREL, 2012). A política de saúde do ‘milagre’ era coerente com a política econômica vigente, cujo lema era um crescimento acelerado com uma elevada taxa de produtividade, aliado a baixos salários para grande parte da massa trabalhadora²⁰. Paim et al (2011) destacam que a responsabilidade pela oferta da atenção à saúde foi estendida aos sindicatos e instituições filantrópicas que ofereciam assistência de saúde a trabalhadores rurais e que

²⁰ Madel Luz (1991) sublinha que, apesar de esse contexto ter desfavorecido a maioria das categorias, os trabalhadores especializados, os técnicos e os quadros superiores empregados nos setores de ponta da economia foram beneficiados.

os subsídios diretos a empresas privadas para a oferta de assistência médica a seus empregados foram substituídos por descontos no imposto de renda, o que levou à expansão da oferta dos cuidados médicos e à proliferação de planos de saúde privados.

Luz (1991) sintetiza que, nesse período, “a saúde passou então a ser vista como um bem de consumo no conjunto da sociedade. Especificamente, um bem de consumo médico²¹” (idem, p.82). Nesse contexto, os serviços de saúde se tornaram o foco da crise do modelo de política social vigente entre 1975 e 1982 e, no início dos anos 80 a crise das políticas sociais (saúde, habitação, educação) levou à mobilização da sociedade civil organizada para reivindicar pela segurança dos direitos de cidadania aos brasileiros, dentre os quais se incluía a saúde (PAIM et al, 2011).

Simultaneamente, na esteira dessas reivindicações, surgiu o movimento conhecido como Reforma Sanitária, que pôs em tela, pela primeira vez na história do país, a saúde como uma dimensão social da cidadania, sendo um direito universal e dever do Estado. Isso porque a concepção política e ideológica trazida por esse movimento, ao passo que incorporou o discurso da prevenção, também reconheceu o papel do Estado na assistência médica, defendendo a saúde não como uma questão exclusivamente biológica a ser resolvida pelos serviços médicos, mas sim como uma questão social e política (ESCOREL, TEIXEIRA, 2012).

A 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, foi o marco institucional desse processo. Nela foi aprovado o conceito de saúde como um direito cidadão e delineados os fundamentos do Sistema Único de Saúde (SUS). Em 1988, a nova (e atual) Constituição da República reconheceu formalmente, em seu artigo 196, a saúde como direito de todos e dever do Estado brasileiro. No âmbito das práticas setoriais, educação, comunicação e informação foram indicadas como pré-requisitos para o direito à saúde, favorecendo a revisão de práticas cristalizadas e trazendo o reconhecimento da participação social como um dos pilares do sistema de saúde (CARDOSO, 2001). Essas concepções foram tomadas como diretrizes para os princípios organizativos e doutrinários do Sistema Único de Saúde (SUS) e, a partir da década de 1990 essas discussões desembocaram no nascente campo da Comunicação e Saúde (PESSONI, 2010).

²¹ A autora explica que essa concepção se originou de uma síntese aliando o sanitarismo campanhista oriundo da Primeira República ao modelo curativo da atenção médica previdenciária do período populista “numa estratégia de medicalização social sem precedentes na história do país” (LUZ, 1991, p.81).

Nessa retomada buscou-se resgatar marcos que foram identificados como capitais pela literatura consultada na delimitação das relações entre informação e comunicação nas políticas públicas de saúde. Foi possível apreender que essas relações, bem como as próprias concepções de “comunicação” e “saúde” foram sendo moldadas de acordo com os diferentes contextos políticos, sociais e econômicos que as condicionaram. O próximo item será dedicado a apresentar duas concepções que se circunscrevem nesse contexto: a saúde negativa e a saúde positiva.

2.2. Saúde negativa e saúde positiva

Como vimos no item 2.1, a definição de “saúde” não é consensual e esteve na base das discussões e da luta pelo direito à cidadania desde a Primeira República, alcançando conquistas significativas com o movimento da Reforma Sanitária (LUZ, 1991; ESCOREL, 2012; ESCOREL e TEIXEIRA, 2012). Do combate a doenças epidêmicas ao seu entendimento enquanto direito civil, pode-se afirmar que duas concepções atualmente regem as teorias e práticas no campo da saúde: a “saúde negativa” e a “saúde positiva” (CZERESNIA, 2003).

A concepção negativa se baseia na compreensão de “saúde como ausência de doença” e, ainda, de “doença como ausência de saúde”²², excluindo do seu horizonte toda a dinâmica social e subjetiva que dão sentido à existência humana (CAMARGO JR, 2007). Essa concepção rege o modelo biomédico, “posto que será sempre necessário referir-se à doença e ao risco quando se orientam ações no sentido de preveni-los” (ALMEIDA FILHO, 2013, p. 121). Nesse sentido, Almeida Filho (2013) explica que a concepção negativa se baseia em uma expectativa reducionista da epidemiologia enquanto saber, limitando-a a complementar o saber clínico e a “proteger corpos, populações e ambientes de vetores, agentes mórbidos e fatores de risco, erradicando-os ou controlando-os, desse modo prevenindo a ocorrência de doenças, agravos e suas complicações” (idem, p.8).

Essa concepção induz a uma série de distorções, e tem como principais consequências a medicalização e a ênfase na prevenção de doenças. Segundo Camargo Jr (2007), limitar a compreensão de saúde à ausência de doenças incorre “a ênfase

²² Camargo Jr (2007) destaca que a indefinição conceitual da categoria doença é apontada por diversos autores, entre os quais destaca-se Canguilhem, que descreve a dupla tautologia da doença como ausência de saúde e saúde como ausência de doença.

excessiva na tecnologia ‘dura’ na produção de diagnósticos, a redução da terapêutica à prescrição medicamentosa, e a ênfase numa perspectiva dita curativa ou no máximo contemplando a prevenção das ditas doenças” (CAMARGO JR, 2007, p.64).

Em contrapartida, a “concepção positiva” é informada por uma noção ampliada de saúde, que remete à definição proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1946, que a conceituou como um completo estado de bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doenças e enfermidades. Dina Czeresnia (2003) explica que essa concepção, que sustentou a Reforma Sanitária e que rege atualmente o Sistema Único de Saúde (SUS), assumiu destaque em 1986, quando foi incorporada ao Relatório Final da VIII Conferência Nacional de Saúde, reconhecendo a saúde como direito civil. De acordo com Luz (1991), esse reconhecimento “implica uma visão desmedicalizada da saúde, na medida em que subentende uma definição afirmativa (positiva), diferente da visão tradicional, típica das instituições médicas, que identifica saúde com ausência relativa de doença” (LUZ, 1991, p.87).

No Brasil, a concepção de saúde positiva foi central nos questionamentos trazidos pela da medicina social e pelo movimento da saúde coletiva frente ao esgotamento do modelo científico biologicista da saúde pública. Ambos colocaram em tela propostas de que as condições de saúde dos diferentes grupos populacionais são condicionadas por dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais (FRANCO NETTO, 2012). Em nível internacional, Czeresnia (2003) destaca a Conferência Internacional sobre Promoção de Saúde, realizada em Ottawa (1986), na qual se postulou a concepção de saúde como qualidade de vida resultante de complexo processo condicionado por diversos fatores, tais como, paz, alimentação, justiça social, ecossistema, renda e educação.

Se a concepção negativa associa-se a prevenção de doenças, a concepção positiva, quando desdobrada em políticas públicas, aparece sob o discurso da promoção da saúde. Nesse sentido, Camargo Jr (2007) sugere que essa concepção carrega em si “armadilhas”, uma vez que, visando extrapolar o empobrecimento da simples evitação de doenças, busca restaurar em toda a sua plenitude os valores mais amplos da vida, deixando-os a cargo do chamado “setor saúde”:

[...] se é de fato desejável que todos os indivíduos possam estender ao máximo suas aspirações, sem limitá-las à mera evitação de doenças, por outro lado é igualmente indesejável supor que é lícito estender a esfera de atuação do chamado “setor saúde” à totalidade da vida, da experiência humana, numa medicalização mais radical do que a

denunciada pelos pioneiros do campo há quatro décadas (CAMARGO JR, 2007, p.71)

Dina Czeresnia (2003) problematiza que, no mote dessa concepção positiva, circulam no discurso da saúde pública duas perspectivas de promoção da saúde. A perspectiva conservadora, pautada na diminuição da responsabilidade do Estado, que delega aos sujeitos, progressivamente, a tarefa de tomarem conta de si; e a perspectiva progressista, que ressalta a elaboração de políticas intersetoriais, voltadas à melhoria da qualidade de vida das populações. Nessa segunda perspectiva, a autora explica que a promoção da saúde alcança uma abrangência para além do campo específico da saúde, incluindo o ambiente em sentido amplo e incorporando elementos físicos, psicológicos e sociais.

Sobre a conceituação positiva de saúde a autora corrobora com as conclusões de Camargo Jr (2007), ao afirmar que, independentemente das diferentes perspectivas filosóficas, teóricas e políticas envolvidas, ela traz um novo problema à medida que se estende à promoção da vida em suas múltiplas dimensões:

Ao se considerar saúde em seu significado pleno, está-se lidando com algo tão amplo como a própria noção de vida. Promover a vida em suas múltiplas dimensões envolve, por um lado, ações do âmbito global de um Estado e, por outro, a singularidade e autonomia dos sujeitos, o que não pode ser atribuído a responsabilidade de uma área de conhecimento e práticas (CZERESNIA, 2003, p.46).

Para fins dessa pesquisa buscaremos compreender qual dessas concepções é definida como dominante pelo concessionário de Belo Monte na política de saúde do seu licenciamento ambiental e como ela entra para o plano da comunicação com a população afetada no programa radiofônico Conversando sobre Belo Monte.

2.3. Informação, comunicação, mobilização e participação social

Informação, comunicação, mobilização e participação social são termos frequentemente presentes nas normas e nas práticas do licenciamento ambiental, e, também, nas teorias e nas práticas da saúde. Portanto, é importante compreender que os limites entre eles são objetos de permanentes debates e disputas, e apresentam diferentes possibilidades interpretativas (OLIVEIRA, 2004).

Araújo e Cardoso (2007) explicam que do ponto de vista teórico, comunicação e informação estão localizadas na mesma matriz: o modelo informacional. Esse modelo,

que se sustenta na Teoria Matemática da Comunicação – também chamada de Teoria Informacional – teve origem nos Estados Unidos, em 1949, durante a 2ª Guerra Mundial e foi proposto por dois engenheiros matemáticos (Shannon e Weaver). Desenvolvido nos laboratórios telefônicos da Bell, seu intuito era tornar os canais de comunicação mais eficazes, a partir do pressuposto básico da comunicação enquanto um sistema de transmissão de mensagens de uma fonte de informação, através de um canal, a um destinatário. Seu principal objetivo era medir a quantidade de informação passível de se transmitir por um canal, evitando-se possíveis distorções (FRANÇA et al, 2001; ARAÚJO, 2001; ARAÚJO, CARDOSO, 2007).

Embora muitas políticas e práticas comunicativas ainda se baseiem nesse modelo, ele foi (e continua sendo) amplamente criticado por estudiosos da comunicação pelos grandes comprometimentos trazidos à dinâmica das relações comunicativas. À medida que se caracterizou pela linearidade, unidirecionalidade e bipolaridade, o modelo informacional implicou: o apagamento dos ruídos, a concepção de língua como conjunto de códigos com significado preestabelecido e estável, e a concepção instrumental da linguagem. Essas características levaram à compreensão por parte dos educadores, comunicadores, planejadores e gestores de saúde de que a prática comunicativa limita-se à transferência de informações a uma população desprovida de saberes relevantes sobre os assuntos que dizem respeito à sua saúde e à sua vida (ARAÚJO, CARDOSO, 2007).

Essas autoras situam ainda que, a partir dos anos 50, com a incorporação da teoria crítica pela comunicação, iniciou-se um processo de diferenciação entre informação e comunicação.

Falando de modo muito genérico, a informação aprofundou os fundamentos e métodos da produção dos dados e sua conversão em informação, e a comunicação deu mais atenção aos procedimentos pelos quais a informação pode ser tratada, circular e ser transformada em saberes pelas pessoas e instituições (ARAÚJO e CARDOSO, 2007, p.31).

A diferença entre informação e comunicação também é apontada por Gabriel Cohn (2001). Para esse autor, a informação é da ordem do fechamento e das exclusões – impondo forma a uma matéria (informação = “enformar”). A comunicação, ao contrário, é um processo expansivo voltado para a inclusão de novos elementos, ou seja, da ordem da abertura e da alteridade.

Sua forma [da informação] característica é a do *sistema*, vale dizer, de entidades capazes de construir e manter fronteiras em relação ao que lhe é externo (ou seja, em relação ao que não é incluído nelas e que portanto é irrelevante na sua perspectiva). Isso contrasta com a comunicação, que é fundamentalmente um processo *aditivo*, operando por conexões comandadas pela conjuntiva *e*. Essas conexões pressupõem um repertório dado, que resulta de seleções prévias. Sua forma mais acabada é a da *rede*, mais do que da mera ligação linear (COHN, 2001, p. 16-17, grifos do autor).

Situando esses termos nas abordagens do campo da comunicação pública, Jorge Duarte (2007) define que a informação é a principal matéria-prima que alimenta a comunicação e que essa última, por sua vez, “é um processo circular, permanente, de troca de informações e de mútua influência” (DUARTE, 2007, p.4). Para esse autor, informação é apenas a nascente do processo que vai desaguar na comunicação, viabilizada pelo acesso, pela participação, pela cidadania ativa e pelo diálogo.

Outro termo que vem sendo apropriado pelas práticas organizacionais, especialmente por aquelas que se definem como de interesse público, é *mobilização social*. Para Toro e Werneck (1997) mobilizar é “convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados” (idem, p.5). Esses autores defendem que a mobilização se dá em busca de um objetivo que convenha a todos – ou seja, que traga um verdadeiro sentido de público – e que tenha como linha condutora a democracia. Segundo Toro (2005):

Todo projeto, programa ou reforma que envolvam a aceitação e o compromisso da vontade dos afetados (positiva ou negativamente) devem prestar atenção especial às estratégias comunicativas. Se a proposta de reforma ou o projeto não fazem sentido para os implicados, a implementação é muito difícil e a sustentabilidade duvidosa (TORO, 2005, p.83).

Concebendo a comunicação enquanto processo de produção de sentidos, Toro e Werneck (1997) problematizam ainda a confusão entre as práticas de mobilização com as manifestações públicas, que se limitam à convocação física de pessoas em um mesmo espaço. Segundo Araújo (2003), essa inversão conceitual é recorrente nas práticas organizacionais, traduzindo-se na “imobilização” da população, cujo papel é reduzido a condição de platéia.

A prática de intervenção das nossas organizações usa e abusa do termo mobilização, aplicando-o, porém, ao inverso, pelo menos no que concerne à população que, em tese deveria ser mobilizada (mobilizar = pôr em movimento). Às pessoas se pede que ajam como autômatos, que façam tudo igual, que se disponham a obedecer, seguir regras, adotar procedimentos padrões. É assim nas campanhas de

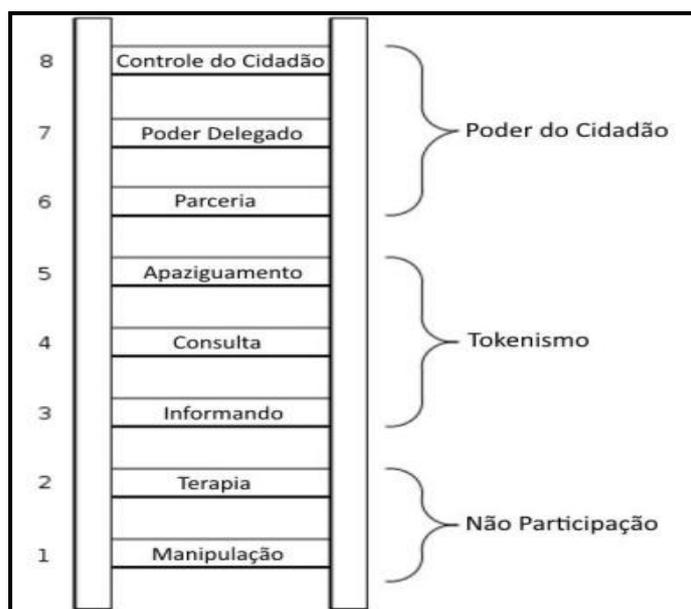
saúde, nos dias de campo, na agricultura, nos multirões induzidos etc. Quem se mobiliza, nesses casos, são os representantes das organizações enquanto que a população é imobilizada. O sucesso dessas mobilizações é medido pelo número de pessoas que compareceu ou foi atendida (ARAÚJO, 2003, p.52-53).

A participação, segundo Toro e Werneck (1997) é, ao mesmo tempo, meta e meio em um processo de mobilização social, crescendo em abrangência e profundidade ao longo do processo. Nesse sentido, as contribuições de Sherry Arnstein (1969) são de grande valia. Para essa autora, existe uma diferença fundamental entre passar pelo ritual vazio da participação e dispor de poder real para influenciar os resultados do processo:

A ideia de participação cidadã se assemelha um pouco a comer espinafre: em princípio ninguém é contra, pois afinal, faz bem à saúde (...) porém, o forte aplauso se reduz a leves palmas quando este princípio é defendido pelos grupos dos sem-nada: negros, imigrantes mexicanos, porto-riquenhos, índios, esquimós e brancos pobres (ARNSTEIN, 1969, s/p).

Os argumentos da autora se concentram na ideia de que a participação sem redistribuição de poder mantém o *status quo*, além de possibilitar que aqueles que detém o poder decisório argumentem que todos os lados foram ouvidos, mas beneficiar apenas aqueles que lhes interessa. Sherry Arnstein (1969) propôs uma escada de participação cidadã com oito degraus, na qual a cada degrau que se sobe aproxima-se da participação, que pressupõe um controle efetivo por parte dos cidadãos.

Figura 3 Escada de Participação Cidadã proposta por Arnstein (1969)



Fonte: Adaptado de Arnstein (1969)

Segundo a autora, esses degraus representam:

- Degraus 1 e 2 (Manipulação e Terapia): os tomadores de decisão “educam” ou “curam” os participantes, no sentido de ajustar os valores do público aos seus interesses;
- Degraus 3 e 4 (informação e Consulta): há uma concessão limitada de poder, que permitem aos sem-nada ouvir e serem ouvidos;
- Degrau 5 (Apaziguamento): permite aos sem-nada a aconselhar os poderosos, mas sem garantir a eles o direito de tomar a decisão final;
- Degrau 6 (Parceria): possibilita uma negociação de igual para igual com os detentores do poder; e
- Degraus 7 e 8 (Poder delegado e Controle do cidadão): o cidadão sem-nada detém a maioria nos fóruns de tomada de decisão, ou mesmo o completo poder gerencial.

Cabe destacar que nessa pesquisa não analisaremos os processos de mobilização e participação social durante a implantação de Belo Monte. Contudo, por se tratarem de termos frequentemente evocados nos planos e nas práticas de comunicação do licenciamento ambiental, optamos por apresentar, ainda que brevemente, a problematização em torno deles adicionalmente às diferenciações entre informação e comunicação.

2.4. A perspectiva desenvolvimentista da comunicação

Nesse item procura-se situar a perspectiva desenvolvimentista da comunicação, que introduziu o modelo informacional no Brasil, sobre o qual já antecipamos a discussão no item 2.3. Essa perspectiva, que foi conceituada na década de 70 como *comunicação para o desenvolvimento*, possui uma origem marcadamente norte-americana e proliferou, especialmente, em países da América Latina e do Caribe (MELO, 2011). Para essa pesquisa, ela se mostra de grande valia para auxiliar na compreensão da perspectiva orientadora da política de comunicação da Usina de Belo Monte, projeto cuja concepção vem se sustentando há décadas em discursos sobre seu potencial de promover o desenvolvimento do país.

Para compreender o seu contexto de introdução no Brasil, José Marques de Melo (2011) remonta ao período pós 2ª Guerra Mundial, e destaca a década de 50 como marco capital na demarcação do entendimento da comunicação como alavanca civilizatória ou reguladora do progresso. Esse autor explica que, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e de seus organismos, a estagnação econômica dos países subdesenvolvidos havia se tornado um “barril de pólvora” para os governos americanos. Isso porque, à época, a preocupação com o avanço do comunismo pelo mundo havia se tornado central para os países desenvolvidos, que acreditavam que a pobreza de povos de outros continentes e, portanto, o subdesenvolvimento, eram condições que poderiam favorecer a disseminação desse temido modelo econômico (ARAÚJO, CARDOSO, 2007; MELO, 2011).

Araújo e Cardoso (2007) acrescentam ainda que predominava o entendimento de que “a pobreza seria produto da falta de informação, de educação e de atitudes adequadas ao progresso, havendo uma relação direta de causa e consequência entre comunicação e o progresso do país” (idem, p.48). Dessa forma, a informação seria a via para se instruir a população, de modo a levar educação e promover mudanças no seu comportamento que as ajustasse ao modelo de desenvolvimento que se pretendia difundir verticalmente dos países desenvolvidos para o chamado “Terceiro Mundo”.

José Marques de Melo (2011) salienta que a ONU visava desenvolver um projeto internacional de cooperação para o desenvolvimento socioeconômico dos países periféricos, na América Latina, e também na Europa em reconstrução. Para a América Latina, Índia e África, foi lançado o Ponto IV (1949) – um plano cujas ações desenvolvimentistas estavam focadas na população rural e preconizavam a adoção de técnicas de comunicação na luta contra os desequilíbrios sociais (ARAÚJO, CARDOSO, 2007). Conforme salientaram Herbelê e Soares (2013), para a efetividade das políticas de desenvolvimento orientadas para populações essencialmente rurais e dispersas era necessário, então, contar com os emergentes meios de comunicação de massa.

Há que se destacar que, nas décadas de 40 e 50, os estudos norte-americanos de comunicação de massa (*Mass Communication Research*) estavam em franca emergência e influenciaram as propostas difusionistas que balizavam a forma de desenvolvimento rural norte-americana e a traduziram em modelo para os países periféricos (MELO, 2011). As pesquisas em desenvolvimento tratavam, em sua maioria, da relação entre as pessoas e os meios de comunicação de massa, e entre as diversas vertentes que delas se

originaram. Segundo Herbelê e Soares (2013), a partir dos anos 50 “a comunicação para o desenvolvimento foi recebida com entusiasmo não apenas nos Estados Unidos, mas também em diversos países que dependiam da estabilidade geopolítica emanada pelo central-americanismo, como o Brasil e outros países da América Latina” (HERBELÊ, SOARES, 2013, p.155).

No âmbito acadêmico, inúmeros questionamentos sobre a visão econômica de desenvolvimento emergiram na década de 60. O expressivo crescimento econômico que marcou essa década se baseou em um intenso processo de industrialização e de urbanização, que puseram em relevo suas consequências sociais contraditórias. Os questionamentos emergentes a esse modelo de desenvolvimento se sustentavam no argumento de que a concepção vigente excluía os menos instruídos e, portanto, despojados de requisitos para ingressar no mercado de trabalho. Dessa forma, atentava-se para o fato de que as mudanças sociais beneficiavam apenas a classe média e os trabalhadores qualificados. Melo (2011) explica que, na esteira desses questionamentos,

A academia reformulou seu referencial teórico, **substituindo o conceito de desenvolvimento pelo de modernização**. Tratava-se de legitimar o desenvolvimento sem justiça social, estratificando o bem-estar de poucas camadas da sociedade, o progresso dentro da ordem (MELO, 2011, p.11, grifo nosso).

É nesse contexto que inúmeros teóricos americanos também passaram a ter uma grande influência nas ideias em curso, especialmente Wilbur Schramm e sua tese sobre a comunicação como “motor de desenvolvimento nacional”. Melo (2007) destaca que foi com o ensaio *Mass Media and National Development*²³, publicado em 1964, que as relações entre comunicação e desenvolvimento conquistaram legitimidade acadêmica. Mas, foi na década de 70 que o termo *comunicação para o desenvolvimento* apareceu formalmente e, com Everett Rogers, recebeu uma definição:

El proceso por el cual una idea es transferida de una fuente a un receptor con la intención de cambiar su comportamiento. Por lo general, la fuente quiere alterar el conocimiento del receptor sobre alguna idea, crear o cambiar su actitud hacia la idea, o persuadirlo de que adopte la idea como parte de su comportamiento normal (ROGERS apud PESSONI, 2010, p.43).

Considerado o “pai” da *comunicação para o desenvolvimento*, Everett Rogers entendia que modernização e desenvolvimento eram praticamente sinônimos,

²³ Esse ensaio foi uma encomenda realizada à Schramm pela Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

pressupondo que a adoção de inovações tecnológicas implicaria numa evolução automática dos indivíduos de tradicionais para modernos (PESSONI, 2010). A noção de desenvolvimento que balizou essa matriz desconsiderava, portanto, as questões socioculturais implicadas no processo de comunicação entre diferentes atores, repercutindo as ideias incutidas no modelo informacional. A definição explicitara o emissor como o detentor do saber e, portanto, a voz qualificada; e o receptor como seu contraponto (ARAÚJO, CARDOSO, 2007).

Segundo Pessoni (2010), ainda que não conceituada à época, na América Latina, a *comunicação para o desenvolvimento* surgiu nos anos 60 com duas frentes: a “comunicação e saúde” e a “difusão de inovações tecnológicas em meio rural”. Em ambas, a ideia de sensibilizar e persuadir populações-alvo para a adoção e manutenção de atitudes e práticas recomendadas era central e tinha nas estratégias de comunicação o motor para a sua operacionalização. É nesse contexto que foram criados inúmeros cursos de extensão rural no Brasil e, com eles, a implementação de um projeto ancorado na perspectiva difusionista da informação e da comunicação.

A introdução da *comunicação para o desenvolvimento* na agenda oficial brasileira correspondeu ao nosso *boom* desenvolvimentista, e foi assimilada pelos governos militares ora em associação à segurança nacional, ora em prol da superação da pobreza (MELO, 2011). Esse autor destaca ainda que após a transição para os governos democráticos a ideia de uma comunicação para o desenvolvimento não logrou êxito, voltando a adquirir importância logo que o Estado decidiu acelerar o desenvolvimento, mas não obteve a participação da sociedade. Nesse sentido, é possível traçar um paralelo com a concretização do projeto de Belo Monte. Proposto ainda durante o regime militar, a Usina passou a figurar como obra prioritária do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na última década, ainda que amplamente contestada por inúmeros segmentos da sociedade.

Segundo Cyrino e Cyrino (1997) a introdução da *comunicação para o desenvolvimento* se tornou hegemônica especialmente nos campos da comunicação e educação em saúde, e trouxe como consequências a instrumentalização de práticas verticais (emissor-receptor), resultando na polaridade “moderno x arcaico” ou “saber x ignorância”. Segundo Araújo e Cardoso (2007), essa perspectiva foi responsável por desenraizar muitas pessoas e comunidades das suas histórias, culturas, objetivos e ritmos de vida.

A relação entre comunicação e desenvolvimento foi, então, objeto de severas restrições, pois representava exatamente o que se desejava abolir do país: uma perspectiva autoritária, que correspondia a interesses alheios, não respeitava a história e os contextos locais, não permitia a politização da população (ARAÚJO, CARDOSO, 2007, p.50).

No livro “Comunicação & Saúde” essas autoras apresentaram um quadro, que sintetiza os conceitos subjacentes à perspectiva desenvolvimentista da comunicação, realizando uma comparação entre os polos da relação (emissor/receptor) e apontando as missões da comunicação. Esse quadro, reproduzido a seguir (Quadro 3), foi adaptado do livro de Odilo Antônio Friedrich, *A Comunicação Rural: proposição crítica de uma nova concepção*, publicado em 1986.

Quadro 3 Conceitos subjacentes à perspectiva desenvolvimentista da comunicação

Características do Emissor	Características do Receptor	Missão da Comunicação
Tem conhecimento	Vazio de conhecimento	Prover o conhecimento
Interpreta cientificamente a realidade	É acientífico, não sabe interpretar a realidade	Interpretar a realidade de acordo com a percepção do emissor
Tem valores corretos	Não possui valores adequados	Mudar valores
Tem condutas ou sabe quais são as desejáveis	Possui condutas ou hábitos indesejáveis	Obter condutas e hábitos desejáveis
Representa o que é moderno	É tradicionalista, resiste a mudanças	Quebrar o tradicionalismo
Tem atitudes progressistas	É apático ao progresso	Mostrar vantagens do progresso e despertar aspirações
Conhece a verdade	Desconhece a verdade	Doar a verdade
É sábio	É ignorante	Ensinar, entregar a ciência e sabedoria
É superior	É inferior	Reconhecer a superioridade do emissor
É protagonista	É espectador	Criar expectativas
É ator-emissor de mensagens	É público-receptor de mensagens	Prover condições para uma eficiente recepção das mensagens
É sujeito do progresso	É objeto do progresso	Transformar o receptor em um objeto mais maleável

Fonte: Friedrich (1986) apud Araújo e Cardoso (2007).

No Brasil, um dos principais combatentes dessa corrente foi Paulo Freire. Na obra “Extensão ou Comunicação?”, Freire (1983) partiu do contexto de relacionamento entre o técnico agrícola e o agricultor para apresentar, de forma crítica, as diferentes

concepções que marcam os termos extensão e comunicação. Para ele, a extensão é o ato de *estender algo a outrem*, e traduz de forma cruel a lógica da imposição de um saber entendido como qualificado sobre outro considerado como irrelevante naquela relação. A partir da visão de Freire, a difusão de materiais informativos e educativos, elaborados a partir da perspectiva, do contexto e dos interesses puramente do emissor, caracterizaria uma relação de extensão no lugar de comunicação.

Parece-nos, entretanto, que a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para, à sua maneira, “normalizá-la”. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo. Daí que, em seu “campo associativo”, o termo extensão se encontre em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação, etc. E todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase “coisa”, o negam como um ser de transformação do mundo (FREIRE, 1983, p.14).

De acordo com o pedagogo, a comunicação só pode existir em uma relação dialógica que tenha como pressuposto a consideração dos saberes dos grupos aos quais se dirigem e que se oriente no sentido de normalizá-la à sua maneira. Araújo e Cardoso (2007) destacam que, apesar da imensa contribuição do autor na proposição de uma perspectiva de comunicação em oposição a perspectiva desenvolvimentista, ao propor que os polos emissor e receptor fossem iguados Freire acabou por deixar de fora um componente crucial para o entendimento das relações comunicativas: o conflito. Nesse sentido, em sua tese de doutorado, Araújo (2001) propôs um modelo – o mercado simbólico²⁴ – que visa a auxiliar na compreensão dos processos sociais implicados na comunicação. Nesse modelo o que está em disputa é a produção e a circulação de sentidos sociais: a concorrência pelo poder simbólico - o “poder de fazer ver e fazer crer” (BOURDIEU, 1989; ARAÚJO, 2001; ARAÚJO, 2004).

A comunicação opera ao modo de um mercado, onde os sentidos sociais – bens simbólicos – são produzidos, circulam e são consumidos. As pessoas e comunidades discursivas que participam desse mercado negociam sua mercadoria – seu próprio modo de

²⁴O *Mercado Simbólico*, tal como estabelecido pela autora, é um modelo em rede, descentrado e multipolar, e pressupõe que a concorrência pelo poder simbólico se dá pelo capital simbólico (uma espécie de poder ligado à capacidade de constituição da realidade) que cada comunidade discursiva detém. Aquelas com maior acúmulo de capital simbólico podem ocupar posições mais centrais na produção dos sentidos sociais, ao passo as posições mais periféricas são delegadas àquelas com menor acúmulo de capital simbólico. As posições ocupadas pelos participantes desse mercado, porém, não são estanques, e se movimentam conforme as conquistas ou perdas obtidas durante a luta para manterem suas posições (no caso das comunidades discursivas mais centrais) ou para as comunidades periféricas se aproximarem mais do centro – o espaço mais nobre de produção dos sentidos sociais, ou seja, do exercício do poder simbólico.

perceber, classificar e intervir sobre o mundo e a sociedade – em busca de poder simbólico, o poder de constituir a realidade” (ARAÚJO, 2004, p.167).

Vale destacar que, embora não seja a intenção aplicar o modelo do mercado simbólico ao contexto da pesquisa, o modelo ajuda a melhor visualizar as noções imbricadas nesse conceito, a partir da ilustração de relações de comunicação e, fundamentalmente, por explicitar a importância dos contextos na produção dos sentidos sociais. As propostas interpretativas de Araújo (2001; 2002; 2004) permitem compreender o ambiente no qual o concessionário opera, além de tomá-lo como um dos agentes do Mercado Simbólico, que informará a sua concepção de comunicação e saúde e o lugar delas nas suas relações com os demais atores.

3. OS CAMINHOS DA PESQUISA

A proposta original desta pesquisa era discutir a participação social das comunidades atingidas na dinâmica de mitigação dos impactos à saúde durante a fase de obras da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Com o auxílio do trabalho de orientação foi possível notar que o cumprimento desse objetivo sem a realização de atividades de campo e de entrevistas seria praticamente impossível, pois os documentos que baseariam as análises – os relatórios semestrais dos Programas de Interação Social e Comunicação (PISC) e do Plano de Saúde Pública (PSP) – não forneciam os subsídios necessários para a proposta interpretativa, como as atas das reuniões comunitárias, por exemplo. Por outro lado, acompanhar *in loco* essas atividades seria inviável diante da indisponibilidade de recursos institucionais para realizar o trabalho de campo no Pará, bem como em função do curto prazo para a elaboração de uma dissertação. A opção foi estabelecer um novo outro recorte.

Partimos então para o desenho com o qual chegamos ao projeto de qualificação, cuja proposta era analisar os impactos associados à saúde das populações afetadas a partir dos documentos que expressam as políticas de comunicação e de saúde indígenas e não indígenas da Usina. No entanto, o Projeto Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA – CI)²⁵ indicou que todo o histórico relativo à definição dos impactos à saúde indígena, bem como as ações do Programa Integrado de Saúde Indígena (PISI) estavam sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Atenção Indígena (Sesai). Somou-se à dificuldade de acesso a esses documentos, que não estão disponíveis publicamente no sítio eletrônico do Ibama (órgão licenciador); da Funai (órgão interveniente para questões indígenas); e tampouco do concessionário (Norte Energia), o fato de que as inúmeras particularidades do licenciamento ambiental indígena implicariam abrir mão das políticas de comunicação e de saúde orientadas para categorias mais amplas de grupos sociais definidos como “comunidades afetadas”. Optou-se, então, por apresentar os elementos interpretativos presentes nos documentos obtidos junto à Funai como parte do contexto de implantação da Usina, no capítulo 4, mas sem levá-los para a análise do corpus específico.

Chegamos, enfim, a atual proposta: analisar as políticas e práticas de comunicação e saúde produzidas no âmbito do licenciamento ambiental geral da UHE

²⁵ O PBA-CI foi solicitado à Fundação Nacional do Índio (Funai) por e-mail encaminhado em 8 de abril de 2015. A instituição explicou que a sua disponibilização só poderia ser realizada em visita ao acervo da sede instituição, que foi realizada em 18 de maio de 2015.

Belo Monte. Na introdução desta dissertação apresentamos como cada capítulo buscou contribuir para o cumprimento dos objetivos específicos dessa pesquisa. No item a seguir, apresentaremos a abordagem adotada, o método (Estudo de Caso), as principais fontes consultadas e a organização estabelecida para a realização da análise.

3.1. Estudo de caso

Durante a elaboração desta pesquisa a Usina Hidrelétrica Belo Monte estava em processo de construção. Após quatro décadas de polêmicas e controvérsias em torno das consequências sociais, ambientais, econômicas e culturais do seu projeto básico, essa Usina foi autorizada a encher os reservatórios em novembro de 2015 e a sua operação comercial estava prestes a ser iniciada quando da conclusão dessa dissertação, em março de 2016.

Diante do reduzido número de trabalhos específicos sobre programas de comunicação de hidrelétricas para a fase de obras e da complexidade do processo de licenciamento ambiental de Belo Monte, a opção metodológica foi a elaboração de um estudo de caso. De acordo com Creswell (2007), essa metodologia possibilita que o pesquisador explore em profundidade fatos, processos ou programas, coletando informações e dados durante um amplo período de tempo. Yin (2001) complementa que o uso de estudo de caso como metodologia é especialmente aplicável a pesquisas que pretendem responder à sua questão a partir da análise descritiva e da análise explicativa de determinado fenômeno. Nesse caso, a abordagem qualitativa se mostrou a mais apropriada, uma vez que ela busca o aprofundamento de um assunto específico por meio de descrições, explorações, comparações, e interpretações, respondendo a questões muito particulares que não podem ser quantificadas (MINAYO, 2008).

Nesse sentido, buscamos (re) construir – a partir de distintas fontes que serão apresentadas adiante – o histórico de implantação de Belo Monte, concentrando-nos na descrição de marcos relacionados especialmente ao seu licenciamento ambiental. A partir dessa contextualização “macro”, entraremos no universo específico dos documentos que representam as políticas de comunicação e de saúde do concessionário buscando compreender a perspectiva de comunicação produzida no âmbito da política e como ela orienta e materializa a circulação dos impactos à saúde das comunidades atingidas por essa hidrelétrica.

Para a elaboração do estudo de caso foram consultadas distintas fontes: bibliográficas, documentais, sítios eletrônicos de instituições representativas do Governo, de movimentos sociais, de Organismos Não Governamentais (ONGs), e do próprio concessionário (Grupo Norte Energia).

A pesquisa bibliográfica foi realizada inicialmente no Portal de Periódicos Capes/ MEC, a partir da busca por artigos, resenhas, jornais e revistas que tivessem em seu título o descritor “Belo Monte”. A busca, realizada em maio de 2015, resultou em 54 achados, sendo que desses, 14 eram repetidos. Dos 40 textos, 14 tratavam dos impactos da obra ao ambiente físico e à biota²⁶; sete abordavam os conflitos ambientais; cinco tratavam especificamente da questão indígena; quatro abordavam aspectos técnicos de tecnologias hidrelétricas; quatro concentravam-se na análise histórica de implantação da Usina; dois versavam sobre incertezas e controvérsias científicas; dois eram artigos jornalísticos sobre decisões governamentais em torno de Belo Monte e, finalmente, dois abordavam aspectos inerentes à comunicação. Para a elaboração do Estudo de Caso foram lidos:

- os textos sobre conflitos ambientais que, em geral, apresentaram os atores a favor e contrários à Usina no período anterior à fase de obras e indicaram o protagonismo dos grupos indígenas nesse processo;
- a produção centrada na análise do processo histórico de implantação da Usina;
- os estudos sobre incertezas e controvérsias científicas de Belo Monte;
- os artigos jornalísticos sobre decisões governamentais em torno de Belo Monte;
- e
- os artigos que abordaram a comunicação em torno de Belo Monte.

Nenhum dos materiais encontrados a partir dessa busca abordou especificamente os impactos da Usina à saúde humana²⁷ e, tampouco, a comunicação do concessionário na fase de obras. Os dois estudos associados à comunicação referiram-se à análise do vídeo do Movimento Gota D'Água e aos discursos produzidos por Belo Monte em mídias sociais. A busca possibilitou ainda notar que a maioria dos estudos disponíveis

²⁶ Os resultados dessa busca indicaram a predominância de pesquisas centradas nos impactos físicos e bióticos da Usina. Essas publicações discorriam sobre as potenciais interferências de Belo Monte à ictiofauna (peixes), à vegetação, à qualidade da água, à fauna terrestre e ao aumento de emissões de gases na atmosfera.

²⁷ Embora saibamos que impactos ambientais ao meio físico e biótico representam impactos à saúde humana, essa associação não apareceu em correlação com as palavras-chave dos artigos identificados.

sobre essa Usina foram publicados em língua inglesa e não foram produzidos por pesquisadores brasileiros.

Além do Portal de Periódico da Capes, foi realizada busca no Google Acadêmico. Nela, procuramos identificar estudos mais específicos sobre políticas de comunicação no licenciamento ambiental. A partir dessa ferramenta, localizamos dois estudos de grande valia para essa dissertação: a Tese de doutorado de Carlos Augusto Locatelli, sobre o poder da comunicação na implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (UFRS, 2011); e a Tese de doutorado de Backer Ribeiro Fernandes sobre os planos de comunicação no processo de licenciamento ambiental do Estado de São Paulo (USP, 2014).

Consultamos ainda as edições eletrônicas da Revista da Associação Latinoamericana de Ciências da Comunicação (ALAIIC), da 1ª edição (2004) à 21ª edição (julho – dezembro de 2014). Nessa revista, buscamos encontrar artigos que discutissem processos informativos / comunicativos de impactos de hidrelétricas à saúde humana ou que tratassem da relação comunicação – saúde no licenciamento ambiental. Não identificamos nenhum estudo com essas características.

Foi realizada também pesquisa nos sítios eletrônicos de entidades e programas governamentais (Instituto Brasileiro do Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama²⁸ e Programa de Aceleração do Crescimento - PAC); de entidades ambientalistas (Greenpeace e Instituto Socioambiental – ISA); de movimentos sociais atuantes no processo de implantação da Usina (Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; Movimento Xingu Vivo e Movimento Gota D'Água); da grande mídia²⁹ (Folha de São Paulo; Revista Exame; Jornal O Globo) e do concessionário (Norte Energia). A intenção foi extrair contribuições de cada um desses atores para contar uma história: a história de implantação de Belo Monte. Em geral, essas fontes indicaram a elaboração de uma cronologia histórica com marcos bastante semelhante àqueles também indicados na literatura.

A pesquisa documental foi de extrema relevância para a reconstrução histórica, política e legal do processo de implantação da obra. Importante observar que, salvo aqueles que aqui serão destacados como *corpus específico*, os demais documentos não

²⁸ No sítio eletrônico do IBAMA concentramo-nos no link <<https://www.ibama.gov.br/licenciamento/>>, no qual está hospedado o processo de licenciamento ambiental não indígena da UHE Belo Monte.

²⁹ É importante informar ao leitor que nos sítios eletrônicos das entidades ambientalistas, dos movimentos sociais e da grande mídia a pesquisa se orientou pela busca de publicações especiais focadas em Belo Monte.

foram objeto de análise, embora tenham contribuído para a sua realização. Dessa forma, elencaremos os documentos que contribuíram para a realização da pesquisa, destacando, em negrito, aqueles que foram analisados.

- Plano Nacional de Energia Elétrica 1986 - 2010 (PNEE, 1986);
- Legislação Ambiental sobre comunicação e barragens;
- Diagnóstico de Meio Socioeconômico do Estudo de Impacto Ambiental (EIA);
- Relatório de Impacto Ambiental (RIMA);
- Projeto Básico Ambiental (PBA);
- Projeto Básico do Componente Indígena (PBA-CI);
- Licenças Ambientais (LP; LI; LO);
- Pareceres Técnicos do Ibama e da Funai;
- Estudo realizado por universidades sobre o EIA – RIMA (Painel de Especialistas); e
- Relatórios Semestrais do Programa de Interação Social e Comunicação (PISC);
- Relatórios Semestrais do Plano de Saúde Pública (PSP);
- **Relatório das ações antecipatórias do Programa de Interação Social e Comunicação;**
- **Programa de Interação Social e Comunicação (PISC) do PBA;**
- **Plano de Saúde Pública (PSP) do PBA;** e os
- **Roteiros e Áudios do programa Radiofônico “Conversando sobre Belo Monte”**

A seguir, retomaremos os documentos em destaque, apresentando as estratégias adotadas para a sua análise.

3.2. A análise

Conforme já apresentado, o objetivo principal dessa pesquisa é analisar as políticas e práticas de comunicação e saúde produzidas no âmbito do licenciamento ambiental geral da UHE Belo Monte. Essa discussão recai sobre a análise da política de

comunicação e de saúde e do produto de comunicação elaborado a partir da interface entre elas: o programa radiofônico “Conversando sobre Belo Monte”:

Esse recorte deriva de opções realizadas ao longo da pesquisa. Primeiramente, cabe lembrar que excluímos do universo de análise as políticas e práticas de comunicação e de saúde indígenas, pelos motivos já expostos. Embora essa opção tenha implicado abrir mão da discussão que envolve os grupos indígenas, ela traz à cena a perspectiva de comunicação que orientou o relacionamento do concessionário com todos os demais grupos que fazem parte da Área de Influência da hidrelétrica, como veremos no item 5.1. Dessa forma, a opção no âmbito da política foi realizar a análise a partir dos documentos de planejamento de comunicação e de saúde do Projeto Básico Ambiental (PBA), orientados para categorias de público distintas, entre as quais **não** estão incluídos os povos indígenas da área de influência da Usina.

Em segundo lugar, destacamos a opção pelo programa de rádio “Conversando sobre Belo Monte”. Os principais critérios de seleção foram o desenvolvimento conjunto de um produto de comunicação pelo PISC e pelo PSP, que tivesse as comunidades afetadas como seu principal público-alvo. Para tal, pesquisamos nos relatórios semestrais do PISC e do PSP elaborados no período de junho de 2011 a março de 2015 e disponíveis publicamente no sítio eletrônico do Ibama e identificamos ações que correspondessem a essa característica. No PISC, além do referido programa de rádio, identificamos a produção de um boletim informativo impresso, intitulado “Informe Norte Energia” e do blog do empreendimento (<http://blogbelomonte.com.br/>) no qual circularam temas relativos aos impactos à saúde da população. No entanto, nenhum desses dois produtos foi elaborado a partir da interface entre as políticas de comunicação e de saúde do concessionário. No Plano de Saúde Pública (PSP), a única ação referenciada como conjunta com a comunicação do concessionário foi o próprio programa radiofônico “Conversando sobre Belo Monte”.

Cabe resgatar que a proposta da pesquisa foi contar um caso. Esse caso, no entanto, comporta uma história que informa e, ao mesmo tempo, é “enformada” por distintas concepções e perspectivas de comunicação, saúde e ambiente que foram produzidas, disputadas e que se legitimaram durante o processo de licenciamento ambiental da Usina.

No Plano de Saúde (PSP) interessa-nos especificamos conhecer o grupo de impactos definidos pelo empreendedor como “da saúde”, a concepção dominante de saúde (negativa / positiva) e de ambiente que pautaram a sua definição e a relação

estabelecida entre saúde – comunicação a partir do PSP. Pode-se afirmar que não analisaremos o PSP a partir da sua estrutura organizativa e, devido às associações com a política de comunicação, essa análise será iniciada no item 4.3 e percorrerá o capítulo 5 em distintos momentos.

O Programa de Interação Social e Comunicação (PISC) será analisado a partir da identificação e da discussão da perspectiva de comunicação dominante no documento e da relação estabelecida com o Plano de Saúde Pública (PSP), demarcando a relação comunicação - saúde para a fase de obras de Belo Monte. No entanto, durante a pesquisa exploratória identificamos que as ações do PISC foram antecipadas e iniciadas anteriormente à própria elaboração do EIA, que disponibilizou um volume para apresentar o desenvolvimento de ações com a população afetada durante as chamadas “medidas antecipatórias”. Então, a análise do PISC partirá do referido relatório, buscando compreender a perspectiva de comunicação que se delineou na fase 1 do programa, que compreendeu o período de 2007 a 2011. Na sequência, a análise foi concentrada no documento da política de comunicação integrante do Projeto Básico Ambiental (PBA), que representa a fase 2 do PISC. Para a análise desse documento, partimos dos próprios itens de estruturação do referido programa de comunicação: Introdução, Público-Alvo; Justificativa; Objetivos; Base Legal e Linhas de Ação. Por questões de fluidez textual essas categorias não foram apresentadas na mesma ordem e tampouco no mesmo item – elas estão distribuídas nos itens 5.1. e 5.3. A partir delas buscamos identificar a perspectiva de comunicação que orienta ambas as fases do programa (medidas antecipatórias e fase de obra), prestando especial atenção aos seguintes aspectos: a imagem que o empreendedor constrói de si; a imagem que Belo Monte constrói das populações afetadas; a missão da comunicação e a relação estabelecida entre as políticas de comunicação e de saúde (PISC – PSP).

No Programa de Rádio “Conversando sobre Belo Monte” a análise também será realizada em dois momentos. Em um primeiro, baseado nos temas de saúde presentes a partir das indicações dos relatórios consultados; e em um segundo, centrado nos programas de rádio propriamente ditos (Roteiros e Áudios). Os procedimentos metodológicos da análise do rádio serão detalhados no item 5.4 dessa pesquisa.

4. O CASO: BELO MONTE

4.1 A usina

A Usina Hidrelétrica Belo Monte está localizada no rio Xingu, no estado do Pará, e se situa nas adjacências de onze municípios³⁰. Nas áreas previstas para sofrerem impactos do empreendimento vivem indígenas de diferentes etnias, populações ribeirinhas, agricultores, pescadores, pequenos produtores locais e moradores de áreas urbanas. Os indígenas – atores locais que ganharam maior visibilidade na mobilização contra a implantação da Usina (FLEURY, ALMEIDA, 2013) - estão distribuídos geograficamente em: onze Terras Indígenas (TIs), uma Área Indígena (AI), além daqueles que vivem nas cidades de Altamira e na Volta Grande do Xingu (VGX) – os chamados índios citadinos (NORTE ENERGIA, 2013).

Quadro 4 Grupos Indígenas na Área de Influência da UHE Belo Monte

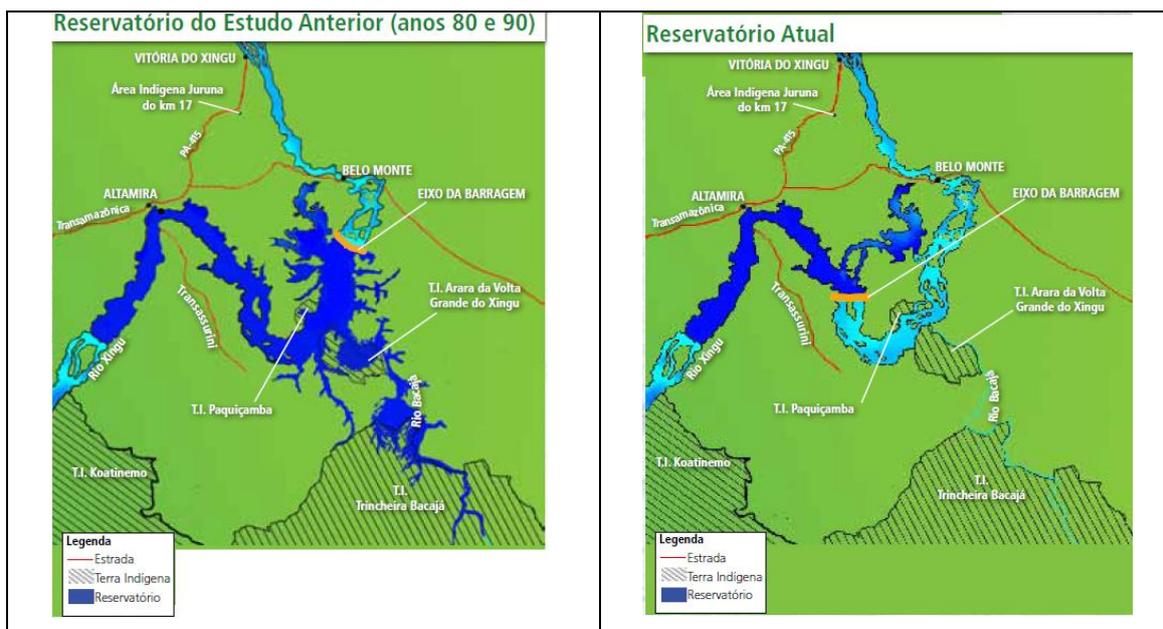
Terra Indígena (TI)	Etnia
TI Paquiçamba	Juruna
TI Arara da VGX	Arara
TI Koatinemo	Asuriní do Xingu
TI Araweté Igarapé Ipixuna	Araweté
TI Apyterewa	Parakanã
TI Arara	Arara
TI Cachoeira Seca	Arara
TI Trincheira Bacajá	Xikrin do Bacajá
TI Kararaô	Kararaô
TI Xipayá	Xipayá
TI Kuruaya	Kuruaya
Área Indígena (AI)	Etnia
AI Juruna do Km 17	Juruna
Índios Citadinos de Altamira e da VGX	

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Norte Energia (2013)

³⁰De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), os estudos realizados para a construção de Belo Monte consideraram três áreas diferentes para avaliação dos impactos. A Área de Influência Indireta (AII), a Área de Influência Direta (AID) e a Área Diretamente Afetada (ADA). A AII é representada pela totalidade dos 11 municípios atingidos: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. A AID corresponde àquelas que ficam em volta da UHE Belo Monte e do reservatório e a ADA é representada pelas áreas das obras ocupadas pelas estruturas principais de engenharia e por toda a parte de infraestrutura necessária para a construção da Usina, como a barragem, os canteiros de obra, as estradas de acesso e áreas de bota-fora, considerando também as áreas de inundação.

Belo Monte é a terceira³¹ maior hidrelétrica do mundo em termos de geração de energia, com capacidade para gerar 11.233 MW de energia/hora durante o pico, sendo sua capacidade firme média de 4.571 MW/hora. Essa variação se deve à opção tecnocientífica pelo modelo a *fio d'água*³², que levou à redução em um terço da área do reservatório planejado inicialmente (BRASIL, 2009).

Figura 4 Redução da área alagada em relação ao projeto inicial



Fonte: Relatório de Impacto Ambiental (BRASIL, 2009, p.16).

De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA), essa mudança aconteceu devido às pressões dos movimentos contrários à Usina (ISA, [2000?]), bem como às demais tensões que serão apresentadas no item 4.2. Com esse modelo, o reservatório formado alagará 503 km², sendo 228 km² correspondentes ao próprio volume do rio no período de maior cheia. Mas, em períodos de estiagem, em que a vazão do rio diminuir, a Usina gerará menos energia (BRASIL, 2009), ficando mais suscetível aos riscos de futuras alterações climáticas e tornando-se, portanto, economicamente desvantajosa (PINTO, 2012; VIEIRA, 2014).

Nesse sentido, o modelo a *fio d'água* é considerado um dos aspectos mais controversos do projeto básico de Belo Monte, uma vez que essa foi a opção menos

³¹ Atualmente, a maior hidrelétrica do mundo é a Usina Três Gargantas, na China; e a segunda maior é a binacional Itaipu (Brasil / Paraguai).

³² De acordo como o glossário do Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM), Usina a fio d'água é aquela que, para gerar energia, utiliza reservatório com acumulação suficiente apenas para prover regularização diária, semanal ou mesmo utilizando-se diretamente da vazão afluente do rio (CCBM, [2011?]).

danosa em relação aos impactos socioambientais. Mas que, no entanto, resultou na redução da capacidade firme média a ponto de seu custo benefício ser amplamente questionado por pesquisadores e organizações representativas da sociedade civil. Em relação a essa discussão, Lúcio Flávio Pinto explica que:

O tamanho da área de inundação diminuiu significativamente, mas teve efeitos adversos. Sem retenção de água, a usina passará a funcionar com água corrente. Como no verão a vazão do rio é mínima, a hidrelétrica ficará paralisada durante três ou quatro meses. Com isso, a média de energia que poderá gerar estará abaixo de 40% da sua capacidade nominal. Isto significa um kW mais caro. Muito mais. (PINTO, 2012, p.781)

A outorga de Belo Monte ficou a cargo do grupo Norte Energia S/A, um consórcio capitaneado por empresas estatais (Grupo Eletrobrás), e que ganhou o direito de explorar esse empreendimento por 35 anos.

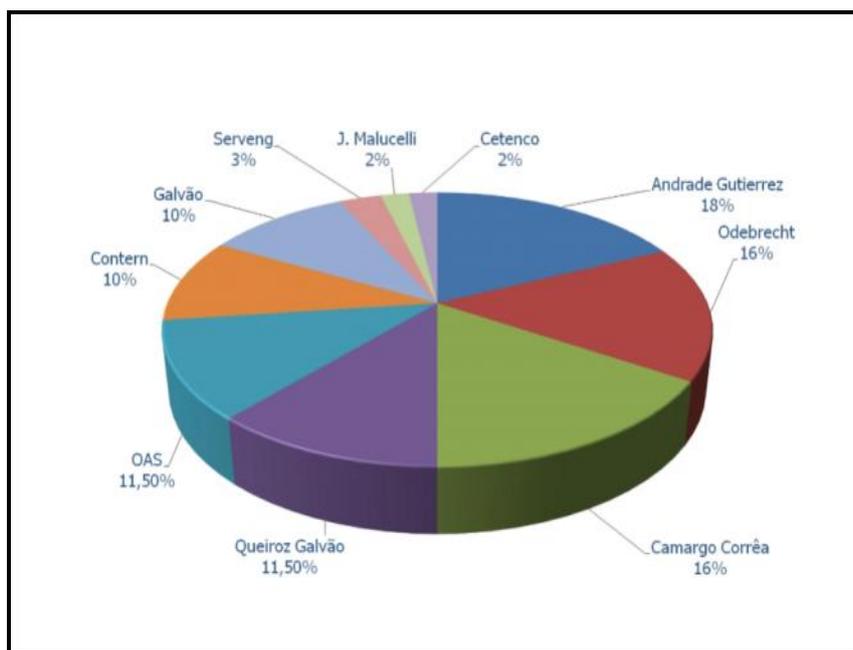
Quadro 5 Composição acionária da Norte Energia S/A

Grupos integrantes do consórcio Norte Energia	% de participação (acionistas)	Distribuição por empresa/organização
Grupo Eletrobrás	49,98%	Eletrobrás (15%); Chesf (15%); Eletronorte (15%)
Entidades de Previdência Complementar	20%	Petros (10%); Funcef: (10%)
Sociedade de Propósito Específico	19,77%	Belo Monte Participações S.A. (Neoenergia S.A.): 10%; Amazônia (Cemig e Light): 9,77%
Autoprodutoras	10%	Aliança Norte Energia Participações S/A (Vale): 9%; Sinobras: 1%
Outras Sociedades	0,25%	J.Malucelli Energia: 0,25%

Fonte: Elaborado pela autora³³.

Para a realização das obras civis da Usina, o grupo Norte Energia contratou um consórcio formado por dez construtoras – o chamado Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM), conforme ilustra a Figura 5.

³³ A autora retirou os dados do sítio eletrônico da Norte Energia, Usina Hidrelétrica de Belo Monte, disponível em <<http://norteenergiasa.com.br/site/portugues/composicao-acionaria/>>. Acesso em Agosto de 2015.

Figura 5 Construtoras responsáveis pelas obras civis da UHE Belo Monte

Fonte:CCBM, [2011?].

A obra foi estimada inicialmente em 16 bilhões de reais e até a autorização para a sua entrada em operação, em novembro de 2015, mais de 30 bilhões de reais foram gastos para a construção da Usina e para o pagamento das ações mitigatórias (MONTEIRO, 2015). No item 4.2, a seguir, apresentaremos marcos capitais do histórico de implantação dessa mega hidrelétrica na Amazônia, especialmente do seu processo de licenciamento ambiental. Vale destacar que distintos atores serão apresentados como parte dessa história, mas que, em função dos objetivos dessa pesquisa, eles não serão analisados em relação aos seus posicionamentos.

4.2. O complexo ambiente da usina hidrelétrica belo monte

A história da Usina Hidrelétrica Belo Monte teve início há pouco mais de quatro décadas, ainda no regime militar. Compreendemos que essa história, tal como propõem Macnaghten e Urry (1998), demonstra que o ambiente e, conseqüentemente, os empreendimentos que nele se instalam, são espaços políticos e, portanto, devem ser vistos, interpretados e avaliados socialmente. Nesse sentido, Belo Monte é um caso emblemático.

Da idealização à sua concretização, o projeto dessa Usina passou por inúmeras reformulações, mas não deixou de ser considerado controverso e de protagonizar discussões que colocaram (e ainda colocam) em xeque as noções de desenvolvimento,

de sustentabilidade socioambiental e, ainda, o papel e a legitimidade dos especialistas na definição de projetos de alto impacto ambiental e das suas consequências para as populações afetadas (LEFF, 2010; FUNTOWICZ, MARCHI, 2010; PALACIOS et al, 2003).

A primeira ideia de construir Belo Monte, cujo nome original era Kararaô³⁴, nasceu de uma conversa entre seu idealizador – o engenheiro canadense John Dennis Cadman – e um balseiro do Rio Xingu, no ano de 1972 (FOLHA, 2013). Em entrevista ao veículo Folha de São Paulo³⁵, Cadman, que hoje é engenheiro aposentado da Eletronorte, afirmou que notou nessa época o potencial promissor do Rio Xingu para a construção de grandes barramentos. Essa percepção motivou o governo brasileiro, via Eletronorte, a iniciar oficialmente os estudos do Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu (1975), determinando os pontos mais favoráveis para a construção de barragens em seu curso. Como resultado desse inventário, concluído em 1980, foi apresentado o projeto de construção de seis hidrelétricas ao longo do Rio Xingu, sendo a principal delas a UHE Kararaô, cujos estudos de viabilidade foram iniciados logo na sequência (BRASIL, 2009).

Hall e Brandford (2012) explicam que esses estudos foram arquivados logo após a sua conclusão, sendo retomados no final da década de 1980 pelo então presidente da República, José Sarney. Segundo Cadman, o arquivamento dos estudos de viabilidade de Kararaô aconteceu devido a problemas de ordem técnica e política. Técnica pela localização em terrenos inapropriados sem a estabilidade necessária, por alagar florestas em excesso e por inundar terras indígenas. Política porque a referida Usina se tornou o centro das atenções do movimento ambientalista, que ganhava corpo e crescia nesse mesmo período no Brasil (FOLHA, 2013). Há que se destacar que a concepção inicial de Belo Monte precede a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), de 1981, que estabeleceu a exigência de Licenciamento Ambiental para empreendimentos de alto impacto socioambiental³⁶.

³⁴ Kararaô significa grito de guerra em Kaiapó (ISA, [2000?]).

³⁵ A referida entrevista foi fornecida para a elaboração de uma série de reportagens especiais sobre Belo Monte, realizada pelo veículo A Folha de São Paulo em 2013 e intitulada “A Batalha de Belo Monte”: <<http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/>> Acessado em mar.2014.

³⁶ Embora desde meados da década de 1970 o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) tenha passado a ser exigido para alguns empreendimentos (BRASIL, 1987), ainda não havia uma política que orientasse claramente os critérios de exigência e, tampouco, os parâmetros para a sua elaboração. Com o estabelecimento da PNMA, os critérios para a avaliação de viabilidade de grandes empreendimentos deveriam deixar de ser apenas baseados no projeto técnico de engenharia, passando a incorporar inúmeras variáveis socioambientais.

Fleury e Almeida (2013) explicam ainda que as conclusões do Inventário Hidrelétrico do Xingu foram publicadas pelo governo brasileiro no Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010, também conhecido como *Plano 2010*. Esse documento propunha a exploração intensiva do potencial hidroenergético da Amazônia por meio da construção de usinas hidrelétricas de grande porte, conforme ilustrado no trecho a seguir.

Do potencial hidrelétrico hoje não aproveitado, a maior parte é representado por usinas localizadas na Amazônia. Mesmo que o mercado de energia elétrica dessa região cresça a taxas significativamente superiores àquelas admitidas nas atuais previsões de mercado, haverá grandes disponibilidades de energia transportáveis a custos competitivos, para as regiões Nordeste e Sudeste. Este fato determinou que **os planos de expansão** - descritos nos itens 5 e 6 - **sejam, a partir do final da próxima década, constituídos basicamente de grandes centrais hidrelétricas na região amazônica**, associadas a hidrelétricas de pequeno e médio porte nas demais regiões do País (BRASIL, 1986, s/p, grifo nosso).

O Plano 2010 indicava ainda que a Usina Hidrelétrica Kararaô - atual Belo Monte - era a melhor opção para iniciar a integração das usinas previstas para o Rio Xingu ao Sistema Interligado Brasileiro. Tratava-se, sobretudo, de um projeto de modernização do Brasil, no qual a Amazônia e o seu potencial hidroelétrico eram centrais para a sua concretização.

Ao final da década, em 1989, em forte oposição ao projeto de construção de um complexo hidroenergético na Amazônia, foi realizado o Primeiro Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, no Pará. Fonteles (2012) destaca que esse encontro atraiu cerca de três mil pessoas, entre elas, índios, ambientalistas, representantes do poder público e figuras célebres, como o cantor inglês Sting e o cantor brasileiro Milton Nascimento. O evento, que ganhou projeção mundial e é considerado um marco do socioambientalismo no Brasil, foi concluído com o lançamento da Campanha Nacional em Defesa dos Povos e da Floresta Amazônica e uma Declaração Indígena de Altamira, que exigiam, sobretudo, a revisão dos projetos de desenvolvimento da região. Essa reunião foi marcada ainda pela cena em que a líder indígena Tuíra Kayapó encostou a lâmina de seu facão no rosto de Muniz Lopes, à época presidente da Eletronorte, logo após a sua exposição sobre a construção da UHE Kararaô. Após esse gesto de resistência ao projeto, Muniz Lopes anunciou que, por significar uma agressão cultural aos índios, a usina Kararaô receberia um outro nome e que não poderiam mais ser

adotados nomes indígenas em usinas hidrelétricas (ISA, [2000?]; BRASIL, 2009; FONTELES, 2012; FOLHA, 2013). Dessa forma, o nome e não o projeto básico e o processo de implantação da usina foi alterado nessa ocasião para Belo Monte.

Figura 6 A líder indígena Tuíra encostando o facão no rosto de Muniz Lopes



Fonte:ISA, [2000?].

Um novo projeto foi elaborado após cinco anos, em 1994, apresentando mudanças significativas em relação à área do reservatório. Com a redução em quase um terço da área inicialmente prevista para alagamento, a Usina deixaria de inundar a área indígena Paquiçamba, na Volta Grande do Xingu. Esse projeto foi apresentado ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) e à Eletrobras, mas veio a ganhar força somente em 2000, “quando foi incluído no Plano Plurianual Avança Brasil, por meio do Programa de Gestão de Energia, no qual a obra foi considerada como estruturante para o eixo de desenvolvimento Madeira-Amazonas” (FONTELES, 2012, p.82). Nesse ínterim, em 1998, a Eletrobrás solicitou à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) autorização para realizar, em conjunto com a Eletronorte, novos estudos de viabilidade da Usina.

Em 2001, no final do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), a crise energética conhecida como apagão impulsionou os investimentos em infraestrutura para geração de energia, e a Usina Hidrelétrica Belo Monte voltou a ser considerada como de interesse estratégico por resolução do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE (BRASIL, 2008). As idas e vindas do projeto nos diferentes governos pós-redemocratização até a sua retomada pela gestão

tucana de FHC foram sintetizadas em uma matéria elaborada pela organização ambientalista *Greenpeace*:

O governo de José Sarney ensaiou desengavetá-los [os estudos da UHE Belo Monte], mas diante dos impactos que o plano original provocaria no meio ambiente e das dúvidas sobre o custo da obra preferiu que eles continuassem trancados. Pesou muito na decisão de Sarney a consolidação da resistência dos povos indígenas do Xingu à obra. Eles sempre foram contrários à usina. Mas em 1989, eles se reuniram no 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu conseguiram repercussão internacional de sua luta, fazendo o governo recuar para uma revisão dos planos. A porta para a hidrelétrica abriu-se novamente durante o apagão no governo Fernando Henrique (GREENPEACE, 2010).

Em 2002 os novos estudos de viabilidade do empreendimento foram apresentados à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), mas o Ministério Público conseguiu, por meio de ação na justiça, paralisar os trabalhos e o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) foi impedido de ser concluído (ISA, [2000?]). Em 2003, já sob o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com Dilma Rousseff a frente do Ministério de Minas e Energia, a defesa da hidroeletricidade como principal motor da matriz energética nacional ganhou novamente força política governamental (BARROS, RAVENA, 2011).

Em 2005 o Congresso Nacional autorizou a Eletrobrás a completar os estudos de viabilidade técnica, econômica e socioambiental da Usina, que foram elaborados a partir de um acordo de cooperação técnica com as construtoras Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Norberto Odebrecht. Em 2006, a Eletrobrás solicitou ao órgão ambiental federal – o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – a abertura do processo de licenciamento ambiental do empreendimento. O processo foi suspenso por liminar que impediu que os estudos sobre os impactos ambientais da hidrelétrica prosseguissem antes que os povos indígenas que seriam afetados fossem ouvidos pelo Congresso Nacional (BRASIL, 2009; ISA, [2000?]).

Rodrigues (2013) destaca que, em 2007 a Justiça Federal voltou atrás e julgou improcedente o pedido do Ministério Público Federal (MPF) de anular o licenciamento ambiental realizado pelo IBAMA, autorizando que o processo prosseguisse mesmo sem a participação das comunidades impactadas. Nesse contexto, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) foi iniciado sem o Termo de Referência (TR) – documento que deve ser emitido pelo órgão ambiental para apresentar o seu escopo mínimo. Nesse mesmo

ano, no entanto, o Ibama realizou vistoria técnica e reuniões públicas nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu, reunindo as comunidades locais e o poder público, e posteriormente emitindo o TR para o licenciamento ambiental de Belo Monte. Ainda em 2007 foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, com fartos investimentos previstos para projetos hidrelétricos, especialmente para a Amazônia, sob a justificativa de que a região concentra 43% do potencial hídrico do país (BANCO MUNDIAL, 2008). Mas foi em 2010 que a Usina Hidrelétrica Belo Monte se tornou efetivamente obra prioritária da segunda fase desse programa – o PAC 2 – no primeiro mandato da atual presidente Dilma Rouseff. O trecho a seguir, extraído do sítio eletrônico desse programa governamental, expressa a concepção de Belo Monte enquanto portadora do desenvolvimento para a Amazônia.

A sociedade brasileira está certa de que é necessário garantir energia elétrica para o crescimento do país e que isso deve ser feito mantendo nossa matriz energética limpa e renovável por meio de hidrelétricas. O governo federal, por sua vez, vem demonstrando que isso pode ser feito agregando-se benefícios fundamentais como ações que melhoram a qualidade de vida da população local e também a infraestrutura urbana e rural, entre outros. No caso da usina hidrelétrica Belo Monte, que será construída no rio Xingu na região de Altamira (PA), está sendo possível dar melhores condições sociais, econômicas e ambientais aos milhares de habitantes dos 10 municípios que estão direta e indiretamente na área de influência da obra (BRASIL, 2011).

É importante notar que a justificativa para implantação do empreendimento pelo governo brasileiro se dá em torno de um modelo de desenvolvimento centrado na modernização da Amazônia– região abundante em disponibilidade de recursos hídricos, mas historicamente negligenciada em termos de políticas públicas, inclusive no que diz respeito ao acesso a esses recursos pela sua própria população (BECKER, 2012; ARAÚJO, 2001). Vale reforçar, nesse sentido, que diferentes governos vem sustentando o argumento de Belo Monte enquanto vetor chave de desenvolvimento, tendo no PAC a sua expressão máxima (BARROS, RAVENA, 2011; NASCIMENTO, 2011).

Retomando a periodização, em 2008, o Conselho Nacional de Política Energética – CNPE definiu que o único potencial hidroelétrico a ser explorado no Rio Xingu seria a Usina Hidrelétrica Belo Monte, impedindo a construção dos outros cinco barramentos também previstos para o mesmo rio (BRASIL, 2008). Após essa Resolução, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou a atualização do

Inventário Hidrelétrico com apenas Belo Monte na bacia do Rio Xingu, e o Ibama realizou nova vistoria técnica para a área do projeto (RODRIGUES, 2013). Nesse mesmo ano, foi realizado, em Altamira, o segundo Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, dezenove anos após a realização do primeiro. Desse evento nasceu uma das principais organizações atuais de oposição à construção de Belo Monte, em favor dos povos indígenas – o Movimento Xingu Vivo Para Sempre³⁷. Nesse evento, o engenheiro da Eletrobrás à época, Paulo Fernando Rezende, foi ferido por índios locais com uma facada em seu braço enquanto discursava sobre os benefícios da construção da usina em tela.

Em 2009, a Eletrobrás protocolou o Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) no IBAMA. Em julho desse mesmo ano o Estudo do Componente Indígena (ECI) foi entregue à FUNAI. Sobre esses documentos do licenciamento ambiental da usina Rodrigues (2013) ressalta que

O IBAMA torna público que recebeu o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), e o disponibiliza incompleto em seu site na internet, liberando os volumes do documento aos poucos, sendo que o último tomo disponibilizado em 08/09/2009, incompleto. Assim, o MPF ajuizou uma nova ação em razão de os Estudos de Impacto Ambiental estarem incompletos, pedido que foi judicialmente aceito, suspendendo novamente o processo de licenciamento até que os Estudos fossem efetivamente completados (RODRIGUES, 2013, p.19).

No âmbito acadêmico, nesse mesmo ano foi elaborado um documento com a proposta de realizar a análise do EIA/RIMA do empreendimento: o Painel de Especialistas. Organizado por Sonia Magalhães (UFPA) e Francisco Hernandez (USP), e elaborado a partir de contribuições de pesquisadores de todo o país, esse painel teve o “objetivo de evidenciar para a sociedade as falhas, omissões e lacunas destes estudos e subsidiar um processo de decisão, que se espera que seja pautado pelo debate público - sério e democrático” (MAGALHÃES, HERNANDEZ, 2009, p.10). No entanto, o próprio resultado desse painel – que teve uma sessão dedicada à saúde³⁸ – foi

³⁷ A página eletrônica do movimento pode ser acessada em: <http://www.xinguvivo.org.br/>

³⁸ Os três capítulos sobre os impactos à saúde elaborados pelo “Painel de Especialistas” adotaram a mesma concepção de saúde definida pelos estudos ambientais da UHE Belo Monte. As críticas trazidas pelos artigos concentraram-se especialmente em apontar que mais doenças do que aquelas previstas pelo EIA – RIMA poderiam ser ocasionadas ou em criticar a relação que, veremos, será estabelecida entre o empreendedor e os gestores do Sistema Único de Saúde (SUS). A única exceção foi o capítulo elaborado por Couto & Silva, que questionou o fato de Belo Monte não ter incluído como parte da sua metodologia um inquérito epidemiológico com a participação da comunidade.

questionado por outros pesquisadores que também se debruçaram sobre o caso de Belo Monte, a exemplo de Saifi & Dagnino (2011). Para esses autores

é preciso ponderar sobre os efeitos do projeto para as populações locais, o que nem o EIA-RIMA da obra (LEME, 2009) e nem a avaliação crítica de Magalhães e Moral Hernández (2009) foram capazes de tratar com o devido rigor. Importante notar que se, por um lado, os autores não ponderaram o peso dos efeitos da usina sobre a população para mascarar a realidade, por outro, os autores da avaliação não levaram em conta o devido efeito sobre a população por não ter tido acesso aos pressupostos por detrás dos indicadores e a base de dados que foi utilizada pelo grupo elaborador do EIA-RIMA (SAIFI, DAGNINO, 2011, s/p).

É possível notar que a lógica que sustenta a construção do ambiente da UHE Belo Monte tanto pelos especialistas envolvidos com o projeto técnico, como pelos especialistas envolvidos com a produção acadêmica, é questionada justamente por pressupor que a ciência daria conta de estudar, entender e traçar as ações corretivas sem considerar a complexidade das relações envolvidas no ambiente que recebeu a Usina (WYNNE, 1992; MACNAGHTEN, URRY, 1998).

Nesse clima marcado por tensões em torno do projeto básico e da legitimidade dos estudos técnicos e socioambientais, ainda em 2009 inúmeras organizações³⁹ do setor empresarial e da sociedade civil se manifestaram oficialmente, apontando seus receios e/ ou apoio frente ao empreendimento e, em geral, solicitando a realização de audiências públicas envolvendo os grupos aos quais representavam (IBAMA, 2009). Destaca-se, nesse contexto, a ausência de representatividade de organizações ou instituições representativas da saúde.

As Audiências Públicas (APs) para apresentação dos resultados do EIA/RIMA, envolvendo a população local, grupos indígenas e inúmeras organizações da sociedade civil ocorreram nesse mesmo ano. Considerada como o espaço jurídico da participação social no licenciamento ambiental, as APs de Belo Monte foram amplamente criticadas, conforme ilustram Hernandez e Magalhães (2011):

³⁹Entre aquelas que se manifestaram na ocasião, constam no oitavo volume dos processos arquivados no sítio eletrônico do IBAMA: Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Paksamba – APRUPAVIX; União Regional de Associações de Produtores Rurais do Estado do Pará – URAPRA (PA); Sindicato Paraense da Pecuária de Corte – SINDICORTE; Movimento das Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade – MMTA CC; Sindicato dos Trabalhadores na indústria madeireira, construção civil e do mobiliário de Altamira e Região - SINTICMA; Federação Nacional dos Urbanitários – FNU; e Associação das Indústrias madeireiras de Altamira – AIMAT.

No caso Belo Monte, o público busca ter voz nas decisões sobre a construção da hidrelétrica, argumentando que não teve a oportunidade de se manifestar, visto que as audiências públicas realizadas foram em número inferior ao que determina a lei, tendo sido destinado pouco espaço a discussão substantiva do caso. O acompanhamento do processo de licenciamento ambiental da terceira maior hidrelétrica do mundo em capacidade instalada é revelador dos mecanismos que fazem com que uma discussão de interesse público seja esvaziada nos vários espaços institucionais que lhe garantiriam a visibilidade pública, tornando-a, na prática, discussão privada, pouco debatida e simultaneamente excludente quanto à caracterização da área diretamente afetada, população diretamente afetada e ameaçada. E, portanto, sobre os custos sociais, econômicos e ambientais que acabam por ser debitados para toda a sociedade brasileira. (HERNANDEZ, MAGALHÃES, 2011, p.296).

No caso das Audiências Públicas de Belo Monte, as críticas aparentes no Painel de Especialistas, bem como aquelas produzidas por diversos movimentos sociais indicam que a população local participou de forma restrita nesse processo, na condição de plateia e, portanto, de receptora de informações sobre a Usina. Ainda que a forte presença de movimentos sociais tenha marcado esses encontros, os seus pleitos não resultaram em mudanças significativas no projeto básico, além daquelas já realizadas no início do processo de licenciamento ambiental⁴⁰ (PINTO, 2012; HERNANDEZ e MAGALHÃES, 2011).

Ainda que com pouco apoio da sociedade civil organizada e da população local, a Licença Prévia (LP 342/2010) foi emitida em 1º de fevereiro de 2010, com 40 condicionantes ambientais e mais 13 condicionantes indicadas em Parecer Técnico da Fundação Nacional do Índio (Funai), sendo amplamente questionada por diversas organizações da sociedade civil, especialmente por aquelas que, juntas, compõem a chamada “Frente de Resistência à Belo Monte”⁴¹ (FLEURY, ALMEIDA, 2013): o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); o Movimento Xingu Vivo para Sempre; a Comissão Pastoral da Terra (CPT); o Conselho Indigenista Missionário (CIMI); o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sintepp - Regional).

O leilão de concessão da Usina aconteceu em 20 de abril desse mesmo ano, ficando a cargo da Norte Energia S/A, conforme apresentado no item 4.1 dessa

⁴⁰ A mudança significativa no projeto básico – a mudança para o modelo a *fio d’água* – foi realizada antes da elaboração do EIA/RIMA.

⁴¹ Dessas organizações, o Movimento Xingu Vivo para Sempre e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) destinam, em seus sítios eletrônicos, uma sessão dedicada exclusivamente a informações sobre os impactos da UHE Belo Monte às populações locais.

dissertação. A emissão da LP e a formação do consórcio Norte Energia trouxeram novamente os impactos ambientais e suas implicações nos campos social e econômico ao debate público, reforçando o clima de tensão política já instaurado. Hall e Brandford (2012) lembram a frase do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à imprensa nessa ocasião: “Belo Monte será construída na lei ou na marra”. Referindo-se ao leilão de concessão da Usina, o então presidente afirmou ainda que “se for preciso, o governo vai construir Belo Monte sozinho”, indicando que o Grupo Eletrobrás, detentor de 49,98% das ações da usina realizaria a obra de Belo Monte ainda que os demais acionistas desistissem de assumir o empreendimento.

Em janeiro de 2011, Aberlado Azevedo, então presidente do Ibama, pediu exoneração de seu cargo. Alguns veículos da imprensa noticiaram que a sua saída estava atrelada à pressão para emissão da Licença de Instalação (LI) definitiva de Belo Monte, a qual ele se negava a liberar (XINGU VIVO, 2011). Logo na sequência, em 26 de janeiro de 2011, o presidente substituto do Ibama, Américo Ribeiro Antunes, emitiu a LI 770/2011. Com validade de apenas um ano, o documento liberou a instalação de canteiros de obras, da infraestrutura para trabalhadores da Usina, da terraplenagem e da melhoria de acessos já existentes. Essa licença autorizou parcialmente a implantação do empreendimento e é considerada uma exceção à regra nos processos de licenciamento ambiental. Fleury e Almeida (2013) chamam a atenção para o fato de que, anteriormente à Belo Monte, somente as Usinas hidrelétricas do Rio Madeira (Santo Antônio e Jirau) havia recebido uma licença nesses moldes. Cinco meses depois, em 1º de junho de 2011, o novo presidente do Ibama, Curt Trennephol, emitiu a LI 795/2011, com validade de seis anos. Essa licença apresentou 23 condicionantes e substituiu a licença de instalação parcial (IBAMA, 2011a).

Um aspecto notório em relação às Licenças de Instalação de Belo Monte foi a sua emissão previamente à aprovação da versão final do Projeto Básico Ambiental (PBA) pelo Ibama. Uma primeira versão desse documento foi submetida ao órgão ambiental, em setembro de 2009, sendo reformulada e reapresentada em março de 2011. A versão intitulada PBA – versão final apresentou 14 Planos, 53 Programas e 28 Projetos, e é resultante de reuniões, de seminários técnicos e de condicionantes aplicados às duas versões anteriores e, embora tenha sido submetida ao Ibama antes da emissão da Licença de Instalação definitiva, foi aprovada somente em setembro de 2011, após o início das obras, conforme sintetizado no trecho do Parecer Técnico 52/2011 do Ibama:

O Projeto Básico Ambiental – PBA foi encaminhado ao Ibama em 30 de setembro de 2009, por meio do Ofício NE 014/2010-DS. Um seminário técnico para discutir os planos, programas e projetos foi realizado entre os dias 28/02 e 02/03/2011. Como resultado do seminário nova versão do PBA – PBA março/2011 – foi encaminhada ao Ibama em 21/03/2011, por meio do Ofício NE 059/2011-DS. Nova reunião foi realizada em 18/04/2011 para discutir as adequações encaminhadas pela NESAs. Como resultado, a NESAs encaminhou ao Ibama em 27/04/2011, por meio do Ofício NE 100/2011-DS, a Nota Técnica de Esclarecimentos sobre o PBA da UHE Belo Monte. O relatório de Atendimento às Condicionantes da LP nº 342/2010 foi encaminhado ao Ibama em 25/03/2011, por meio do Ofício NE 075/2011-DS. Em 28/04/2011 a NESAs encaminhou ao Ibama novo documento, por meio do Ofício NE 101/2011-DS, Nota Técnica de Esclarecimento sobre o Atendimento às Condicionantes da LP nº 342/2010. Entre os dias 03 e 07/05/2011 foi realizada vistoria na região de implantação da UHE Belo Monte como subsídio a emissão da LI, bem como verificar as áreas contempladas na LI nº 770/2011, com o enfoque nos meios físico e biótico. Em paralelo, também foi realizada vistoria sob o enfoque socioeconômico no período de 04 a 10/05/2011 (IBAMA, 2011b, p.2).

No âmbito do licenciamento ambiental indígena, a aprovação pela Funai do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA – CI) - também chamado de Plano Médio Xingu (PMX) - aconteceu somente um ano após a liberação da LI definitiva.

Em abril/maio foram realizadas as oficinas nas aldeias, para apresentação do PBA e validação da proposta. **Após a volta das equipes técnicas de campo, foi emitida a Licença de Instalação nº 795/2011, sem, entretanto, ter sido entregue o Plano Básico Ambiental à Funai.** Com base nos resultados das oficinas realizadas nas aldeias, a Funai manifestou não haver objeção à continuidade do Processo, se assim o Ibama determinasse (...) Ainda que a FUNAI tenha se manifestado pela continuidade do Processo e as comunidades indígenas, a princípio, tenham se manifestado favoravelmente ao conteúdo do PBA, **faz-se necessária a análise técnica do PBA para que suas ações possam ser implementadas de maneira mais rápida possível, tendo-se em vista que a instalação da usina já foi autorizada e muitos dos programas previstos visam à proteção das terras, bem como a preparação das comunidades para as mudanças significativas que já estão ocorrendo na região** (FUNAI, 2012, p.5, grifo nosso).

Contrariando os pressupostos legais do processo de licenciamento ambiental, a obra foi iniciada ainda em 2011 e a solução encontrada pelo órgão indigenista para concretizar o planejamento de curto e médio prazo das ações de mitigação aos impactos ambientais aos indígenas foi a elaboração de um Plano Operativo que projetou as medidas mitigadoras em um horizonte de cinco anos. Esse plano, no entanto, foi

apresentado à Funai apenas em 2013. Dessa forma, o Projeto Básico Ambiental do Componente Indígena começou a ser implantado quase dois anos após o início das obras. As atividades realizadas nesse período (2011 – 2013) entre o início das obras e a elaboração de um Plano Operativo foram chamadas pela Norte Energia de ações antecipatórias:

Marcado por um intenso processo de judicialização, desde o início da sua construção, o empreendimento foi paralisado por inúmeras vezes. A imprensa noticiou que atualmente, essa Usina está sob investigação do Tribunal de Contas da União (TCU) pelo fato de as empresas que fazem parte do Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM) serem suspeitas de envolvimento nos esquemas de corrupção denunciados pela Operação Lava Jato (AMORA, 2015; BONFIM, 2015; JUSBRASIL, 2015). Em setembro de 2015 a Norte Energia encaminhou uma nota de esclarecimento à imprensa visando alegar a sua idoneidade:

A Norte Energia assegura que não há e nunca houve nenhuma exigência ou procedimento fora dos limites legais e contratuais com fornecedores e prestadores de serviços. A empresa é auditada regularmente por companhias com competência para tal, e passa por permanente fiscalização dos acionistas, grupo que reúne empresas estatais, empresas privadas e fundos de pensão. Além disso, os mecanismos de controle interno são constantemente atualizados de forma a dar mais transparência aos contratos e pagamentos realizados (NORTE ENERGIA, 2015).

Nesse mesmo mês a Norte Energia solicitou a Licença de Operação (LO), tendo seu pedido negado pelo Ibama, sob alegação do não cumprimento de 12 das condicionantes exigidas para a fase de obras (RITTNER, BITTENCOURT, 2015). O cumprimento das condicionantes da Licença de Instalação também foi pauta de contestação dos movimentos sociais e de demais organizações da sociedade civil. Um exemplo é o “Dossiê Belo Monte – Não há condições para a Licença de Operação”, elaborado pelo Instituto Socioambiental (ISA), que afirma que:

Não há, neste momento, condições suficientes para que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) autorize, de maneira socioambientalmente responsável, o início do enchimento dos reservatórios da usina hidrelétrica de Belo Monte (situada na região de Altamira, no Pará) e o desvio definitivo do rio Xingu para que parte da usina comece a operar (VILLAS-BÔAS et al, 2015, p.4).

Apesar de todos esses questionamentos, no dia 24 de novembro de 2015 foi emitida, com 41 condicionantes, a Licença de Operação (LO)⁴² de Belo Monte. Lúcio Flávio Pinto (2012) comparou o processo de implantação dessa Usina à construção Hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins. O autor destaca que, apesar de a primeira estar sendo construída em um período considerado democrático, e a segunda ter sido implantada durante a ditadura militar, a falta de transparência e os indícios de corrupção na história de Tucuruí se repetem com Belo Monte. Pinto (2012) afirma que:

A história do projeto de aproveitamento energético da bacia do Xingu, com um dos maiores potenciais de geração do país, tem sido de desvios e ziguezagues, ainda mais do que a de Tucuruí. Depois de 35 anos de estudos e levantamentos de campo, pode-se perceber que a trajetória irregular de Belo Monte se deve tanto à resistência dos seus críticos e adversários quanto às inconsistências e inseguranças dos idealizadores da obra (PINTO, 2012, p.780).

O título de seu artigo, “De Tucuruí à Belo Monte: a história avança mesmo?” é, por si, um convite à reflexão sobre os grandes projetos de infraestrutura energética na Amazônia. Além disso, cai bem diante do histórico dessa Usina tão contestada desde a sua concepção inicial.

4.3. Belo Monte e seus impactos ambientais à saúde

Os questionamentos que atravessaram as quatro décadas da trajetória de implantação da UHE Belo Monte foram (e vem sendo) formulados, especialmente, em torno do seu projeto básico e da magnitude dos impactos socioambientais dele decorrentes (BARROS, RAVENA, 2011; SAIFI, DAGNINO, 2011; FLEURY, ALMEIDA, 2013; PINTO, 2012; RODRIGUES, 2013). Nesse contexto, foram definidos os impactos dessa hidrelétrica à saúde humana. Embora pouco visibilizados na agenda pública midiática⁴³, esse grupo de impactos ganhou notório destaque no âmbito do licenciamento ambiental da Usina em tela.

⁴² As considerações que se traduziram nas condicionantes da LO resultaram das considerações do Parecer Técnico n.º 02001.003622/2015-0 do Ibama.

⁴³ Com a autorização para o início da construção da Usina, movimentos ambientalistas, organizações não governamentais e a grande imprensa veicularam matérias e outras publicações especiais sobre o projeto e os impactos socioambientais de Belo Monte. Como exemplo, destacamos o vídeo produzido pelo Movimento Gota D'Água – movimento alavancado por artistas ativistas em torno da causa energética; a cobertura especial realizada pela Rede Globo no Jornal Nacional veiculada em três episódios em Agosto de 2011; e a cobertura realizada pelo veículo Folha de São Paulo em 2013, intitulado “A Batalha de Belo Monte”. Em nenhum desses materiais são citados diretamente os impactos da Usina à saúde da população local. Essa ausência também foi notada nas redes sociais, conforme observado no estudo de Santos & Mello (2014).

Por representar potenciais riscos à saúde das populações locais, o Ministério da Saúde (MS) foi envolvido nesse processo na qualidade de órgão interveniente - representado pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) – e, em nível local, pelas Secretarias Municipais de Saúde (SMS).

No Estudo de Impacto Ambiental (EIA), um diagnóstico situacional de saúde no qual “buscou-se enfatizar as principais características dos municípios que compõem a AID no que tange ao seu perfil epidemiológico e a infraestrutura de saúde existente” (BRASIL, 2009b, p.40) compôs os estudos do meio socioeconômico da hidrelétrica. Esse diagnóstico subsidiou a formulação da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), instrumento adotado para definir - entre outros aspectos - os potenciais *impactos ambientais à saúde* representados pela Usina a partir dos seus cenários de construção e de operação. Posteriormente, as medidas para compensar ou mitigar tais impactos foram detalhadas no Plano de Saúde Pública (PSP) do Projeto Básico Ambiental (PBA) do empreendimento.

Como resultante desse processo, o empreendedor considerou que “os principais impactos sobre a saúde [da população afetada] são: exacerbação, dispersão ou introdução de doenças e agravos de saúde, principalmente, as doenças de transmissão hídrica, as transmitidas por vetores que proliferam na água e as predispostas pela migração” (LEME ENGENHARIA, 2011, p.157). De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), tais impactos seriam motivados, sobretudo, pelo aumento populacional decorrente da contratação de mão de obra para a construção do empreendimento:

A estimativa é que, ao todo e ao longo do período de obras, 96 mil pessoas cheguem à região, incluindo aquelas que estarão trabalhando nas obras, o que deverá causar outros impactos. Essas pessoas deverão procurar morar próximo aos alojamentos e às residências dos trabalhadores, podendo formar núcleo sem as condições adequadas de saneamento, facilitando a disseminação de doenças. As pessoas também irão procurar os serviços públicos de saúde, educação, transporte público e lazer (BRASIL, 2009a, p.85).

Como causas secundárias, esse mesmo documento apontou o desmatamento de áreas para a formação do reservatório e a formação de poças no Trecho de Vazão Reduzida (TVR), conforme ilustram os trechos a seguir:

Com a construção da usina, vão desaparecer algumas áreas de floresta. Esse é um dos primeiros impactos do AHE Belo Monte (...) o desmatamento e o barulho provocam fuga de animais. Por isso, acidentes com cobras podem acontecer com mais frequência,

aumentando a procura por postos de saúde na área rural (BRASIL, 2009, p.107).

Vazões no rio Xingu muito baixas, como aquelas que ocorrem nos períodos de seca, formam poças em alguns locais do Trecho de Vazão Reduzida, principalmente ao longo dos 10 quilômetros rio abaixo, a partir do Sítio Pimental, junto à margem esquerda do rio (...) As consequências negativas da formação de poças são muitas: a água fica parada, prejudicando não só a sua qualidade como também formando ambientes mais fáceis para a criação de mosquitos que transmitem doenças, como a malária (BRASIL, 2009, p.131).

No Quadro 6 foram elencados, a partir das categorias indicadas no Plano de Saúde Pública, os impactos considerados por Belo Monte como “da saúde” (LEME ENGENHARIA, 2011).

Quadro 6 Impactos à Saúde da população previstos por Belo Monte

Impactos à saúde	Categorias	Doenças e Agravos
Exacerbação, dispersão ou introdução de doenças e agravos de saúde, principalmente, as doenças de transmissão hídrica, as transmitidas por vetores que proliferam na água e as predispostas pela migração	Doenças prioritárias	Malária, leishmanioses, febre amarela, dengue, doença de chagas, tuberculose, hanseníase, hepatites virais, doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS), doenças emergentes e reemergentes (síndrome hemorrágica de Altamira e hantavirose) e raiva.
	Outros agravos	Acidentes por animais peçonhentos
	Outros agentes causadores	Homicídios e os acidentes de trânsito

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Plano de Saúde Pública do PBA

A relação estabelecida entre impactos ambientais e doenças e agravos à saúde humana merece algumas considerações. Primeiro, o PBA e todos os pareceres e documentos que o subsidiaram, contaram com a participação de especialistas contratados pelo concessionário, de técnicos do Ibama e, sobretudo, do Ministério da Saúde (MS). Portanto, a definição dos impactos à saúde da população baseou-se em um conjunto de concepções situadas, na medida em que foram produzidas por atores portadores de uma visão de ciência, tecnologia e sociedade que maximiza as relações de causa-efeito; limita os dados a um grupo de elementos bem caracterizados e para os quais a ciência já dispõe de estratégias de enfrentamento; fortalece o padrão de desenvolvimento socioeconômico dominante e a capacidade da ciência mitigar todo e

qualquer impacto negativo. Essas concepções não comportam ou tendem a minimizar, concepções de ambiente, de saúde, de doença e as suas relações construídas por outros grupos sociais. Nesse sentido, é importante destacar que concepções são efeitos de opções teórico-metodológicas, que deixam de fora alguns elementos, além de uma série de outras concepções que disputaram a compreensão desse lugar (WYNNE, 1992; FUNTOWICZ e MARCHI, 2010).

Destaca-se também que a definição adotada baseou-se em um marco específico – os anos compreendidos entre a elaboração e a conclusão do EIA/RIMA (2007 – 2009) – e, a partir desse cenário, apontou medidas corretivas e mitigadoras para um horizonte que se estende até 2025, conforme indicado nos cronogramas do Plano de Saúde Pública (LEME ENGENHARIA, 2011). Apesar de a definição dos impactos à saúde em tela ter sido produzida a partir de um ambiente amplamente estudado e planejado, é importante lembrar, no entanto, que *ambiente* e *saúde* são construções sociais e, como a sociedade é dinâmica, esses impactos também podem e provavelmente se redimensionaram durante a construção da Usina (MACNAGHTEN, URRY, 1998).

Nota-se ainda a predominância de uma concepção negativa de saúde - entendida como ausência de doenças - uma vez que a categoria prioritária dos *impactos à saúde* da população contempla exclusivamente as doenças previstas para serem acentuadas ou provocadas pela chegada do empreendimento. Os acidentes com animais peçonhentos, os homicídios e os acidentes de trânsito figuram no segundo plano desse elenco. Essa concepção excluiu do horizonte questões como distúrbios psicossociais, perda do bem estar social e segurança alimentar – reconhecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como recorrentes durante a implantação de hidrelétricas (FRANCO NETTO, 2012) e assumidas como existentes pelo próprio Projeto Básico Ambiental (PBA) da Usina. Contudo, situadas por esse mesmo documento como da ordem de outras áreas que não “a saúde”.

Para os efeitos dessa pesquisa é importante entender, portanto, que as definições de saúde e ambiente do concessionário informaram a estruturação do Plano de Saúde Pública (PSP) enquanto documento de planejamento. No PSP, como resposta à concepção negativa de saúde, as suas propostas de compensação e mitigação centraram-se em “soluções a doenças”, apoiando-se no tripé Infraestrutura (estruturação da atenção básica), Vigilância Epidemiológica (e com ela, as medidas preventivas) e Controle da Malária.

Figura 7 Estrutura do Plano de Saúde Pública

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Plano de Saúde Pública do PBA

Dessa forma, propôs-se a construção de hospitais, o monitoramento de quadros epidemiológicos e uma série de medidas focadas no controle e no enfrentamento de doenças apontadas como preexistentes e por aquelas predispostas pela migração de trabalhadores⁴⁴. Cabe lembrar que não é intenção dessa pesquisa analisar os programas que integram o PSP, mas conhecer os impactos definidos por Belo Monte, situar as concepções de ambiente e saúde que estão em sua base e, então, observar como eles entram para o plano da comunicação com as comunidades afetadas. Os dois primeiros aspectos foram tratados nesse item. A discussão do capítulo 5, a seguir, nos conduzirá ao último ponto.

⁴⁴ Conforme afirmado no diagnóstico de saúde do EIA, “a AID, assim como a AII é endêmica para grande número de doenças tropicais, e é altamente receptiva para outras doenças ainda inexistentes e não descobertas na microrregião, mas prevalentes nos locais de origem dos migrantes”(BRASIL, 2009b,p.45).

5. COMUNICAÇÃO E IMPACTOS À SAÚDE EM BELO MONTE

5.1. Os programas e os públicos da comunicação da usina

Conforme já apresentado, durante o seu processo de licenciamento ambiental, Belo Monte produziu três programas de comunicação para a fase de obras, que se distinguem essencialmente em relação aos seus públicos: o Plano de Interação Social e Comunicação (PISC); o Programa de Comunicação Indígena (PCI) e o Programa de Comunicação Não Indígena (PCNI).

Durante todas as tentativas de implantação da Usina, os grupos sociais mais visibilizados pela mídia, pelos movimentos sociais e pelo próprio órgão ambiental (Ibama) foram os indígenas (NASCIMENTO, 2011; MARQUES, SÁ MARTINO, 2012; FLEURY, ALMEIDA, 2013). Mesmo com a opção pelo modelo a *fio d'água*, que reduziu em 60% a área do reservatório e resultou no não alagamento de Terras e Áreas Indígenas, a construção dessa hidrelétrica permaneceu representando impactos sociais, culturais e econômicos de alta monta a esses atores (FUNAI, 2012; ISA, 2014; BRUM, 2014⁴⁵). Por isso, a Fundação Nacional do Índio (Funai) exigiu que o empreendedor destinasse espaços exclusivos às políticas de comunicação e de saúde aos indígenas no licenciamento ambiental de Belo Monte. Dessa forma, os indígenas, bem como os atores previstos para se relacionar com eles a partir da nova dinâmica estabelecida pela obra⁴⁶, foram destacados do público-alvo do Programa de Interação Social e Comunicação (PISC) e incluídos na formulação de dois outros documentos.

A configuração final dos Programas de Comunicação da Usina em tela e os públicos aos quais se destinam as suas ações são apresentados no Quadro 7.

⁴⁵ Na matéria, “Belo Monte: a anatomia de um etnocídio”, a jornalista Eliane Brum comparou a implantação de Belo Monte a um processo de etnocídio, devido à magnitude dos impactos socioambientais que representa aos grupos indígenas que vivem nas localidades próximas à implantação da Usina. Disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/opinion/1417437633_930086.html> Acesso em maio 2015.

⁴⁶ O RIMA de Belo Monte considerou que os principais impactos às comunidades locais decorriam da atração populacional em função, especialmente, dos postos de trabalho abertos pela Norte Energia (BRASIL, 2009a).

Quadro 7 Programas de Comunicação da UHE Belo Monte

Programa de Comunicação Social	Público Alvo
Programa de Interação Social e Comunicação (PISC)	a) Instituições; b) Organizações Não – Governamentais e Associações de Classe; c) Comunidades diretamente afetadas; d) formadores de opinião no âmbito local, regional; d) empreendedores e profissionais/trabalhadores envolvidos na implementação dos Planos, Programas e Projetos do PBA.
Programa de Comunicação Indígena (PCI)	População indígena da área de influência da Usina.
Programa de Comunicação Não Indígena (PCNI)	Mão de obra que atua junto às comunidades indígenas nas aldeias (programa de infraestrutura) e a população migrante

Fonte: Elaborado pela autora a partir da categoria Público Alvo do PISC (2011); do PCI (2013); e do PCNI (2011).

Lembramos que nessa pesquisa estudaremos a comunicação do concessionário com as demais categorias de público que não os indígenas. Elas são representadas pelo Programa de Interação Social e Comunicação (PISC), documento que faz parte do *Plano de Relacionamento com a População* da Usina (Figura 8) do Projeto Básico Ambiental (PBA) de Belo Monte.

Figura 8 Posicionamento do Programa de Interação Social e Comunicação



Fonte: Elaborado pela autora a partir do PBA – versão final

Dessa forma, o PISC traz à cena a perspectiva de comunicação que orientou o relacionamento do concessionário com distintos grupos sociais que fazem parte da Área de Influência da hidrelétrica. Entre eles, estão aqueles que foram classificados pelos estudos do empreendimento como “comunidades afetadas” e que figuram como público prioritário do referido programa, conforme ilustra a citação a seguir, extraída do item “público-alvo” do referido documento:

As **populações alvo** deste programa são aquelas descritas nas ADA, AID e AII – **com concentração de atenção na ADA e AID**⁴⁷. Entretanto, por se tratar de um empreendimento de interesse nacional, considera outros grupos em âmbito regional e nacional” (LEME ENGENHARIA, 2011, p.40, grifo nosso)

Amalgamados sob as siglas AID (Área de Influência Direta) e ADA (Área Diretamente Afetada), existem múltiplos atores que vivem nas áreas destinadas à formação do reservatório, às atividades construtivas ou, ainda, nos núcleos urbanos dos municípios mais próximos às interferências da obra da Usina. Fleury & Almeida (2013) explicam que os atores englobados pela categoria “comunidades afetadas” são bastante distintos em seus modos de vida, bem como em relação à sua exposição aos impactos do empreendimento. Em seu estudo, essas autoras destacaram como principais grupos sociais atingidos por Belo Monte: os pequenos produtores rurais que, segundo o RIMA, representam 78% da população rural impactada pela Usina; os pescadores e a população ribeirinha. Fleury & Almeida (2013) destacaram ainda os moradores da periferia urbana de Altamira, que se tornaram vulneráveis às consequências da especulação imobiliária que ocorreu nesse município com o início das obras. De acordo com o PISC, o programa incorpora ainda outros atores, conforme ilustra o trecho a seguir:

a população a ser diretamente afetada é composta por: **proprietários rurais e urbanos, ocupantes, trabalhadores dos imóveis rurais e urbanos**, total ou parcialmente afetados pela implantação do empreendimento; **proprietários e trabalhadores do ramo oleiro/cerâmica** que poderão ser afetados por perda de fontes de matéria prima e/ou das unidades de produção; **pequenos e micro empresários da área diretamente afetada nos igarapés** Altamira, Ambé e Panelas, na cidade de Altamira, que terão suas atividades alteradas em função da formação do reservatório; **moradores das zonas urbana e rural** próximas das áreas afetadas (LEME ENGENHARIA, 2011, p.43, grifo nosso).

Os grupos indicados no extrato em relevo foram impactados diretamente em suas atividades econômicas (produção de cerâmica; atividade pesqueira; agricultura) e, em geral, representam aqueles sujeitos ao reassentamento compulsório ou à indenização proposta pelo concessionário para comercializar as suas moradias e terras (BRASIL,

⁴⁷ A Área de Influência Direta (AID) engloba as terras e populações localizadas nos municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu. A Área Diretamente Afetada (ADA) é representada pelas áreas das obras ocupadas pelas estruturas principais de engenharia e por toda a parte de infraestrutura necessária para a construção da Usina, como a barragem, os canteiros de obra, as estradas de acesso e áreas de bota-fora, considerando também as áreas de inundação (BRASIL, 2009a).

2009b). De acordo com o RIMA, as comunidades diretamente afetadas somavam, em 2009, cerca de 20 mil pessoas (BRASIL, 2009a). Esses grupos sociais, no entanto, tiveram pouca visibilidade durante as disputas pela implantação dessa hidrelétrica, uma vez que os impactos socioambientais do empreendimento foram associados especialmente aos povos indígenas (FLEURY, ALMEIDA, 2013; MARQUES, MARTINO, 2012). Ademais, é importante ressaltar que a leitura dos itens que seguem deve levar em conta que tanto as políticas de comunicação e de saúde, bem como a prática que decorre da interface entre elas (o Programa de Rádio “Conversando sobre Belo Monte”) tem como público-alvo uma população que é diversa em seus modos de vida e em seus graus de exposição aos impactos do empreendimento.

5.2. Uma comunicação para erguer belo monte

A Usina Hidrelétrica Belo Monte é o maior projeto de infraestrutura do país e o seu Programa de Interação Social e Comunicação (PISC) integra o rol de medidas de compensação e mitigação assinaladas pelo órgão ambiental (Ibama) para autorizar a sua construção. Esse documento representa a política de comunicação do concessionário (Norte Energia) e, portanto, indica a perspectiva de comunicação que deve dar forma à relação de Belo Monte com as comunidades afetadas. Nesse sentido, é importante assinalar que políticas de comunicação produzidas para a implantação de hidrelétricas são condicionadas por regras específicas do processo de licenciamento ambiental (LOCATELLI, 2011; FERNANDES, 2014; FERNANDES, 2015). Em sua tese de doutorado, Carlos Augusto Locatelli (2011) elencou algumas delas:

No caso das hidrelétricas brasileiras, a comunicação em torno desses projetos tem uma peculiaridade, decorrente da exigência legal de que o concessionário implante um programa de comunicação que, em tese, antes de atender suas demandas e interesses deve informar à população atingida pelo empreendimento. Em geral incorporado ao Plano Básico Ambiental (PBA) – instrumento que responde às questões levantadas pelo Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA – RIMA) – a não execução do programa de comunicação pode implicar (como no caso dos demais programas ambientais, sociais, etc.) no impedimento do empreendedor de obter e manter a Licença de Implantação, inviabilizando ou parando a obra a qualquer tempo (LOCATELLI, 2011, p.25).

Conforme explica o autor, uma dessas particularidades é a exigência⁴⁸ de que os programas de comunicação falem dos impactos socioambientais gerados pela Usina aos grupos a eles sujeitos. Por isso, em tese, a comunicação produzida no âmbito do Projeto Básico Ambiental (PBA) não deve seguir os mesmos moldes das práticas desenvolvidas pelas áreas institucionais das organizações, como as Assessorias de Comunicação e a Responsabilidade Socioambiental (RSA), cujo foco é, em geral, essencialmente na divulgação de ações e resultados positivos. Vale lembrar que o PBA é um documento cuja função é apresentar, sob forma de planejamento executivo, as medidas mitigadoras e compensatórias aos danos previstos pelo empreendimento. Nesse sentido, a formulação e a execução dos programas de comunicação são postas como condições pelos órgãos ambientais para a obtenção e manutenção das licenças de instalação e de operação do empreendimento. No entanto, a comunicação do concessionário ainda carece de diretrizes legais que orientem a sua formulação (FERNANDES, 2015; LOCATELLI, 2011). Conforme atesta Locatelli (2011),

A legislação vigente não normatiza o escopo, as modalidades, os instrumentos e o conteúdo dessa comunicação, **deixando sua interpretação e estruturação por conta do concessionário**, o que, como se verá, tem dinâmicas e impacto significativos entre os atores sociais (LOCATELLI, 2011, p.26, grifo nosso).

Essa lacuna legal não raro resulta na elaboração e execução de programas de comunicação que acabam por não cumprir a sua função de medida mitigadora, mesclando-se ou até mesmo sendo incorporado pelas áreas institucionais dos empreendedores. A Resolução Conama nº 422/2010 é a única que cita explicitamente o programa de comunicação para a fase de obras. Contudo, ela não abordou a sua exigência e tampouco estabeleceu o seu escopo, restringindo-se a legislar sobre como os

⁴⁸Destaca-se, em relação a esse aspecto, que obrigatoriedade a qual o autor se refere está relacionada à Resolução Conama nº 006/1987, que instituiu o projeto Básico Ambiental como documento obrigatório para a construção de hidrelétricas. Essa Resolução, no entanto, não explicita quais são os planos e programas que devem constar no PBA, mas sinaliza que eles devem ser produzidos a partir das indicações da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Há que se lembrar que essa Resolução foi estabelecida no contexto de redemocratização do país, período em que as discussões sobre o direito à informação e à comunicação ganharam mais força e visibilidade. Desde então passou a figurar nos Termos de Referência (TR) de empreendimentos setor elétrico a obrigatoriedade da elaboração de programas orientados para o relacionamento do empreendedor com os grupos sociais afetados. Entre eles, os programas de comunicação social, aos quais foram sendo designadas as funções de fomentar informação / comunicação / participação em torno dos impactos socioambientais do empreendimento.

programas de comunicação devem atender às ações de educação ambiental⁴⁹. Nos seus artigos 1º e 3º é possível visualizar essa relação:

Estabelecer diretrizes para conteúdos e procedimentos em ações, projetos, campanhas e programas de informação, comunicação e educação ambiental no âmbito da educação formal e não-formal, realizadas por instituições públicas, privadas e da sociedade civil (Art.1º - Resolução Conama 422/2010)

Para efeito desta Resolução entende-se por campanhas de educação ambiental as atividades de divulgação pública de informação e comunicação social, com intencionalidade educativa, produzidas por meios gráficos, audiovisuais e virtuais que, para compreensão crítica⁵⁰ sobre a complexidade da problemática socioambiental (Art.3º - Resolução Conama 422/2010)

Desde a sua promulgação, essa resolução vem sendo indicada na Base Legal dos programas de comunicação do licenciamento ambiental (FERNANDES, 2014). E, em Belo Monte, ela é indicada como a referência legal mais específica para elaboração do PISC (LEME ENGENHARIA, 2011).

No caso do Programa de Interação Social e Comunicação (PISC) de Belo Monte – ao contrário de experiências semelhantes em que a formulação da política de comunicação é introduzida pelo PBA e a execução das suas ações começa com a fase de obras – as atividades rotineiras de comunicação com as comunidades afetadas foram iniciadas junto com a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), ou seja, anteriormente à Licença Prévia (LP). Dessa forma, esse programa de comunicação integrou o rol das chamadas “ações antecipatórias” da Usina – e foi iniciado em 2007, quatro anos antes da sua formulação como documento do PBA. Os trechos a seguir foram extraídos, respectivamente, do volume correspondente às ações antecipatórias do EIA⁵¹ e do PISC já estruturado enquanto documento do PBA:

⁴⁹ Cabe ressaltar que na prática operada por profissionais do ramo de consultoria ambiental há, em geral, certo consenso de que comunicação e educação ambiental são áreas com interface direta, o que se reflete nos seus documentos de planejamento. Nessa relação, no entanto, a educação ambiental é compreendida como uma área consolidada, uma vez que dispõe de uma Política Nacional – a PNEA – como norteadora das suas ações. Ao passo que a comunicação é vista como seu suporte direto. Aos comunicadores cabem as tarefas de elaborar apostilas, distribuir materiais informativos, convocar a população para reuniões e cursos ofertados pela Educação Ambiental.

⁵⁰ Apesar de citar que a comunicação desempenharia um papel de promover a compreensão crítica da complexidade da problemática socioambiental, os meios indicados para tal são todos centrados em propostas difusionistas. Tratam-se, portanto, de propostas contrastantes entre si.

⁵¹ O Volume 34 do EIA foi dedicado às ações de comunicação realizadas durante as medidas antecipatórias. Nele, há menção à existência de um programa de comunicação já estruturado naquele momento, embora o documento que o represente não tenha sido anexado à referida publicação.

O presente documento tem como propósito descrever as **atividades de comunicação e interação social implementadas durante a realização dos estudos socioambientais**, retomados a partir de abril de 2007, e que contribuíram para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental do AHE Belo Monte (EIA-Rima). **Essas atividades têm como data de término a conclusão da chamada etapa de licenciamento prévio** do empreendimento e a continuidade das mesmas dependerá das futuras definições do processo de licenciamento (BRASIL, 2009c, p.3 grifo nosso).

O Programa de Interação Social e Comunicação referem-se (sic) a todas as etapas do empreendimento: planejamento, implantação e operação. **O mesmo já foi, portanto, iniciado na fase dos estudos técnicos e socioambientais para a etapa anterior do Licenciamento Ambiental**, de acordo com o Plano de Comunicação e Interação Social traçado. O mesmo programa tem continuidade, agora, nas demais etapas de implantação do empreendimento (LEME ENGENHARIA, 2011, p.41, grifo nosso).

A antecipação das ações do PISC traz à luz um aspecto pertinente para a discussão do “lugar” da comunicação com a população atingida no licenciamento ambiental. De acordo com o processo habitual, os programas de comunicação do PBA marcam o início das ações permanentes de comunicação com as comunidades locais. No entanto, elas são iniciadas apenas após as Audiências Públicas, quando o empreendimento já foi aprovado e, então, a decisão sobre a sua construção já fora tomada e, sobretudo, legitimada. Nesse sentido, o início de uma rotina de comunicação com a população somente após a emissão da Licença de Instalação (LI) vem sendo discutido na literatura como um aspecto negativo dos processos de licenciamento ambiental (LOCATELLI, 2011; FERREIRA, 2011; FERNANDES; 2014; FERNANDES, 2015). A argumentação desses autores se sustenta no fato de que na cronologia estabelecida no licenciamento ambiental as comunidades afetadas participam de forma passiva do processo de elaboração do EIA – RIMA e, ainda, que o programa de comunicação não seria concebido para gerar transparência e tampouco para contribuir para fomentar uma discussão sobre os impactos ambientais previamente às Audiências Públicas. Nesse sentido, Fernandes (2015) problematiza que:

Outra questão que consideramos de extrema relevância diz respeito à abrangência da comunicação, que não permeia todo o processo de licenciamento ambiental, restringindo-se somente a contribuir para minimizar e compensar os impactos ambientais causados à população, especificamente à comunidade próxima do local de implantação do empreendimento (FERNANDES, 2015, p.4).

Esses argumentos levam à interpretação de que a antecipação das ações do programa de comunicação seria um aspecto positivo do empreendimento no que diz respeito a criar maiores possibilidades de diálogo (e não apenas de difusão de informações) entre o empreendedor/concessionário e os grupos sociais afetados. Mas, quais foram as justificativas de Belo Monte para antecipar as suas ações de comunicação? O extrato a seguir fornece elementos para que as compreendamos:

A construção e concepção das ações aqui descritas levaram em conta o histórico das propostas de implantação de aproveitamentos hidrelétricos no rio Xingu, marcado por inúmeras polêmicas sobre as consequências sociais e ambientais que a criação de uma ou um complexo de usinas de geração de energia na Bacia do rio Xingu poderiam trazer para o rio e a região.

Essas polêmicas, certamente, ainda estão presentes no debate atual. Contudo, **era necessário, na retomada dos estudos, criar condições para apresentar as alterações e diferenças da proposta atual em relação às anteriores, garantir um espaço de diálogo** que permitisse o debate dos inúmeros questionamentos trazidos pela sociedade **e um maior acesso às informações técnicas sobre o AHE Belo Monte** (BRASIL, 2009c, p.3, grifo nosso).

É possível notar que a antecipação das ações de comunicação em Belo Monte foi justificada pelo empreendedor a partir da sua necessidade de criar condições para penetração nas comunidades locais, visto que o histórico de implantação do empreendimento foi amplamente contestado e marcado por um intenso processo de judicialização que levou à paralisação do EIA-RIMA em diferentes momentos (RODRIGUES, 2013). As explicações fornecidas pela Usina sinalizam como o sucesso da sua inserção seria obtido: por meio de um espaço de diálogo. Mas, vale observar que não se trata de um diálogo aberto a toda e qualquer questão. É um “diálogo” com uma agenda definida em torno de um tema central: falar do projeto técnico da Usina, das suas principais alterações e, portanto, das suas melhorias à vida das populações locais. Nesse mesmo documento encontramos novos elementos que elucidam os meios adotados para cumprir essa missão:

Nesse sentido, procurou-se afirmar uma relação de inclusão dos diversos segmentos sociais no processo, em especial as comunidades atingidas, por meio da **difusão de informações em linguagem acessível à população** e de um ambiente de interação com o corpo técnico dos estudos que contribuísse para o levantamento de demandas e propostas. Essas diretrizes orientaram a **formulação dos materiais de comunicação, bem como o trabalho dos agentes de comunicação** no sentido de que suas atividades buscassem materializar tais compromissos, em particular com a população da área diretamente afetada (BRASIL, 2009c, p.3, grifo nosso)

Esses “meios” indicados por Belo Monte nos levam a um aspecto central dessa pesquisa: conhecer a perspectiva de comunicação adotada pelo concessionário. Quais elementos, então, são seus indicativos? O que eles nos dizem? Em todos os extratos supracitados notamos que:

- a comunicação foi um elemento-chave para abrir espaço para o desenvolvimento, representado, nesse caso, pela chegada da Usina Hidrelétrica Belo Monte;
- a concepção de comunicação dominante a toma enquanto difusão de informações;
- a imagem da comunidade como leiga e desprovida de conhecimentos sobre o empreendimento, com a qual deve-se adotar o uso de “linguagem acessível”; e
- as atividades indicadas foram centradas na produção de materiais informativos e na atuação de agentes locais de comunicação, indicando um caráter pedagógico das ações de comunicação.

A partir das características elencadas é possível notar que é via comunicação – aqui concebida por Belo Monte enquanto difusão de informações – que o empreendimento entra nas comunidades para dar continuidade ao polêmico processo de elaboração do seu EIA-RIMA. A comunicação é tomada, então, como elemento central para que as comunidades afetadas “entendessem” que as polêmicas historicamente associadas à implantação dessa Usina no Rio Xingu teriam sido equacionadas a partir do novo projeto técnico e, portanto, para que aceitassem o projeto técnico da Usina, tal como ele é. A comunicação teve por missão, então, abrir as portas para a chegada de Belo Monte, criando condições para que alianças fossem constituídas junto às comunidades locais.

Pistas que reforçam esse cenário foram indicadas ainda no estudo de Fleury & Almeida (2013) que, ao analisar os conflitos em torno da implantação dessa Usina, observaram que no início da fase de obras, a comunidade encontrava-se dividida em relação ao seu posicionamento (a favor / contra) o empreendimento. E que os atores mais favoráveis eram aqueles que de alguma forma estabeleceram parcerias com o empreendedor (especialmente comerciantes locais e representantes do poder público) durante as ações antecipatórias – etapa que foi totalmente coberta pela primeira fase do PISC, como o próprio documento do EIA elucidou.

Embora o estabelecimento de alianças junto a populações locais seja presente em outros empreendimentos, é importante observar que, no caso de Belo Monte, elas adquirem outras implicações. A Usina em tela faz parte de um projeto de desenvolvimento econômico da nação, centrado na eletrificação da Amazônia que, em 2012, já previa a implantação de cerca de 30 usinas para a região⁵² (INESC, 2012; MONTEIRO, 2012). Devido a forte presença de populações tradicionais e aos seus modos de vida, as populações locais vêm sendo consideradas um grande entrave ao licenciamento ambiental de hidrelétricas para a Amazônia (BANCO MUNDIAL, 2008). Destaca-se que a Amazônia é, ainda, uma região de especial interesse para movimentos sociais nacionais e internacionais (BECKER, 2012). Logo, a constituição de aliados favoráveis a Usina e ao modelo de desenvolvimento econômico pareceu uma ação crucial na produção de um discurso que se contrapunha a fala dos movimentos sociais – em lugar dos danos socioambientais, o progresso.

A primeira fase do PISC foi marcada, portanto, por uma perspectiva desenvolvimentista da comunicação. Assentada sobre o modelo informacional, essa perspectiva parte da ideia de que a informação é o meio para promover mudanças no comportamento de populações, de modo a ajustá-las ao modelo de desenvolvimento que se pretende difundir (MELO, 2011; ARAÚJO, CARDOSO, 2007; PESSONI, 2010). Essa perspectiva traz em si, ainda, a imagem de uma população que não é capaz de gerar suas próprias concepções de mundo e, quando o fazem, essas são consideradas equivocadas (ARAÚJO, CARDOSO, 2007). Na primeira fase do PISC, o empreendedor (emissor) - detentor das informações qualificadas – tem por missão desconstruir, junto à população (receptora), os aspectos polêmicos associados ao empreendimento, obtendo, portanto, aceitação. Passamos, então, à segunda fase desse programa, representada pelo documento da política de comunicação da Usina no licenciamento ambiental: o PISC do PBA

5.3. A perspectiva de comunicação orientadora da relação comunicação – saúde

Identificamos que a primeira fase do PISC foi marcada por uma perspectiva desenvolvimentista da comunicação (ARAÚJO, CARDOSO, 2007; HERBELÊ,

⁵² Em 2012, por meio de uma Nota Técnica, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) alertou para investimentos da ordem de quase 95 bilhões de reais no âmbito do PAC II para aporte em hidrelétricas aprovadas e/ou em fase construtiva na Amazônia à época. Sob o título “A corrida por megawatts: 30 hidrelétricas na Amazônia Legal”, esse documento problematizou o expressivo número de hidrelétricas planejadas oficialmente para a região.

SOARES, 2013; PESSONI, 2010). Na segunda fase desse processo de comunicação, buscamos compreender se essa mesma perspectiva figurou como dominante e como se configurou a relação comunicação – saúde para a etapa de obras.

Em um primeiro momento, observamos a justificativa e os objetivos do programa, (Quadro 8), e identificamos que termos como *interação*, *parcerias* e *negociação* passaram a fazer parte das propostas apresentadas no PISC do PBA.

Quadro 8 Justificativa e Objetivo Geral do PISC

Justificativa	(...) a viabilização sociopolítica do empreendimento tem caráter estratégico e requer o estabelecimento de uma dinâmica de interação e negociação social para compatibilizar os efeitos benéficos e adversos – e correspondentes medidas mitigadoras associadas à Belo Monte - , com os múltiplos interesses e direitos dos grupos sociais envolvidos diretamente com o empreendimento.
Objetivo Geral	O objetivo deste Programa é a construção de estratégias de comunicação com a comunidade, constituindo parcerias e negociação em busca de consenso entre os diversos públicos envolvidos na implantação da UHE Belo Monte.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do PISC.

Como se nota, nessa nova fase os argumentos introdutórios não são apresentados a partir da perspectiva difusionista, mas sim de propostas de que aludem ao próprio título do documento: Programa de *Interação Social e Comunicação*. No entanto, outros elementos presentes remontam à proposta inicial do PISC, de viabilizar, sobretudo, a inserção social e política do empreendimento – esse agora justificado a partir do seu caráter estratégico. Nessa discussão, um aspecto colocado em relevo é a noção da comunicação enquanto mediadora de conflitos e promotora de consenso, ressaltada a partir dos trechos “compatibilizar os efeitos benéficos e adversos” e constituir “parcerias e negociação em busca de consenso”.

Então, temos aqui algumas questões. Primeiro, que a comunicação do concessionário muda a abordagem em relação à primeira fase, mas não muda a sua proposta central: se antes a missão era conseguir entrar nas comunidades para elaborar o EIA – RIMA e obter as Licenças Prévia e de Instalação, agora a missão recai sobre garantir a continuidade da obra e, para tal, é preciso o apoio da população direta ou indiretamente afetada.

Segundo, uma questão de ordem mais conceitual. Os novos argumentos não são apresentados a partir da perspectiva informacional, mas sim de uma proposta

interacionista, que pressupõe um modelo de comunicação horizontalizado em oposição ao verticalismo inerente ao modelo informacional (PITTA, 1995). Essa proposta de uma relação de comunicação horizontal está presente, entre outros, nas propostas Freire (1983), para quem a interação pressupõe uma distribuição equivalente de poder entre emissor (nesse caso, Belo Monte) e receptor (representada pela população afetada) em uma situação de comunicação. Nessa perspectiva, a população não é vista como tabula rasa, mas valorizada a partir dos conhecimentos que possui pertinentes ao seu próprio desenvolvimento, e que não podem ser, portanto, desconsiderados na prática comunicativa (ARAÚJO, 2002; ARAÚJO, CARDOSO, 2007). Além disso, essa perspectiva também pressupõe que os tempos das comunidades devem ser respeitados, uma vez que não são equivalentes aos tempos institucionais. De acordo com Freire (1983), se isso não ocorre, o que se caracteriza é uma relação de *extensão*, na qual um emissor leva, transmite ou transfere algo para, em última instância, ser depositado no receptor.

Um outro aspecto que gostaríamos de destacar nos itens introdutórios do PISC é a concepção de comunicação enquanto promotora de consenso. Para Araújo (2001), essa ideia desqualifica a comunicação enquanto espaço de disputas dinâmicas – de lutas pela primazia da produção de sentidos. À medida que as relações de comunicação são, necessariamente, relações de poder, tratá-las como promotoras de consenso exclui uma das suas principais dimensões constitutivas: o conflito. Nesse sentido destaca-se ainda que o ambiente também não é neutro e tampouco alheio aos conflitos que entrarão para o âmbito das relações de comunicação (WYNNE, 1992).

Se nas ações antecipatórias da fase 1 do PISC notamos a predominância da perspectiva desenvolvimentista da comunicação, aqui cabe retomar esse ponto e perguntar: qual relação de comunicação Belo Monte pretende construir com as comunidades afetadas para falar de seus impactos ambientais à saúde? Os objetivos específicos do PISC nos aproximam dessa resposta.

Quadro 9 Objetivos específicos do PISC

Objetivo 1	Estabelecer canal de comunicação permanente entre o empreendedor e a sociedade
Objetivo 2	Habilitar os atores sociais para a participação efetiva nas negociações nas várias etapas de implantação do empreendimento
Objetivo 3	Promover o debate sobre os principais temas da gestão socioambiental do empreendimento

Objetivo 4	Prover de informação a população afetada, os segmentos institucionais, os representantes de movimentos sociais organizados e a sociedade em geral sobre o projeto, os impactos dele decorrentes e sobre os compromissos assumidos pelo empreendedor.
Objetivo 5	Dar suporte à implementação dos demais planos, programas e projetos ambientais a serem executados pelo empreendedor

Fonte: Elaborado pela autora a partir do PISC

Com exceção do objetivo 3 – que não é explicado em nenhum dos itens do programa – os demais evidenciam que a relação entre Belo Monte e a população afetada será sustentada por uma concepção predominantemente instrumental: a comunicação é canal, é suporte; é informação e é instrução (à medida que habilita atores). Essas características vão aproximando novamente o PISC da sua primeira fase e demarcam a forte presença do modelo informacional.

Vale destacar que até aqui os argumentos do programa sinalizavam o seu posicionamento enquanto mediador de conflitos e, portanto, a ideia de produzir consenso aparecera em destaque. Os objetivos específicos representariam, por sua vez, como Belo Monte pretendia promover consenso entre as partes e, portanto, reduzir as hipóteses de conflito entre o empreendimento e a população afetada. No entanto, o modo de operar a comunicação adotado pelo concessionário indicou que, assim como na fase 1 (medidas antecipatórias), a comunicação é entendida especialmente a partir das suas funções informativo-pedagógicas. Essa concepção é reforçada na metodologia do programa, que informa que “está baseada na participação social, sendo sedimentada pelos seguintes princípios básicos” (LEME ENGENHARIA, 2011, p.42):

Quadro 10 Princípios Metodológicos do PISC

Metodologia	Construção de processo socioparticipativo , mediante o desenvolvimento de ações de caráter informativo e educativo .
	Fortalecimento das comunidades e das organizações da sociedade.
	Construção, ampliação e manutenção dos canais de interlocução entre empreendedor e população.
	Transparência e acesso à informações referentes ao empreendimento, estudos e ações inerentes ao processo de licenciamento ambiental
	Respeito e adequação ao contexto socioambiental , por meio da capacitação do corpo técnico em práticas ambientalmente adequadas e socialmente responsáveis .

	<p>Valorização dos produtos e prestadores de serviços locais, buscando, inclusive, elevar a qualidade dos serviços para atendimento das demandas e integrar os profissionais às atividades e ações da UHE Belo Monte. Nesse sentido, os agentes locais de comunicação são consituídos basicamente de profissionais da região, assim como a impressão de peças de comunicação prioriza as gráficas locais.</p>
--	---

Fonte: Elaborado pela autora a partir do PISC.

A concepção de participação adotada pelo programa não é diferente do que Fernandes (2014) notou em sua tese de doutorado em relação ao que vem sendo produzido no âmbito do licenciamento ambiental federal de São Paulo. Segundo esse autor, a “participação social” é concebida frequentemente como informação e/ou publicidade. No Quadro 10 é possível notar que em Belo Monte os princípios norteadores da participação social citados no PISC ocupariam os degraus mais baixos da escada de participação cidadã tal como proposta por Arnstein (1969). A participação social proposta na metodologia do PISC não prevê qualquer distribuição de poder aos “participantes” representados, nesse caso, pela população afetada. Apesar de mencionar o processo socioparticipativo, o elenco argumentativo somente polariza o relacionamento da Usina com as comunidades: de um lado está Belo Monte como polo ativo e, portanto, protagonista das ações de comunicação; de outro, populações em geral como polo passivo. Nos princípios metodológicos, a perspectiva desenvolvimentista vai se tornando cada vez mais clara nessa fase 2 do Programa de Interação Social e Comunicação. É importante observar quão impregnada está a ideia de capacitação dos públicos para práticas ambientalmente corretas, e como a educação é posta em destaque como parte dessa missão e, sobretudo, na promoção da “participação social”. Há que se lembrar que essas são interpretações possíveis que o PISC fornece enquanto documento de planejamento. Adiante buscaremos compreender se e como elas se materializam na prática quando relacionadas à saúde.

Outra característica em evidência é o posicionamento da comunicação “a serviço” dos demais planos e programas do Projeto Básico Ambiental (PBA):

O Programa de Interação Social e Comunicação faz, *latu sensu*, interface com todos os planos, programas e projetos ambientais propostos para a UHE Belo Monte, **dos quais receberá subsídios para formulação de conteúdos que orientarão suas ações** (LEME ENGENHARIA, 2011, p.51, grifo nosso)

Esse posicionamento reforça a concepção dominante de informação presente no PISC, mas junto a ela traz à cena um elemento central para compreendermos a relação estabelecida entre as políticas de comunicação e de saúde do PBA: o PISC é apresentado como uma assessoria de comunicação do empreendimento para questões do licenciamento ambiental. Mas, sob o ponto de vista da Comunicação & Saúde, como entender a essa relação produzida pelas políticas de comunicação e saúde em Belo Monte?

Sendo as medidas mitigadoras aos impactos à saúde detalhadas no âmbito do Plano de Saúde Pública (PSP) do PBA, a comunicação do concessionário deve atender às demandas identificadas, pelo referido plano, como de “comunicação”. Nas linhas de ação do PISC identificamos ainda que a interface direta entre comunicação e saúde é explicitada na linha de ação intitulada “Acompanhamento e atendimento às demandas de apoio na interação com as comunidades locais por parte dos profissionais envolvidos na implementação dos Planos, Programas e Projetos do PBA”. A ação específica que marca a relação entre as políticas de comunicação e saúde foi nomeada como “apoio para produção, mobilização e acompanhamento de eventos, campanhas e outras ações de interação” e os produtos indicados a partir dela consistem em “eventos e materiais de comunicação”. No entanto, no PISC não há detalhamento de como essas ações de “atendimento” à saúde seriam executadas. O referido programa indica sua diretriz operacional genérica para basear a sua relação com todos os demais planos e programas do PBA – o que inclui a saúde. Segundo o PISC,

Todo o trabalho será apoiado em um leque de instrumentos de comunicação, tais como folders, cartilhas, volantes, apresentações em ppt [Power Point], maquete física do empreendimento peças de divulgação dos eventos, entre outros demandados no desenvolvimento das etapas do processo (LEME ENGENHARIA, 2011, p.45).

Se a comunicação é entendida como um conjunto de instrumentos que atenderão aos demais programas do PBA, entende-se, em Belo Monte, que no âmbito do PISC o que se pratica é **comunicação para a saúde** – tal como esclarecem Araújo e Cardoso (2007) ao trazerem a sua definição do campo da Comunicação & Saúde (C&S):

O campo da comunicação & saúde, que a partir daqui designaremos por C&S, é constituído pelos elementos de cada campo separadamente – da comunicação e da saúde -, porém, na sua interface. Não é uma perspectiva que vê a comunicação como um conjunto de instrumentos a serviço dos objetivos da saúde. As formas ‘comunicação em saúde’, ‘**comunicação para a saúde**’, ‘comunicação na saúde’, bastante

utilizadas, refletem em geral a visão instrumental de comunicação, mais corrente nas instituições de saúde. Falar em comunicação e saúde aponta para uma distinção e uma opção teórica e política (ARAÚJO, CARDOSO, 2007, p.20, grifo nosso).

Segundo essas autoras, as formas apresentadas sugerem: a saúde enquanto conteúdo da comunicação (“comunicação em saúde”); a comunicação enquanto um conjunto de instrumentos e ferramentas à serviço da saúde, expressando o mais alto grau de subordinação da comunicação à saúde (“comunicação para a saúde”) ou, ainda, a comunicação na área de saúde (“comunicação na saúde”).

Entendemos que por essa característica acessória, no PISC não são detalhadas as ações específicas de comunicação que possuem interface com Plano de Saúde Pública (PSP) – embora esse plano seja referenciado como prioritário para a utilização do ferramental disponibilizado. Por isso, buscamos no PSP pistas que trouxessem mais detalhes sobre essa relação. Nele, identificamos algumas linhas de ação que faziam referência – ainda que sumariamente - às práticas informativas ou comunicativas previstas para a fase de obras.

Quadro 11 Linhas de ação em comunicação e saúde nos Programas do PSP

Plano de Saúde Pública	Linha de ação com ações de comunicação
Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde	Educação em Saúde, Comunicação e Mobilização Social
Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças	Ações Educativas
Programa de Ações para Controle da Malária	Informação, Educação e Comunicação

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Plano de Saúde Pública da UHE Belo Monte

Embora com pouco detalhamento e sem apontar as atividades propriamente ditas, essas linhas de ação possuem, em comum, a forte presença do componente educativo em sua base. Apesar da diferença de nomenclatura nas três linhas de ação, em todas se assume que as ações previstas tem como base o referencial da *educação em saúde*, e que a informação e a comunicação figuram como *suporte* para a sua execução. Não entraremos aqui na caracterização e conceituação de educação em saúde, mas é importante destacar que ela é considerada como central quando o PSP informa a sua concepção de comunicação. Agora, passemos à instância de circulação dos *impactos à saúde*, na qual identificamos um programa de rádio que, simultaneamente, é ação do PISC e do PSP. Os critérios para escolha dessa prática serão apresentados no item a seguir.

5.4. A conversa de belo monte sobre os seus impactos à saúde

5.4.1 Procedimentos Metodológicos

Para discutir a comunicação dos impactos à saúde da população produzida por Belo Monte, buscamos nos relatórios semestrais de andamento das atividades do PBA referentes ao período de junho de 2011 a março de 2015, práticas realizadas conjuntamente pelo Programa de Interação Social e Comunicação (PISC) e pelo Plano de Saúde Pública (PSP) que atendessem aos seguintes critérios:

- a) Circulação durante a fase de obras (2011 – 2015);
- b) As comunidades afetadas como público;
- c) Textos que colocaram em circulação os impactos à saúde da população; e
- d) Disponíveis para acesso livre na internet.

A partir desses critérios, identificamos uma única ação: o Programa Radiofônico intitulado “Conversando sobre Belo Monte”. Buscamos então possíveis explicações para essa “ausência” e notamos, no PSP, que a dinâmica estabelecida entre o empreendedor e os atores da saúde define que a Norte Energia financie ou complemente as ações de comunicação já desenvolvidas pelos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) com atuação nos municípios afetados por Belo Monte⁵³:

O empreendedor promoverá e financiará, em parceria com os gestores do SUS, a estratégia de comunicação e mobilização social e contará com veiculação de mensagens nas mídias mais relevantes na região (rádio, jornais), distribuição de impressos (cartilhas, cartazes e folders), assim como intervenções junto às comunidades (palestras, oficinas, peças de teatro), visando suscitar a discussão de questões relacionadas com a saúde local (PSP, 2011, p.180)

Confirmamos a partir desses relatórios dos planos de comunicação e de saúde pública que esse é o *modus operandi* predominante na relação comunicação – saúde em Belo Monte: a maioria das ações definidas como de “comunicação” são desenvolvidas exclusivamente pelas Secretarias Municipais de Saúde (SMS) dos municípios afetados e financiadas pela Norte Energia. Outra forma de atuação conjunta notada a partir dos referidos relatórios é a elaboração de produtos de comunicação pelas SMS e a atuação de Belo Monte no suporte à logística de distribuição nas comunidades. Nessa

⁵³ No PSP, foram considerados gestores do SUS: as Secretarias Municipais de Saúde da AID; a Secretaria de Estado do Pará (SESPA); e o Ministério da Saúde (MS).

modalidade de relacionamento, adotado especialmente para materiais impressos, cabe às secretarias de saúde todo o processo produtivo (elaboração do conteúdo, diagramação e impressão) e à Belo Monte, via PISC, a distribuição desses materiais junto à população. E, por fim, a modalidade em que essa pesquisa se insere: a participação da comunicação do concessionário no fornecimento do instrumental para atender às medidas mitigadoras do Plano de Saúde Pública (PSP). Nos relatórios semestrais do PISC pudemos perceber que, na prática, essa relação resultou no suporte de comunicação do concessionário às campanhas anuais de prevenção e combate a doenças encabeçadas pelas Secretarias Municipais de Saúde dos municípios impactados.

A análise será apresentada em dois momentos: em um primeiro, baseado nos temas de saúde presentes a partir das indicações dos relatórios consultados; e em um segundo, centrado nos programas de rádio propriamente ditos. Nesse sentido, gostaríamos de destacar que programas radiofônicos são compostos simultaneamente por enunciados e pela enunciação – ou seja, pelo conteúdo propriamente dito e pelos *modos de dizer*, conforme explica Verón (2004):

Convém não separar o conceito "de enunciação" do par do qual ele é um dos termos: *enunciado/enunciação*. A ordem do enunciado é a ordem *do que é dito* (aproximadamente poder - se - ia dizer que o enunciado é da ordem do "*conteúdo*"); a enunciação diz respeito não ao que é dito, mas ao *dizer* e suas modalidades, os *modos* de dizer (VERÓN, 2004, p.216).

Dessa forma, caberá observar não apenas os conteúdos presentes em seus roteiros, mas também os seus *dispositivos de enunciação*. Segundo Verón (2004), esse dispositivo comporta: a imagem de quem fala (enunciador) – ou seja, a relação do enunciador com o que diz; e a imagem daquele a quem o discurso é endereçado – o seu destinatário. Portanto, na análise observaremos especialmente três aspectos:

- a) Os temas representativos dos impactos de Belo Monte à saúde da população;
- b) A imagem que o empreendimento constrói de si; e
- c) A imagem que o empreendimento constrói de seu público.

5.4.2 Conversando sobre Belo Monte

O programa radiofônico em questão é intitulado “Conversando sobre Belo Monte”⁵⁴, e foi idealizado pelo (PISC) como parte da sua linha de ação

⁵⁴ A partir dos relatórios semestrais do PISC foi possível perceber que os conteúdos do PSP foram veiculados pela mídia rádio de duas maneiras: pelo Programa “Conversando sobre Belo Monte” e por *spots*. Os relatórios não abordaram a diferenciação entre essas duas formas de divulgação, mas pode-se

“Acompanhamento e atendimento às demandas de apoio em comunicação dos demais Planos, Programas e Projetos do PBA”. Esse programa teve início em dezembro de 2010, com programação semanal de 5 minutos de duração cada e duas inserções semanais, às quartas-feiras e aos sábados, no horário das 12h. Inicialmente o programa foi veiculado em três emissoras locais, sendo ampliado para cinco em abril de 2012⁵⁵. Seu público-alvo foi a população dos onze municípios das áreas de influência da Usina. No Quadro 12 são apresentadas as emissoras, a sua abrangência e o período em que o programa foi veiculado em cada uma delas.

Quadro 12 Veiculação do programa radiofônico “Conversando sobre Belo Monte”

Emissora	Abrangência	Período de veiculação
Rádio Vale do Xingu – 93,1 FM	Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Altamira, Vitória do Xingu, Anapu, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Assurini e Travessões	Desde dezembro de 2010
Rádio Popular – FM 87,9	Brasil Novo	Desde dezembro de 2010
Rádio Rural AM 670	Zona Rural de Altamira + Área de Influência Indireta	Desde dezembro de 2010
Rádio Araweté FM	Sediada em Vitória do Xingu – Abrangência não especificada	A partir de abril de 2012
Rádio Cidade FM	Sediada em Anapu - Abrangência não especificada	A partir de abril de 2012

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos relatórios do PISC da UHE Belo Monte

Apesar de o programa “Conversando sobre Belo Monte” ter entrado no ar em dezembro de 2010, um semestre antes do início das obras de instalação da Usina – durante as chamadas medidas antecipatórias – não consta no relatório elaborado para essa fase nenhuma informação sobre os temas veiculados e, tampouco sobre os roteiros produzidos. Já nos sete relatórios que abrangeram a fase de obras, não há registro também dos temas e roteiros veiculados de junho a novembro de 2011. Dessa forma, os registros disponíveis datam de novembro de 2011 (2º relatório semestral consolidado) e iniciam com referência ao Programa nº 31 e, por isso, os roteiros que serão analisados iniciam no Programa nº 43. A partir de janeiro de 2014 não há menção ao programa “Conversando sobre Belo Monte” como parte das atividades implementadas pelo PISC. Nesse sentido, a discussão que segue se baseou em dados e informações levantados no período de novembro de 2011 a dezembro de 2013.

notar que os spots foram utilizados para divulgações pontuais, para atendimento de demandas isoladas, ao passo que o Programa “Conversando sobre Belo Monte” teve como proposta veicular temas por um período mais prolongado, inclusive as campanhas informativas do empreendimento.

⁵⁵ Essas informações foram obtidas no 2º Relatório semestral do PISC, referente às ações de novembro/2011 – junho/2012.

5.4.2.1.Os Temas

No período de novembro de 2011 a dezembro de 2013 foram veiculados 22 programas (Quadro 13), entre os quais sete foram classificados nos relatórios do PISC como “em atendimento às ações do Plano de Saúde Pública”.

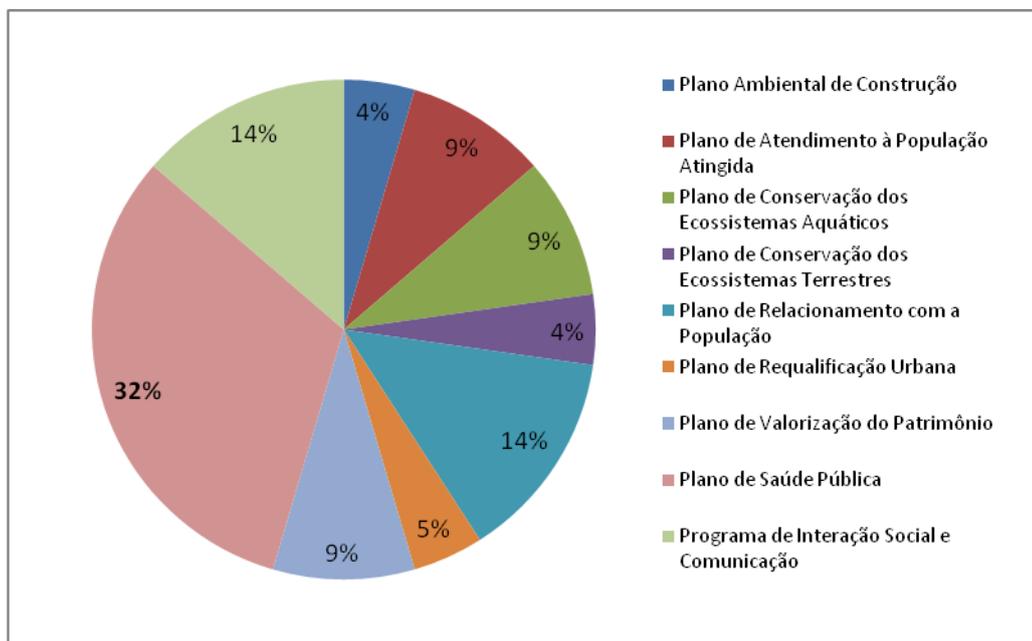
Quadro 13 Temas veiculados pelo Programa “Conversando sobre Belo Monte”

PERÍODO	PROGRAMA/TEMA	APOIO PLANO PBA
Nov/2011 - Jun/2012	Cadastro Socioeconômico e Físico nos Igarapés de Altamira	Plano de Atendimento à População Atingida
	Levantamento Florístico	Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres
	Balanço 2011 e Mensagem Ano Novo	Programa de Interação Social e Comunicação
	Obras das Ensecadeiras	Plano Ambiental de Construção
	Dengue	Plano de Saúde Pública
	Investimentos em Saúde	Plano de Saúde Pública
	Patrimônio Histórico e Oficinas Multiculturais	Plano de Valorização do Patrimônio
	Andamento do Processo de Negociação de Imóveis e Reassentamento Urbano	Plano de Atendimento à População Atingida
	Canais de Comunicação com a UHEBM	Programa de Interação Social e Comunicação
	Atividades Comemorativas do Dia da Terra (Educação Ambiental)	Plano de Relacionamento com a População
	Dia da Biodiversidade (Educação Ambiental)	Plano de Relacionamento com a População
	Conservação e Manejo de Quelônios	Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos
	Prevenção da Malária	Plano de Saúde Pública
Jul/2012 - Dez/2012	Prevenção da Malária	Plano de Saúde Pública
	Educação Patrimonial	Plano de Valorização do Patrimônio
	Canais de Comunicação com a UHEBM	Programa de Interação Social e Comunicação
	Educação Ambiental	Plano de Relacionamento com a População
Jan/2013 - Jun/2013	Dengue	Plano de Saúde Pública
Jul/2013 - Dez/2013	Monitoramento da Ictiofauna	Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos
	Saneamento Básico em Altamira	Plano de Requalificação Urbana
	Dengue	Plano de Saúde Pública
	Prevenção da Malária	Plano de Saúde Pública

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos relatórios semestrais do PISC período jun/2011 – março/2015

Temas de distintas naturezas foram abordados pelos nove Planos e Programas do Projeto Básico Ambiental (PBA) que adotaram o Programa “Conversando sobre Belo Monte” como parte das suas estratégias de comunicação com a população. Esses temas variaram desde atividades da Usina envolvendo a população; divulgação do andamento das ações dos programas ambientais; informação sobre as atividades de obra; divulgação de datas comemorativas e dos próprios espaços de informação e comunicação com a população estabelecidos pelo empreendimento. Vale notar que o Programa de Interação Social e Comunicação (PISC), que é o mesmo que “oferta” essa estratégia aos demais programas do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da Usina, também utilizou essa mídia para veicular um dos seus temas: os “canais de comunicação com a UHE BM”. Em geral, o Plano de Saúde Pública (PSP) foi o mais representativo em relação à utilização desse programa de rádio como parte das suas ações de comunicação e ocupou, ao longo de dois anos (2011 – 2013), 32% da grade do programa “Conversando sobre Belo Monte”.

Gráfico 1 Utilização do programa de rádio pelos Planos e Programas do PBA

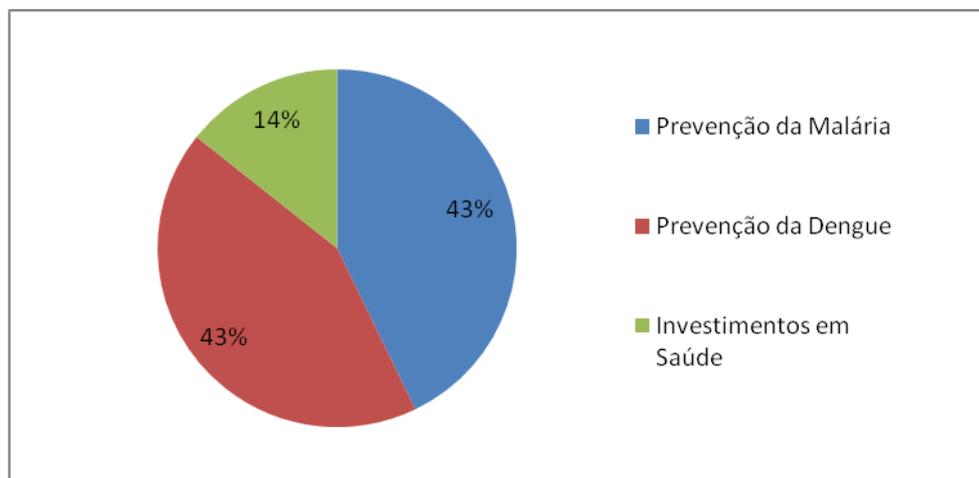


Fonte: Elaborado pela autora

No período analisado, três temas associados ao Plano de Saúde Pública (PSP) circularam nesse programa: dengue, malária e investimentos em saúde. Esses temas representam os impactos definidos por Belo Monte como incidentes sobre a saúde da população (aumento da dengue e da malária) e as medidas adotadas pelo

empreendimento para a sua mitigação e controle (investimentos em saúde), tal como preconiza o Plano de Saúde Pública (PSP).

Gráfico 2 Temas de Saúde veiculados em "Conversando sobre Belo Monte"



Fonte: Elaborado pela autora

Tanto a malária como a dengue apareceram associadas à prevenção, como veremos adiante no título dos roteiros, e ocuparam o mesmo espaço na grade de veiculação do programa: juntos, representaram 86% dos temas relacionados à saúde da população afetada. Nesse período, há indicação de um único programa com o tema “Investimentos em Saúde”. Nos relatórios do Programa de Interação Social e Comunicação (PISC), cada um desses temas foi vinculado ao cumprimento das ações de um dos programas específicos do PSP, conforme ilustrado no Quadro 14, a seguir.

Quadro 14 Temas veiculados no rádio por programa do Plano de Saúde Pública

Tema	Programa do PSP de referência
Prevenção e combate da malária	Programa de Ações para Controle da Malária
Prevenção da dengue	Programa de Vigilância Epidemiológica
Investimentos em Saúde	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde

Fonte: Elaborado pela autora

Há que se lembrar que esses temas - malária e dengue - fazem parte das “doenças prioritárias” no rol dos impactos à saúde da população eleitos por Belo Monte. Portanto, com a chegada do empreendimento, adotar medidas de prevenção e controle fez parte das suas obrigações legais do licenciamento ambiental.

Dentre as doenças transmissíveis destacam-se a **malária**, as leishmanioses tegumentar e visceral, **dengue**, febre amarela e outras arboviroses, esquistossomose, filaríases, tuberculose, hanseníase, infecções e parasitas intestinais, hepatites virais, febre tifóide e outras salmoneloses, leptospirose, cólera, infecção pelo HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis, etc (LEME ENGENHARIA, 2011, p.157, grifo nosso).

Foi possível perceber ainda, nos relatórios do PISC, que a divulgação dessas doenças na mídia rádio fez parte de uma campanha de prevenção mais ampla, realizada a partir da parceria entre a UHE Belo Monte, as Secretarias Municipais de Saúde e a Secretaria de Estado de Saúde do Pará (SESPA). Nos relatórios consultados notamos ainda que essa campanha previu, além da divulgação em rádio, a produção de materiais impressos (panfletos e cartilhas) elaborados pelo poder público e distribuídos – via agentes locais de comunicação – pela UHE Belo Monte (NORTE ENERGIA, 2013 b; 2013 c). Apesar de não haver menção ao conteúdo desses materiais, foram apresentados os seus quantitativos como parte das campanhas de prevenção e controle da dengue e da malária no ano de 2013: 603 panfletos sobre dengue (janeiro a dezembro de 2013); 659 panfletos sobre malária (janeiro a dezembro de 2013); e 76 cartilhas sobre malária (fevereiro de 2013).

Nesse sentido, destacamos que a relação Belo Monte – setor saúde para a implementação das medidas mitigadoras foi prevista pelo Plano de Saúde Pública em todas as suas linhas de ação com interface com a comunicação e indicou a realização de uma campanha educativa contra essas doenças por ano:

Para otimizar os recursos advindo das diversas iniciativas, propostas no PBA, ajustadas as diretrizes da política do SUS, a definição das atividades e estratégias deverão ser discutidas e construídas em conjunto com os profissionais de saúde das secretarias municipais de saúde da AID, da SESPA e do Empreendedor. Por outro lado, algumas ações deverão ser implantadas de imediato, com o apoio do Empreendedor, por se tratar de problemas comuns nesse tipo de empreendimento. Assim, serão realizadas: **uma campanha educativa contra dengue e malária, por ano, durante seis anos, no período que antecede nos picos sazonais dessas doenças** (LEME ENGENHARIA, 2011, p.179, grifo nosso).

É possível perceber que a mesma relação comunicação – saúde estabelecida no âmbito das políticas de comunicação e saúde de Belo Monte se expressa na prática. Primeiro, a utilização de estratégias conjuntas de difusão de informações: o uso da rádio é apenas uma delas, mas, entre as ações citadas há também cartilhas e panfletos. A forma de distribuição desses materiais, por meio de visitas dos agentes de comunicação

à população local, reforça a proposta extensionista da campanha e os indícios de que a imagem que Belo Monte constrói do seu público é de uma população iletrada, com baixo nível de esclarecimento sobre o projeto técnico da Usina e dos impactos que dele advém. Portanto, os materiais devem ser, além de didáticos, entregues pessoalmente por profissionais que sejam capazes de traduzí-los à população.

Olhar para o contexto de produção desse programa radiofônico nos faz perceber que ele reproduz, no processo de licenciamento ambiental da Usina, as relações cristalizadas entre comunicação & saúde, que tem no componente educativo um elemento central (CYRINO, CYRINO, 1997; ARAÚJO, CARDOSO, 2007). Há que se lembrar que esse modo de planejar e praticar a comunicação pelas áreas de saúde no Brasil sofreu fortes influências da corrente comunicação para o desenvolvimento, que visava, a partir da difusão de informações, moldar os hábitos das populações locais, a partir da perspectiva de desenvolvimento que se pretendia imprimir sobre elas (PESSONI, 2010). Nesse sentido, lembramos ainda que a perspectiva desenvolvimentista da comunicação é também dominante na legislação que vem apoiando os programas de comunicação da fase de obras: a Resolução Conama 422/2010. Como vimos no item 5.2, essa resolução carrega marcas como o campanhismo e uma visão instrumental das relações comunicativas.

Nos programas de rádio poderemos observar como essa relação produzida pela interface das políticas de comunicação e saúde no licenciamento ambiental de Belo Monte se materializa. Neles observaremos, além dos textos dos seus roteiros, os áudios produzidos.

5.4.2.2. Os Programas

Até o momento a discussão se baseou na temática dos sete programas identificados durante a pesquisa exploratória. Contudo, desses sete programas, apenas três roteiros e seus áudios foram disponibilizados publicamente (Quadro15), a partir dos quais daremos continuidade à análise.

Quadro 15 Programas a serem analisados

Nº DO PROGRAMA	TÍTULO	PERÍODO DE VEICULAÇÃO
43	Prevenção da Malária	Julho a Dezembro de 2012
45	Prevenção da Dengue	Janeiro a Dezembro de 2013

46	Prevenção e Combate à Malária	Julho a Dezembro de 2013
----	-------------------------------	--------------------------

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos relatórios semestrais do PISC

Os três programas seguem uma estrutura padrão, com uma vinheta de abertura, seguido por um diálogo entre quatro personagens (D. Jandira, Lúcia, Vicente, S. Raimundo) e uma vinheta intitulada “Fique Sabendo”. A seguir discutiremos cada item dessa estrutura.

a) A Vinheta de abertura

A vinheta de abertura é semelhante nos três programas, com uma sensível diferenciação na primeira frase. Apresentada pela alternância das falas do locutor e de personagens criados pelo programa, nela, o empreendimento se apresenta como um espaço aberto à participação da população. Mas, que participação propõe Belo Monte aos seus públicos?

É – CONVERSA BOA *ou*: Ê – ÊTA PROSA BOA
 QUE A GENTE VAI LEVAR
 CONVERSANDO SOBRE BELO MONTE
 TODO O POVO VAI **PODER PARTICIPAR**
 (PERMANECE A MÚSICA E ENTRA LOCUTORES/ HOMEM E
 MULHER/ LENDO O TEXTO ABAIXO):
 COMEÇA AGORA O PROGRAMA CONVERSANDO SOBRE
 BELO MONTE/AQUI VOCÊ **VAI ACOMPANHAR** PASSO A
 PASSO/ A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA BELO
 MONTE

A Usina, que ocupa a posição de emissor, apresenta a participação como uma oportunidade oferecida pela empresa ao seu destinatário: a população local. Na sequência, o concessionário apresenta uma nova ordem contrastante, que anula a possibilidade de participação, qualificando a população estritamente como seu ouvinte – um ouvinte cujo papel é *acompanhar* as informações que a empresa elege como prioritárias para divulgação nesse programa. De acordo com Arnstein (1969), essa proposta se enquadraria nos degraus mais baixos de sua escada de participação cidadã – aqueles chamados pela autora de manipulação e terapia – nos quais os tomadores de decisão (nesse caso, Belo Monte) visam ajustar os valores do público aos seus interesses. Compreendemos, então, que participar do Programa “Conversando sobre Belo Monte” significa acompanhar as informações da Usina, ser sua audiência, seu ouvinte. Esse programa radiofônico trata-se, portanto, de um espaço para que o público receba informações do empreendedor sobre os eventos da obra, o andamento dos

programas ambientais, entre outras atividades relacionadas ao licenciamento ambiental de Belo Monte.

b) A conversa entre os personagens

A vinheta de abertura é seguida por um diálogo representado por quatro personagens, notadamente com marcas de sotaque interiorano, acompanhados por uma trilha sonora de música sertaneja ao fundo. A imagem que o programa constrói desses personagens representa a figura do sujeito do interior: o nortista dos municípios impactados por Belo Monte. Em geral, a conversa parte de uma determinada situação cotidiana (limpeza da casa, volta das férias, dias chuvosos) para apresentar os vetores das doenças (*Aedes* – Dengue; *Anopheles* “Carapanã” – Malária), as formas de contágio e os cuidados que devem ser tomados no sentido de prevenção.

Contudo, como vimos no item 5.1, a diversidade dos grupos afetados pela Usina é enorme, inclusive daqueles que formam a categoria *populações não indígenas atingidas*⁵⁶. Nortista não é, portanto, uma categoria capaz de dar conta dela, e reproduz a visão antropocêntrica do sul/sudeste do Brasil sobre todos os territórios e as populações localizadas ao seu norte. Muito provavelmente há determinados grupos que se identificam com os personagens criados pelo programa. Mas, será que esses personagens são capazes de representar simultaneamente agricultores, ribeirinhos, pescadores, moradores dos Igarapés e das áreas urbanas impactados pela Usina? Será que populações migrantes do Maranhão, Bahia, Pernambuco, Piauí, Amazonas, Tocantins, Mato Grosso se vêem representadas pela fala desse “nortista”? Será que essas populações entendem esses personagens como caricaturas dos moradores locais? São respostas que não encontraremos com essa pesquisa, porque demandaria extrapolar a instância de produção e adentrar os universos da circulação e da recepção, conhecendo a percepção das populações afetadas sobre essa imagem que a Usina constrói deles. Contudo, parece uma questão importante a ser levada em conta diante da diversidade de grupos sociais identificados ao longo da pesquisa.

c) A Vinheta *Fique Sabendo*

⁵⁶ Destacamos esse aspecto porque o Programa Radiofônico “Conversando sobre Belo Monte” não faz parte da estratégia das políticas de comunicação e saúde com populações indígenas.

Na sequência desse diálogo, abre-se a vinheta “fique sabendo”. Nela, o empreendimento “que sabe” ensina à população “que nada sabe” sobre os fatores que favorecem o aparecimento dessas doenças, a identificar os principais sintomas e a como proceder para realizar os respectivos diagnósticos. Apresenta também a parceria dos programas do Plano de Saúde Pública de Belo Monte com as Secretarias Municipais de Saúde para a prevenção e controle das doenças. Nos três roteiros alguns aspectos chamaram especialmente a atenção. Nessa pesquisa, eles serão tratados como temas geradores e serão discutidos a seguir. São eles:

- O ensino da prevenção
- A culpabilização das comunidades afetadas
- A vinculação entre Belo Monte e os impactos à saúde

Esses temas geradores foram estabelecidos para melhor visualizar os aspectos identificados. No entanto, veremos que especialmente a prevenção e a culpabilização da população estarão diretamente relacionadas. A seguir, cada tema gerador será discutido e ilustrado por extratos selecionados a partir dos roteiros dos programas (Anexo 1).

5.4.2.3 Os Temas Geradores

a) O ensino da prevenção

Em todos os roteiros, identificamos duas estratégias para abordar a prevenção. Na primeira, os personagens exemplificam os cuidados que vem tomando no sentido de prevenir a dengue ou a malária. Na segunda, o locutor, a partir do uso do imperativo, indica os seus conselhos ou ordens ao ouvinte.

Quadro 16 O ensino da Prevenção

PROGRAMA 43 – PREVENÇÃO DA MALÁRIA	<p>S. RAIMUNDO: PRONTO/ ESTÁ TUDO LIMPO/ HOJE EU DURMO SOSSEGADO</p> <p>VICENTE: O QUE É QUE UMA COISA TEM A VER COM A OUTRA/ SEU RAIMUNDO?</p> <p>S. RAIMUNDO: RAPAZ/O CARAPANÃ NÃO ME DEIXOU DORMIR ESTA NOITE</p> <p>D.JANDIRA: COMO ELE FICA ESCONDIDO DENTRO E FORA DA CASA/UMA FAXINA GERAL ESPANTA O MOSQUITO</p>
PROGRAMA 45 – PREVENÇÃO À DENGUE	<p>RAIMUNDO: EU CAPINEI E ATERREI O QUINTAL/ NÃO TEM UMA POÇA D'ÁGUA</p> <p>D. JANDIRA: E EU/GENTE/ CATEI E LIMPEI TUDO O OBJETO QUE PODE ACUMULAR ÁGUA/ ENCONTRADO NO QUINTAL</p> <p>S. RAIMUNDO: PARTE DO PAPEL / VIDRO E METAL / A GENTE DEU PARA O PESSOAL QUE TRABALHA COM RECICLAGEM</p> <p>D. JANDIRA: AS GARRAFAS/ A BACIA DE ROUPA/VASO DE PLANTA/PNEU VELHO/ TUDO ESTÁ EM LUGAR SECO E COBERTO</p> <p>S. RAIMUNDO: TODA SEMANA/ A GENTE LIMPA OS RALOS E AS</p>

	CALHAS/ PARA NÃO ENTUPIR E ACUMULAR ÁGUA PARADA S. RAIMUNDO: O SACO DE LIXO FICA ABRIGADO DA CHUVA E DOS ANIMAIS ATÉ SER ENTREGUE NO CARRO COLETOR
PROGRAMA 46 – PREVENÇÃO E COMBATE À MALÁRIA	LOC (2): MAS É SEMPRE BOM FICAR ATENTO / PORQUE O MOSQUITO DA MALÁRIA NÃO TIRA FÉRIAS / E CONTINUA POR AÍ FERRANDO MUITA GENTE LOC (1): POR ISSO / É PRECISO SE PREVENIR E EVITAR LOCAIS ONDE EXISTAM MOSQUITOS / EM ESPECIAL NO FINALZINHO DA TARDE / ATÉ O AMANHECER... LOC (2): NA HORA DE DORMIR, USE MOSQUITEIRO E ROUPAS COMPRIDAS QUE PROTEJAM O CORPO / PARA EVITAR A FERRADA DO MOSQUITO LOC (1): NÃO SE ESQUEÇA DE USAR REPELENTE (...) LOC (2): VALE A PENA TAMBÉM POR TELAS NAS PORTAS E NAS JANELAS PARA O MOSQUITO NÃO ENTRAR EM CASA

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Programas de Rádio nº 43, nº45 e nº46.

Os trechos destacados no Quadro 16 ilustram como o diálogo entre os personagens locais é tecido a partir da apresentação de práticas apontadas como do cotidiano da população. A limpeza, a capina, o cuidado para não permitir o acúmulo de água parada são apresentados como cuidados que os personagens adotam no seu dia a dia. Nos trechos em destaque, Seu Raimundo, Vicente e Dona Jandira são apresentados como exemplos a serem seguidos. Dessa forma, ensina-se à população, a partir do exemplo dos personagens, a adoção de medidas preventivas.

Esse formato assentado no ensino da prevenção foi e, em certa medida ainda é, muito presente nas relações entre comunicação e políticas públicas de saúde (ARAÚJO, CARDOSO, 2007). Essa estratégia – que é uma marca da perspectiva desenvolvimentista da comunicação – encarrega-se de educar a população para a criação da consciência sanitária e visa nelas internalizar valores e comportamentos saudáveis e preventivos. Presente oficialmente nas teorias e práticas da saúde desde a década de 20, os sanitaristas acreditavam que, dessa forma, seria possível alterar o curso das doenças (CARDOSO, 2001). Em Belo Monte, distintas marcas caracterizam o modo como a prevenção deve ser ensinada às comunidades locais.

Nos três roteiros é possível notar que o mosquito é associado à sujeira e, conseqüentemente, são indicadas medidas higiênicas para que o contágio não ocorra. No caso da malária, a limpeza do lar é apresentada como o meio mais adequado para evitar o contágio pelo “carapanã” – nome regional do *Anopheles*, transmissor da doença. A fala “uma faxina espanta o mosquito” é ilustrativa dessa associação. No roteiro sobre prevenção da dengue, essa associação também é explicitada em: “parte do papel /vidro e metal / a gente deu para o pessoal que trabalha com reciclagem”; e “o

saco de lixo fica abrigado da chuva e dos animais até ser entregue no carro coletor”. Outra maneira de ensinar a prevenção é a indicação das aquisições que devem ser feitas para evitar o contágio. Para não pegar, dengue “não se esqueça de usar repelente”; para não pegar malária, “vale também por telas nas portas e nas janelas para o mosquito não entrar em casa”.

Esse formato de ensino da prevenção proposto no Programa “Conversando sobre Belo Monte” coloca em tela outra questão fundamental: a concepção de ambiente adotada pelo Programa de Interação Social e Comunicação (PISC) e pelo Plano de Saúde Pública (PSP) da Usina. Afinal, o programa radiofônico foi produzido na interface entre ambos. Vale notar que as orientações expressas nos programas de rádio partem da idéia de um ambiente que não necessariamente está associado às condições de vida concretas dos grupos sociais que dele fazem parte (MACNAGHTEN, URRY, 1998). Se lembrarmos que os grupos sociais afetados por Belo Monte são diversos, inclusive em relação aos seus modos de vida, é notório que o formato adotado implica o apagamento da diversidade cultural que os distingue entre si: as instruções são apresentadas a “uma população” tomada como homogênea do ponto de vista do concessionário, e não às “populações” reais que vivem nas áreas de influência da Usina. Essas “populações”, no entanto, se relacionam de forma distinta com o ambiente, tomam para si concepções de cuidados de prevenção que não necessariamente se aproximam daqueles que a Usina busca introduzir com o programa “Conversando sobre Belo Monte”.

Há que se lembrar ainda que essas populações (tradicionalis / não tradicionalis / locais / migrantes) estão inseridas no contexto da Amazônia, região em que se configura o auge de um paradoxo: a água, bem mais disputado da região para a implantação de Belo Monte, é pouco acessível para o consumo humano (BECKER, 2012). A região, que ocupa a maior porção do território nacional (61%), mas que concentra apenas 11% da população, é tomada ainda como uma questão nacional, sendo negligenciada em relação às suas questões regionais, principalmente no que diz respeito a políticas públicas efetivas (ARAÚJO, 2001).

Diante dessa discussão, cabe questionar se usar repelente e fazer reciclagem são práticas que dialogam com a realidade concreta e cotidiana das populações de Belo Monte. Ou, se são práticas adotadas no universo concreto dos representantes de Belo Monte que formularam o roteiro e que visam incutí-las nos grupos diversos que vivem nos territórios impactados. Além disso, destacamos que essa prática marcada pelo

ensino de hábitos tomados por corretos sem considerar os diferentes contextos que condicionam as populações locais reforça a presença da perspectiva desenvolvimentista como orientadora dessa prática de comunicação.

b) A culpabilização das comunidades afetadas

Em geral, os ensinamentos e orientações sobre modos de prevenção são desdobrados, ao longo dos roteiros, em mensagens de responsabilização e culpabilização das populações locais.

Quadro 17 Culpabilização das comunidades afetadas

PROGRAMA 43 – PREVENÇÃO DA MALÁRIA	LOC (A): EM JUNHO E JULHO/ A BAIXA/DO/XINGU/E/O/INÍCIO/DO/ VERÃO/ AUMENTA O NÚMERO DE MOSQUITOS LOC (ELK): A PARTIR DAÍ / CRESCE / TAMBÉM O DESMATE E AS QUEIMADAS LOC (CA): ASSIM / O HOMEM DESTRÓI / A MORADIA NATURAL DO CARAPANÁ/ QUE SÃO AS FLORESTAS
PROGRAMA 45 – PREVENÇÃO À DENGUE	VICENTE: A VIZINHANÇA TAMBÉM DEVE ASSUMIR O COMPROMISSO DE ACABAR COM OS FOCOS DE DENGUE QUE EXISTE NA RUA/E NA CASA DELES... LÚCIA: SENÃO/O MOSQUITO QUE SAIU LÁ DE LONGE /VEM AQUI/ SUGA O SANGUE DE VOCÊS / PASSA O VÍRUS DA DENGUE / E TODO MUNDO ACABA COM A DOENÇA S. RAIMUNDO: ISSO NÃO É JUSTO/ A GENTE TEM TODO ESTE TRABALHO/ E ADOECE POR CAUSA DO MOSQUITO DO VIZINHO! LÚCIA: SEU RAIMUNDO / PARA EVITAR PEGAR A DOENÇA/ É PRECISO A PARTICIPAÇÃO DE TODA A COMUNIDADE
PROGRAMA 46 – PREVENÇÃO E COMBATE À MALÁRIA	LÚCIA: SEU RAIMUNDO/ DONA JANDIRA/ AS FÉRIAS DE VOCÊS DEVE TER SIDO BOA/ MAS VOCÊS FICARAM DE OLHO NO MOSQUITO DA MALÁRIA? (...) LOC (2): TAMBÉM É PRECISO SEGUIR AS AÇÕES DE PREVENÇÃO/ PARA NÃO PEGAR A DOENÇA

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Programas de Rádio nº 43, nº45 e nº46.

No Roteiro 43, por exemplo, o desmatamento e a queimada – fatores que contribuem para o aumento dos casos de malária – são apontados como algo “natural da região”. É inegável que a Amazônia sofre com o desmatamento em seu cotidiano, tendo em janeiro de 2015 uma soma de 389 quilômetros quadrados de florestas degradadas (IMAZON, 2015). Do mesmo modo que a região também responde por 99% dos casos de malária no Brasil (LEME ENGENHARIA, 2011). Contudo – veremos no próximo tópico – esses problemas são acentuados com a chegada da Usina de Belo Monte na região. No programa 45, sobre a dengue, a comunidade é evocada em sua coletividade a se responsabilizar pela eliminação dos focos do mosquito, ao passo que no Programa 46

é enfatizada a responsabilidade da comunidade em seguir as ações indicadas pela empresa.

Nos extratos do Quadro 17 é possível perceber, então, que a população é convidada por Belo Monte a se responsabilizar por fatores que podem contribuir para o aumento da dengue e da malária na região, sem que se assuma que a própria empresa é geradora desses impactos, como discutiremos no item subsequente. Além do deslocamento de uma responsabilidade que deve ser de todos (Estado, empreendimento e comunidades) exclusivamente para a população, os roteiros abrem a possibilidade para culpabilizar os moradores da região, ao passo que se isenta dela. É o “homem” que destrói as florestas; são os “vizinhos” que atrapalham que medidas preventivas tenham sucesso; e é a “comunidade” que deve ficar de olho no mosquito. Dessa forma, algo que é positivo (de fato devemos ser responsáveis) e que tem relação estreita com a cidadania, torna-se negativo. Afinal, a população deve ser responsável porque ela é geradora dos problemas: foram os moradores locais que não aprenderam a se prevenir adequadamente, eles que são irresponsáveis, maus cidadãos e, portanto, devem resolver os seus problemas sozinhos.

c) A vinculação entre Belo Monte e os impactos à saúde

Nessa categoria, o objetivo foi identificar como Belo Monte se vincula aos impactos ambientais gerados por ela – nesse caso, a dengue e a malária.

Quadro 18 Relação Impactos Ambientais à Saúde – Belo Monte

PROGRAMA 43 – PREVENÇÃO DA MALÁRIA	<p>LÚCIA: A META É REDUZIR A MALÁRIA EM ALTAMIRA/PACAJÁ E ANAPU/ONDE OCORRE/ A MAIOR PARTE DOS CASOS</p> <p>VICENTE: OUTRA AÇÃO É EVITAR QUE A TRANSMISSÃO DA DOENÇA AUMENTE/ DURANTE A CONSTRUÇÃO E COM A OPERAÇÃO DA USINA DE BELO MONTE</p> <p>LÚCIA: POR ISSO/A EMPRESA FIRMOU PARCERIA COM AS SECRETARIAS DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS E DO GOVERNO DO ESTADO</p> <p>VICENTE: A EMPRESA TEM FORNECIDO PROFISSIONAIS DE SAÚDE/VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS...</p> <p>LÚCIA: E VEM REFORMANDO E CRIANDO POSTOS DE SAÚDE/HOSPITAIS...</p> <p>VICENTE: TODO ESTE INVESTIMENTO/VAI GARANTIR QUE SE PONHA EM PRÁTICA AS AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA MALÁRIA/ E DE OUTRAS DOENÇAS</p>
PROGRAMA 45 – PREVENÇÃO À DENGUE	<p>LOC (CA): A NORTE ENERGIA APOIA O SERVIÇO DE CONTROLE/PREVENÇÃO/E TRATAMENTO DA DENGUE/</p> <p>LOC (EK): O SERVIÇO É FEITO JUNTO COM AS PREFEITURAS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA/ DE BELO MONTE</p>

	<p>LOC (CA): EM PARCERIA/COM O GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL/ LOC (EK): PARA ISSO/OS POSTOS DE SAÚDE E HOSPITAIS ESTÃO EQUIPADOS LOC (CA): NOVAS EQUIPES DE SAÚDE FORAM TREINADAS E CONTRATADAS LOC (EK): AS REGIÕES ONDE PODEM SURGIR FOCOS DA DOENÇA/ ESTÃO IDENTIFICADAS E SOB VIGILÂNCIA (...) LOC (CA): PREVENIR E TRATAR DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS/ É MAIS UM COMPROMISSO DA NORTE ENERGIA</p>
PROGRAMA 46 – PREVENÇÃO E COMBATE À MALÁRIA	LOC (I): EM 2012 / O PLANO DE AÇÕES PARA CONTROLE DA MALÁRIA / DA NORTE ENERGIA / EVITOU QUE QUARENTA E CINCO MIL PESSOAS PEGASSEM A DOENÇA

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Programas de Rádio nº 43, nº45 e nº46.

Primeiramente, notamos a ausência dos termos “impacto” ou “impacto ambiental” nos três roteiros. A única menção às obras de Belo Monte foi realizada no Programa 43, no trecho “outra ação é evitar que a transmissão da doença aumente durante a construção e com a operação da usina de Belo Monte”. Contudo, também não houve explicação sobre os motivos que poderiam levar ao aumento da malária com o início da construção da Usina. O Programa 46 apontou, ainda, que a Norte Energia, consórcio responsável pela instalação de Belo Monte, foi responsável por evitar que 45 mil pessoas contraíssem a malária. O que não se disse, no entanto, foi que a elaboração de um Programa de Controle da Malária (PACM) é uma exigência legal definida pela Resolução Conama 286/2001 e pela Portaria nº 47/GM de 2007 aplicada exclusivamente a empreendimentos que potencialmente podem contribuir para o aumento expressivo da doença em regiões endêmicas.

Quadro 19 Determinações legais para a elaboração do PACM

Resolução 286/2001	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos nas regiões endêmicas de malária
Portaria nº 47/GM de 2007	Dispõe sobre o Atestado de Aptidão Sanitária, nas regiões endêmicas de malária, o empreendedor é obrigado a apresentar o Plano de Ação de Controle da Malária para obtenção da Licença Prévia – LP

Fonte: Elaborado pela autora

Nesse sentido, vale destacar que o próprio Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) apontou que os impactos mais significativos do ponto de vista da saúde da população estavam associados especialmente ao aumento populacional decorrente da contratação de migrantes para trabalhar nas obras da Usina.

O número de trabalhadores contratados será bem maior nos primeiros cinco anos da obra. Nos outros cinco anos, os serviços serão mais

especializados e o número de trabalhadores será menor. No pico das obras, deverão ser gerados mais de 18 mil empregos diretos e cerca de 23 mil indiretos (BRASIL, 2009a, p.85).

A contratação desse contingente populacional para a construção da Usina poderia, de acordo com o RIMA, traduzir-se em ocupação desordenada do solo e pressão sobre as terras indígenas e demais localidades das Áreas de Influência da Usina. Segundo o RIMA, os impactos da migração representavam sérias preocupações tanto na chegada desses trabalhadores; como na etapa final de construção, em que grande parte deles são dispensados, mas nem todos retornam aos seus locais de origem: “no final das obras, o número de postos de trabalho deverá cair para 3.400, sendo 700 diretos e 2.700 indiretos” (BRASIL, 2009a, p.105).

Em todos os roteiros o empreendimento tem seu papel associado ao de colaborador - chave para a prevenção dessas doenças. Dessa forma, foram enaltecidas as parcerias com o Governo Federal, estadual, e com os municípios. Nesse sentido, lembramos que no licenciamento ambiental de Belo Monte, a saúde foi reconhecida predominantemente como ausência de doenças (CAMARGO JR, 2007; ALMEIDA FILHO, 2013). Portanto, as medidas mitigadoras presentes nos programas que integram o PSP foram centradas em soluções a doenças e, assim sendo, nada trouxeram de diferente em relação ao que já preconizam os programas do Ministério da Saúde para os municípios impactados pela Usina.

Em nenhum dos roteiros, no entanto, foi explicado o motivo que levou a Usina à desenvolver um Plano de Saúde Pública que prevê aportes financeiros aos municípios das Áreas de Influência Direta e Indireta (AID e AII), ampliação da infraestrutura da rede de saúde local, bem como o desenvolvimento de ações de prevenção e promoção da saúde. Nesse sentido, ressalta-se ainda o fato de não ter sido realizada nenhuma menção ao licenciamento ambiental, bem como às exigências legais que condicionaram o desenvolvimento de todas as ações citadas no Programa “Conversando sobre Belo Monte”.

Gostaríamos de resgatar que, como bem definiu Locatelli (2011), nos programas de comunicação do licenciamento ambiental, o empreendedor deve falar dos seus impactos ambientais – expô-los claramente à população afetada. No Programa “Conversando sobre Belo Monte”, o que se nota é que os impactos ambientais são dissociados do seu agente gerador, sendo apontados ora como problemas inerentes à própria região; ora como responsabilidade da comunidade, a quem resta a

responsabilidade pela prevenção. Além de não ser situada como geradora desses impactos, a Usina aparece ainda como peça-chave na resolução desses problemas. É uma subversão da lógica: de causadora do impacto, Belo Monte se torna a sua grande solucionadora. Mas isso reforça outra ideia - força não só de Belo Monte, mas do projeto de diversos grupos políticos - econômicos para a região: modernização. Belo Monte traz progresso, traz modernização, e logo afasta doenças identificadas com a pobreza e o atraso. É a ideologia do desenvolvimentismo.

Por fim, retomamos o quadro com as características da perspectiva desenvolvimentista da comunicação e o adaptamos com base na discussão nos resultados dessa dissertação (Quadro 20).

Quadro 20 Características da perspectiva desenvolvimentista da comunicação em Belo Monte

Características de Belo Monte	Características da população	Missão da comunicação
Tem conhecimento sobre a região e sobre a população e os seus modos de vida	Vazia de conhecimento	Prover o conhecimento
Interpreta cientificamente a realidade e a expressa no EIA – RIMA	É acientífico, não sabe interpretar a realidade e, portanto, não sabe discutir os resultados do EIA – RIMA	Interpretar a sua realidade de acordo com a percepção do emissor a partir do EIA – RIMA
Tem valores corretos sobre ambiente e saúde	Não possui valores adequados sobre como lidar com o ambiente e cuidar da sua saúde	Ensinar os valores corretos à população
Tem condutas ou sabe quais são as desejáveis	Possui condutas ou hábitos indesejáveis	Obter condutas e hábitos desejáveis
Representa o que é moderno	É tradicionalista, resiste a mudanças	Quebrar o tradicionalismo
Leva o progresso à região	É interiorano e desconhece as benesses do progresso	Mostrar vantagens do progresso e despertar aspirações
Conhece a verdade sobre a saúde das populações	Desconhece a verdade sobre a sua saúde	Doar a verdade sobre a saúde por meio do ensino de hábitos saudáveis à população
É sábio	É ignorante	Ensinar, entregar a ciência e sabedoria
É superior	É inferior	Reconhecer a superioridade do emissor
É protagonista das ações	É espectador das ações	Criar expectativas

É ator-emitente de mensagens	É público-receptor de mensagens	Prover condições para uma eficiente recepção das mensagens
É sujeito do progresso	É objeto do progresso	Estabelecer alianças para transformar o receptor em um objeto mais maleável

Fonte: Adaptado de Araújo e Cardoso (2007)

6. CONCLUSÕES

Antes de apresentar as conclusões, cabe lembrar que essa pesquisa teve como principal objetivo analisar as políticas e práticas de comunicação e saúde produzidas no âmbito do licenciamento ambiental geral da UHE Belo Monte. O caminho escolhido foi a elaboração de um Estudo de Caso, iniciado com um resgate do histórico de implantação da hidrelétrica em tela. Na sequência, discutimos os impactos definidos pelo empreendimento como “da saúde” e, posteriormente, passamos à comunicação desses impactos, analisando-os em duas instâncias de produção: na política de comunicação (Plano de Interação Social e Comunicação) e na sua materialização (Programa Radiofônico “Conversando sobre Belo Monte).

Nessa pesquisa pudemos perceber que o “ambiente” de Belo Monte foi amplamente pesquisado e disputado ao longo das quatro décadas que marcam o seu processo de implantação. Embora essas “disputas” não tenham sido o objeto de análise, foi possível notar que o que estava de fato em jogo era, sobretudo, um modelo de desenvolvimento: científico, tecnológico, energético e econômico. Planejada durante o regime militar e presente em todos os mandatos governamentais pós-redemocratização, essa Usina foi construída recentemente, ainda que sem cumprir as etapas e os prazos legais do seu processo de licenciamento ambiental. Belo Monte foi ainda lançada como obra prioritária do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sob a justificativa do seu potencial de promover desenvolvimento para a nação e para a população local, embora tenhamos notado que essa se mostrou uma questão bastante controversa.

Apesar dos conflitos reforçados ou emergentes a partir do cenário de implantação da Usina, na literatura os impactos à saúde da população não apareceram – ao menos explicitamente – como um dos objetos centrais dessa disputa. Durante o seu licenciamento ambiental, a definição desse grupo de impactos definidos como “da saúde” por Belo Monte partiu do que é consenso pelo Ministério da Saúde (MS) e por outras experiências de implantação de hidrelétricas, sem considerar concepções de ambiente, de saúde, e de doença construídas por outros grupos sociais. A definição resultou em uma concepção restrita, centrada na previsão do aumento de doenças em decorrência da implantação do empreendimento. Como resposta, as ações mitigatórias propostas pela Usina se basearam em prover soluções a doenças e nada trouxeram de novo em relação aos programas já desenvolvidos pelo MS e pelas atividades das Secretarias Municipais de Saúde (SMS) dos municípios envolvidos. Destaca-se, nesse

sentido, que aspectos como saneamento básico, aumento de tráfego de veículos, e a saúde do trabalhador foram considerados no EIA – RIMA como impactos da implantação de Belo Monte. Porém, foram tratados por outros planos e programas do Projeto Básico Ambiental (PBA), e excluídos do repertório de mitigação “da saúde”.

Após conhecermos os impactos à saúde definidos pelo concessionário, passamos ao ponto central dessa pesquisa e buscamos compreender como esse grupo de impactos entra para o plano da comunicação do concessionário com a população afetada. Mas...quem é a população afetada por Belo Monte? Percebemos que a diversidade de grupos sociais que foram amalgamados na categoria “população afetada” é enorme. Essas “populações” incluem ribeirinhos, pescadores, agricultores, trabalhadores do ramo oleiro/cerâmica, moradores de urbanos (especialmente das áreas periféricas); e os pequenos empresários que atuam nas áreas dos Igarapés. E, embora sejam destinatárias das mesmas ações de um programa de comunicação, elas são distintas em seus modos de vida e em relação ao grau de exposição aos impactos do empreendimento. A não diferenciação de ações de comunicação por grupo social, ou, ainda, qualquer outra distinção que elucidasse que as identidades haviam sido consideradas são ilustrativas de como a complexidade ambiental é simplificada pelo programa de comunicação da Usina, que parte da perspectiva de um ambiente único e homogêneo para todos os grupos sociais que nele vivem.

Em relação à perspectiva de comunicação adotada por Belo Monte, recorremos, em um primeiro momento, ao documento que representa a política de comunicação dessa hidrelétrica: o Programa de Interação Social e Comunicação (PISC). Nessa pesquisa, reforçamos em distintos momentos que a comunicação para a fase de obras produzida no interior dos processos de licenciamento ambiental possui especificidades. Entre elas, destacam – se: a produção dessa política como parte do Projeto Básico Ambiental (PBA) e a obrigatoriedade por parte do empreendedor de falar dos impactos da sua atividade aos “impactados”. No caso de Belo Monte, no entanto, a política de comunicação foi produzida e executada em dois momentos distintos, que denominamos de fase 1 e fase 2 do PISC . A primeira, iniciada quatro anos antes do período previsto legalmente e que se estendeu da elaboração dos estudos ambientais à autorização para o início das obras da Usina (2007 – 2011). E, a segunda, quando se estruturou enquanto documento de política do PBA, compreendendo a posteriori toda a fase construtiva (2011-2015). Durante a investigação esse se mostrou um aspecto controverso. Se, de um lado, a escassa literatura sobre programas de comunicação no licenciamento ambiental

aborda a importância de se antecipar os programas de comunicação do licenciamento ambiental sob a justificativa de que a instauração de uma rotina de comunicação paralelamente a elaboração do EIA proporcionaria maiores possibilidades das comunidades afetadas se fazerem ouvir e intervir para que as decisões sobre o projeto técnico não fossem tomadas unilateralmente pelo empreendedor. Por outro, percebemos como os empreendimentos podem se apropriar disso para produzir alianças com os grupos sociais de modo a facilitar a sua concretização sem que necessariamente se instaurem medidas participativas. Foi o que notamos em Belo Monte, a partir das suas justificativas para a antecipação do PISC: o empreendedor necessitava criar condições de aceitação nas comunidades locais para conseguir avançar no polêmico processo de elaboração do seu EIA – RIMA e, portanto, no seu processo de licenciamento ambiental.

Nesse sentido, foi possível perceber que a perspectiva de comunicação proposta pelo concessionário para basear a relação do concessionário de Belo Monte com as comunidades afetadas em ambas as fases do PISC é desenvolvimentista. E, portanto, teve como eixo central difundir informações capazes de promover mudanças no comportamento das populações de modo a ajustá-lo ao modelo de desenvolvimento proposto pela Usina. Uma marca importante dessa perspectiva é o caráter instrumentalizante do PISC: o programa ocupa a posição de assessoria de comunicação do sistema de gestão ambiental da obra e se propõe a ofertar um leque de instrumentos (folders, cartilhas, volantes, peças de divulgação de eventos, maquetes, entre outras) aos demais planos e programas do PBA. A “interface direta” com o Plano de Saúde Pública foi expressa por essa relação.

Há que se destacar que a própria legislação do licenciamento ambiental induz os programas de comunicação a adotarem medidas difusionistas e instrumentalizantes. A Resolução Conama nº 422/2010 – única a citar claramente na comunicação para a fase de obras – restringe a comunicação à mera condição de subsidiar campanhas de educação ambiental.

Na relação comunicação – saúde, identificamos o Programa de Rádio “Conversando sobre Belo Monte” como prática conjunta entre os planos de comunicação e de saúde pública. Ao recuperar seu contexto de produção compreendemos que se tratava de uma ação conjunta com as secretarias municipais de saúde e que seu foco era utilizar a mídia rádio para realizar uma campanha com propósitos educativos. Os programas de rádio reforçaram a presença da perspectiva

desenvolvimentista da comunicação e demonstraram, sobretudo, que as ações de comunicação em parceria com a saúde no licenciamento ambiental de Belo Monte se assemelham às aquelas historicamente praticadas pela área de saúde. Nesse sentido destacamos que parte do esforço da comunicação de Belo Monte foi levar ao conhecimento de uma população vista como não esclarecida, as concepções corretas de ambiente e saúde do ponto de vista do seu concessionário.

Alguns aspectos observados, que não se restringem ao caso em estudo, mas que fazem parte da lógica que opera o licenciamento ambiental são importantes para refletir sobre o modelo que sustenta a implantação de hidrelétricas. Um deles é que a mitigação dos danos é produzida no interior do mesmo processo que gerou o impacto. Dessa forma, dificilmente será apontado impacto para o qual não se tenha capacidade técnica e econômica de mitigação. Um outro, especificamente em relação aos programas de comunicação, é que, se por um lado, existe uma proposta de se construir uma comunicação que interaja com comunidades, deve se considerar que podem surgir outros problemas e questões de saúde que exijam estratégias novas que não aquelas pré-definidas tanto nos planos de comunicação como nos planos de saúde pública.

Por fim, vale resgatar a indagação de Lúcio Flávio Pinto (2012) que apontamos como provocação ao final do capítulo 4 - *De Tucuruí a Belo Monte: a história avança?*. Esse questionamento é fundamental para pensarmos se o licenciamento ambiental – um procedimento definido no contexto de redemocratização do país – vem contribuindo efetivamente para que problemas socioambientais advindos da implantação de hidrelétricas sejam minimizados.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.
- AGUIAR, L. A. de; SCHAUN, A. Heurística do Medo: mídia e meio ambiente na sociedade de risco. **Revista Ação Midiática**, Curitiba, v.1, n.2, Universidade Federal do Paraná, 2011. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/acaomidiatica/article/view/26423/17631>> . Acesso em: 10 out. 2015.
- ALMEIDA FILHO, N. **O que é saúde?**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.
- AMORA, Dimmi. **Por envolvimento de construtoras na Lava Jato TCU investigará Belo Monte**. Folha de São Paulo, 24/06/2015. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1647190-por-envolvimento-de-construtoras-na-lava-jato-tcu-investigara-belo-monte.shtml>> . Acesso em: Mar. 2016.
- ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Atlas da Energia Elétrica do Brasil**. 3. ed. Brasília: Aneel, 2008.
- ARAÚJO, C. A. A Pesquisa Norte-Americana. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (Orgs). **Teorias da Comunicação: Conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- ARAÚJO, I. S. **Mercado Simbólico: interlocução, luta, poder - um modelo de comunicação para políticas públicas**. 2002. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- _____. Mercado simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. **Interface**, v.8, n.14, p.165-177, 2004.
- _____. Razão Polifônica. **Revista Perspectiva em Ciência da Informação**, v.8, p.46 - 57, 2003.
- ARAÚJO, I. S.; CARDOSO, J. M. **Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- ARINI, Juliana e SANCHES, Mariana. Uma guerra equivocada. **Revista Época** de 28/06/2008. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI4604-15223-1,00-UMA+GUERRA+EQUIVOCADA.html>>. Acesso em: Mar. 2016.
- ARNSTEIN, Sherry R. A ladder of citizen participation. **Journal of the American Institute of planners**, v. 35, n. 4, p. 216-224, 1969.
- BANCO MUNDIAL. **Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil: uma Contribuição para o debate**. Volume I: Relatório Síntese. 2008. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTALACBRASILINPOR/Resources/Brazil_licenciamento_SintesePortugueseMarch2008.pdf>. Acesso em: 04 mar.2014.
- BARROS, T.A. RAVENA, N. **Representações Sociais nas Audiências Públicas de Belo Monte: do palco ao recorte midiático**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho

5 – Comunicação e sociedade civil – do IV Encontro da Compolítica, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Thiago-Almeida-Barros.pdf>>. Acesso em: Mar. 2016.

BECKER, B. Reflexões sobre hidrelétricas na Amazônia: água, energia e desenvolvimento. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**, v. 7, n. 3, p. 783-90, 2012.

BONFIM, Camila. **Camargo Corrêa negociou propina com PMDB em Belo Monte, diz delator**. G1. Globo.com. 25/06/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/06/camargo-correa-negociou-propina-com-pmdb-em-belo-monte-diz-delator.html>>. Acesso em: Mar. 2016.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Projeto Promoção da Saúde**. As Cartas da Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

_____. Ministério de Minas e Energia/Empresa de Pesquisa Energética (EPE). **Plano Decenal de Expansão de Energia 2023**. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério de Minas e energia. **Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010**. PNEE 2010. Relatório executivo. Centrais elétricas brasileiras – Rio de Janeiro: ELETROBRÁS, dezembro de 1987. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/anexo/and96652-88.pdf>. Acesso em: Mar. 2016.

_____. Ministério de Minas e Energia. Relatório de Impacto Ambiental. RIMA. Aproveitamento hidrelétrico Belo Monte. Eletrobrás. Maio de 2009a.

_____. Eletrobras. **Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte: Estudo de Impacto Ambiental**. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, v. 21. Fevereiro de 2009b.

_____. Eletrobras. **Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte: Estudo de Impacto Ambiental**. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, v. 34. Fevereiro de 2009c.

_____. Ministério de Minas e Energia. **Resoluções CNPE – 2008**. Disponível em <<http://www.mme.gov.br/web/guest/conselhos-e-comites/cnpe/cnpe-2008>>. Acessado em Ago. 2015.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 brasileira: ações prioritárias / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional**. 2. ed. Brasília: 2004.

_____. Ministério do Meio ambiente. **Governança ambiental**. Disponível em: <<http://mma.gov.br/governanca-ambiental/portal-nacional-de-licenciamento-ambiental/licenciamento-ambiental/historico>>. Acesso em: Mar. 2016.

_____. Ministério do Planejamento. **Belo Monte: desenvolvimento com sustentabilidade**. 29 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/noticia/96d1096a>>. Acesso em: Mar. 2016.

BRUM, E. Belo Monte: a anatomia de um etnocídio. **El País: Opinião**. 1 dez. 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/opinion/1417437633_930086.html>. Acesso em: Jun. 2014.

CAMARGO JÚNIOR., K. R. As Armadilhas da “Concepção Positiva de Saúde”. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, v. 17, p. 63-76, 2007.

CARDOSO, J.M. **Comunicação, Saúde e Discurso Preventivo**: reflexões a partir de uma leitura das campanhas de Aids veiculadas pela televisão (1987-1999). Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2001.

CARVALHO, C. **De 23 novas hidrelétricas planejadas na Amazônia, sete serão construídas em áreas intocadas**. 23 set. 2012. O GLOBO. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/de-23-novas-hidreletricas-planejadas-na-amazonia-sete-serao-construidas-em-areas-intocadas-6173007>, <http://oglobo.globo.com/infograficos/hidreletricas/>>. Acesso em: 02 Jun., 2014.

CCBM - Consórcio Construtor de Belo Monte. **O Consórcio**. [2011?]. Acessível em: <<https://www.consorciobelomonte.com.br/Publico.aspx?id=2.>>. Acesso em: Mar. 2016.

COELHO, M.; et al. .Questão energética na Amazônia: disputa em torno de um novo padrão de desenvolvimento econômico e social.**Novos Cadernos NAEA**, v. 13, n. 2, 2011.

COHN, G. Qual é a forma da sociedade da informação. In: NETO, A. F. et al (Orgs). Práticas Midiáticas e espaço público. **Coleção Comunicação Compós 10**, v. 1. Porto Alegre: EDICPUCRS, 2001.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CYRINO, A. P.; CYRINO, E. G. Integrando Comunicação, Saúde e Educação: a experiência da Uni -Botucatu.**Revista Interface — Comunicação, Saúde, Educação**, v.1, n.1, 1997.

CZERESNIA, D. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: CZERESNIA, D.;FREITAS, C. M. (org.). **Promoção da Saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003.

BUTTEL Frederick H.; DICKENS, Peter; DUNLAP, Riley E.; GIJWIJT, August. **Sociological Theory and the environment: an overview and introduction**. In: DUNLAP, Riley E.; BUTTEL, Frederick H.; DICKENS, Peter; GIJSWIJT, August (editors). **Sociological Theory and the environment**: classical foundations, contemporary insights. Rowman Littlefield Publishers, INC: Lanham, Boulder, New York; Oxford, 2001.

DUARTE, J.. **Comunicação pública**. São Paulo: Editora Atlas, p. 47-58, 2007.

DUNLAP, R.E. Paradigms, Theory and Environmental Sociology. In: DUNLAP, R.E.; BUTTEL, F.H.; DICKENS, P.G.A. (Ed.). **Sociological Theory and the environment**: classical foundations, contemporary insights. Rowman Littlefield Publishers, INC: Lanham, Boulder, New York; Oxford, 2001.

ESCOREL, S. História das Políticas de Saúde no Brasil de 1964 a 1990: do Golpe Militar à Reforma Sanitária. In: GIOVANELLA, L. et al (orgs). **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

ESCOREL, S.; TEIXEIRA, L. A. História das Políticas de Saúde no Brasil de 1822 a 1963: do Império ao Desenvolvimento Populista. In: GIOVANELLA, L. et al (orgs). **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

FARIA, I.D. **Ambiente e energia**: crença e ciência no licenciamento ambiental. Parte III: Sobre Alguns dos Problemas que Dificultam o Licenciamento Ambiental no Brasil. Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado, 2011. ISSN 1983-0645

FERNANDES, B. R. **Planejamento estratégico de comunicação para o licenciamento ambiental no Estado de São Paulo**. 2014. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FERNANDES, B. R.; SMITH, V.P.B; ULSEN, P. **Comunicação: por um licenciamento ambiental sustentável**. Pensamento Comunicacional Brasileiro - XVIII Colóquio Internacional da Escola Latino-Americana de Comunicação. I Fórum Brasileiro das Tendências da Pesquisa em Comunicação, São Paulo, 12 a 14 de novembro de 2014 – ISSN 1806-3500.

FERREIRA, Eduardo Guerra Murad. **Diálogo Social: a comunicação na construção dos relacionamentos das organizações com as comunidades vizinhas: o caso da Ampla**. Tese de doutorado. São Paulo. USP, 2011.

FILHO, G.M. Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável: conceitos e princípios. **Textos de Economia**. Florianópolis. V.4 n.1., p.131-142, 1993.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 16, n. 4, p. 141-156, Dec. 2013.

Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2013000400009&lng=en&nrm=iso>. Acessado em Jul., 2015.

FOLHA. Folha de São Paulo. **A Batalha de Belo Monte**. 2013. Disponível em <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/> Acessado em mar., 2014.

FONSECA, I. F. **Licenciamento ambiental, conflitos socioambientais e coordenação intragovernamental: Os casos da usina hidrelétricas de Belo Monte, no Brasil; do complexo hidrelétrico do Rio Nu, na China; e da barragem de Sardar Sarovar, na Índia**. Anais do IV Colóquio internacional de Doutorandos / as do CES, 6 - 7 dezembro de 2013. Universidade de Coimbra, Portugal. Disponível em: <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/1.1.1_Igor_Ferraz_da_Fonseca.pdf> . Acesso em: Mar. 2016.

FONTELES, G.M. **Povos indígenas e globalização – Redes Transnacionais de Apoio a Causas Indígenas e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte: um estudo exploratório**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Relações Internacionais, UNB, 2012.

FRANÇA, V. V.; HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C. **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FRANCO, A. S. C. e TEIXEIRA, Márcia O. A participação social e o licenciamento ambiental de grandes empreendimentos no setor elétrico: apontamentos à luz dos estudos de CTS. In: VII Congresso de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Rio de Janeiro. **Anais Scientiarum Historia VII**. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2014. v. 1. p. 100-110.

FRANCO NETTO, G. **Importância estratégica da Avaliação de Impacto Ambiental à saúde no Brasil**. Aula Inaugural do Curso de Mestrado Profissional em Vigilância em Saúde na Região Leste do RJ. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 6 de junho de 2011. Disponível em: <<http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/home/exibedetalhesBiblioteca.cfm?ID=12583&tipo=B>>. Acesso em : Mar. 2016.

FRANCO NETTO, G. Questões socioambientais relativas à gestão energética sustentável e de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p. 1402 – 1403, jun 2012.

FREIRE, P. **Comunicação ou Extensão?** 7. ed.. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira e prefácio de Jacques Chonchol. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, Carlos Machado. Problemas ambientais, saúde coletiva e ciências sociais. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 8, n. 1, p. 137-150, 2003.

FUNAI. **Parecer Técnico nº 21/CMAM/CGPIMA**. 2012. Disponível em: <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2010/pdf/pdf3/parecer_funai.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2015.

FUNTOWICZ, S.; MARCHI, B. de. Ciência pós-normal, complexidade reflexiva e sustentabilidade. In: LEFF, Enrique (coord.). **A Complexidade Ambiental**. 2. ed.. São Paulo: Cortez, 2010.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GREENPEACE BRASIL. **Belo Monte: triste história**. Publicado em 18 de abril de 2010. Disponível em <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/A-feia-historia-de-Belo-Monte/>>. Acesso em: Jun. 2015.

HALL, A.; BRANDFORD, S. Development, dams and Dilma: the saga of Belo Monte. **Critical Sociology**, v. 38, n.6. p. 851-862, 2012.

HEBERLÊ, A. L. O.; SOARES, F. B. Comunicação para o desenvolvimento: estratégias e conceitos. **Estudos em Comunicação**, v. 13, p. 151, 2013.

IBAMA. **Licença de Instalação nº 795/2011**. Brasília/DF. 01 de junho de 2011a. Disponível em: <<http://norteenergiasa.com.br/site/wp-content/uploads/2011/07/Licenca-de-Instalacao.pdf>>. Acesso em: Jun. 2015.

_____. **Licenciamento**. Audiências públicas (por ano).s/d a Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/licenciamento-ambiental/audiencias-publicas-por-ano>> . Acesso em: Nov. 2015.

_____. **Sistema informatizado de licenciamento ambiental Federal**. s/d b. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/licenciamento/>>. Acesso em: Nov. de 2015.

_____. **UHE Belo Monte. Volume 8. Pdf**. Altamira, 24 de agosto de 2009. Disponível em: <http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Belo%20Monte/Processos/UHE%20Belo%20Monte_Volume%2008.pdf>. Acesso em: Nov. 2015.

IMAZON. 2015. Disponível em: <<http://amazon.org.br/>>. Acesso em: Nov. 2015.

INESC. Instituto de Estudos Socioeconômicos. **A corrida por Megawatts: 30 hidrelétricas na Amazônia Legal**. Observatório de investimentos na Amazônia. Nota Técnica nº8. Brasília, Julho 2012. Disponível em : <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/notas-tecnicas/nts-2012/a-corrida-por-megawatts-30-hidreletricas-na-amazonia-legal/view>>. Acesso em : Jun. 2015.

ISA. Instituto Socioambiental. **Especial Belo Monte**. Cronologia histórica. [2000?]. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp#>>. Acesso em: Jun. 2015.

- JUSBRASIL. **Delator revela acerto prévio de preços nas obras de Belo Monte**. 2015. Disponível em: <<http://folhapolitica.jusbrasil.com.br/noticias/159432838/delator-revela-acerto-previo-de-precos-nas-obras-de-belo-monte>>. Acesso em: Jun. 2015.
- LAGO, A.A.C. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e a três conferências ambientais das Nações Unidas**. Brasília, DF: Thesaurus Editora, 2006.
- LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, Enrique (coord.). **A Complexidade Ambiental**. 2. ed.. São Paulo: Cortez, 2010.
- LEME ENGENHARIA. **Projeto Básico Ambiental: PBA da Usina Hidrelétrica de Belo Monte – versão final**. v.2.Setembro de 2011.
- LIMA, N.T. et al. A saúde na construção do Estado Nacional no Brasil: reforma sanitária em perspectiva histórica. In: LIMA, Nísia Trindade; GERSCHMAN, Silvia; EDLER, Flávio Coelho (orgs). **Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- LOCATELLI, C.A. **Comunicação e Barragens: o poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação da usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (Brasil)**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Faculdade de Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- LUZ, M.T. Notas sobre as Políticas de Saúde no Brasil de “Transição Democrática” – Anos 80. **Physis – Revista de Saúde Coletiva**. v. 1, n. 1, 1991. (Tradução revista, ampliada e adaptada do texto francês da autora intitulado “Notes sur les politiques recentes de santé dans le Brésil La transition démocratique- années 80”. Universidade de Paris VIII, 1988)
- MACNAGHTEN, P.; URRY, J. **Contested Natures**. London: Sage Publications, 1998.
- MAGALHÃES, S.B.; HERNANDEZ, F. D. M. Ciência, cientistas, democracia desfigurada, licenciamento ambiental sob constrangimento: o caso Belo Monte. In: ZHOURI, A. (Ed.). **As tensões no lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2011.
- MAGALHÃES, S. B.; HERNANDEZ, F. D. M. (org.). **Painel de Especialistas - Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. Belém, 29 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf>. Acesso em: maio 2015.
- MARQUES, A.C.S.; MARTINO, L.M.S. Deliberação online e opinião pública no caso do movimento Gota d’Água contra a usina de Belo Monte. **Contemporanea - Revista de Comunicação e Cultura**, v. 10, n. 3, p. 530-556, 2012.
- MEDAUAR, O. **Coletânea de legislação ambiental**. 9 ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2014.
- MELO, J.M. **Brasil democrático: comunicação e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2011. 210 p.
- MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. Editora Hucitec, Rio de Janeiro, 2008.
- _____. Saúde e Ambiente: uma relação necessária. In: CAMPOS, G.W.S. et al (Orgs). **Tratado de Saúde Coletiva**. 2. ed. Editora Hucitec – Fiocruz: São Paulo – Rio de Janeiro, 2009.

MONTEIRO, T. **As hidrelétricas do Madeira**: as lições não aprendidas que se repetem em Belo Monte. Editado pelo INESC para o Observatório de Investimentos na Amazônia. 2012. Disponível em : <http://observatorio.inesc.org.br/visualizar_estudos.php?id=47>. Acesso em: Mar. 2016.

MONTIBELLER FILHO, G. Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável: conceitos e princípios. **Textos de Economia**. Florianópolis. V.4 n.1., p.131-142, 1993

NASCIMENTO, S.M.. **Usina Hidrelétrica de Belo Monte**: o campo de forças no licenciamento ambiental e o discurso desenvolvimentista dos agentes políticos. 2011. 278 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2011. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

NORTE ENERGIA. **Comunicado à imprensa**. 02/09/2015. Disponível em: <<http://norteenergiasa.com.br/site/2015/09/02/nota-a-imprensa-8/>>. Acesso em: Mar. 2016.

_____. **Plano Operativo do PBA-CI UHE Belo Monte**. Brasília, DF: fevereiro de 2013a.

_____. **Relatório Semestral do Programa de Interação Social e Comunicação**: janeiro a julho de 2013b.

_____. **Relatório Semestral do Programa de Interação Social e Comunicação**: julho a dezembro de 2013c.

OLIVEIRA, V.C. Comunicação, informação e participação popular nos conselhos de saúde. **Revista Saúde & Sociedade**, maio-ago., p. 56-69, 2004.

ONU. **Declaração da Conferência de Estocolmo**, 5-6 de junho de 1972.

PAIM, J.;TRAVASSOS, C.;ALMEIDA, C.;BAHIA, L.;MACINKO, J. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. **The Lancet**. 2011; p.11-31. Disponível em: <[http://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(11\)60054-8/references.](http://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(11)60054-8/references.)>. Acesso em: Jun. 2016.

PALACIOS, E. M. G; et al. (Eds). **Introdução aos estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade)**. Madri: Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI); 2003.

PESSONI, A. Comunicação para a saúde na América Latina: território de pesquisa interdisciplinar. **Comunicação & Inovação**, v. 7, n. 12, 2010.

PINTO, L.F.. De Tucuruí a Belo Monte: a história avança mesmo? Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 7, n. 3, p. 777-782, set.-dez. 2012.

PITTA, A.M.R. Interrogando os campos da saúde e da comunicação: notas para o debate. In:_____ (org). **Visibilidades e Silêncios**. SãoPaulo: Editora Hucitec – Abrasco, 1995.

RESOLUÇÃO CONAMA 01/86In: MEDAUAR, O. **Mini Código Ambiental - Coletânea da Legislação de direito ambiental e Constituição Federal**. 10ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

RESOLUÇÃO CONAMA 237/97 In: MEDAUAR, O. **Mini Código Ambiental - Coletânea da Legislação de direito ambiental e Constituição Federal**. 10ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

RITTNER, D.;BITTENCOURT, R. **IBAMA nega licença para encher o lago de Belo Monte**. Valor Econômico. 22/09/2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4236962/ibama-nega-licenca-para-encher-o-lago-de-belo-monte>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

RODRIGUES, L.R.. **Ciência no tribunal**: as expertises mobilizadas no caso Belo Monte. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria.Santa Maria – RS, 2013.

SAIFI, S; DAGNINO, R.S. **Grandes projetos de desenvolvimento e implicações sobre as populações locais**: o caso da usina de Belo Monte e a população de Altamira, Pará. Anais do I Circuito de debates acadêmicos. CODE - 2011. IPEA. 2ª Conferência do Desenvolvimento, 2011.

SÁNCHEZ,L.E. **Avaliação de Impacto Ambiental**: conceitos e métodos.São Paulo: Editora Oficina de Textos, 2008.

SANTOS, J.M.L; MELLO, S.C.B.de. Os significados de Belo Monte no discurso das mídias sociais.**Comunicação Mídia e Consumo**, v. 11, n. 30, p. 13-36, 2014.

SILVA, J.P.C. **O planejamento de comunicação no licenciamento ambiental – os programas de comunicação social nos estudos de impacto ambiental de usinas hidrelétricas**. Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu MBE em Economia da Sustentabilidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

TORO, J.B. **A construção do público**: Cidadania, democracia e participação. Rio de Janeiro: SENAC RIO, 2005.

TORO, J.B.; WERNECK, N.M.D. **Mobilização Social**: um modo de construir a democracia e a participação.Brasília/DF: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de Recursos Hídricos. Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior - ABEAS: UNICEF, 1997.

VAINER, C.B. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. **Estudos Avançados**, v.21, n.59, p. 119-137, 2007.

VERÓN, E. Quando ler é fazer: a enunciação no discurso da imprensa escrita. In: _____. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Unisinos, 2004, p.215-238.

VIÉGAS, R.N. Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR, n. 19, p. 145-157, jan/jun, 2009.

VIEIRA, G. Especialista critica mudança em projeto de Belo Monte. **Revista Exame.com**. Publicado em 19/03/2014 Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/especialista-critica-mudanca-em-projeto-de-belo-monte-2>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

VILLAS-BÔAS, A.;et al. **Dossiê Belo Monte**. Não há condições para a Licença de Operação. Programa Xingu – Instituto Socioambiental. Junho de 2015. ISBN: 978-85-8226-026-5.Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossie-belo-monte-site.pdf>>. Acesso em: Fev. 2015.

WYNNE, B. Uncertainty and environmental learning: reconceiving science and policy in the preventive paradigm. **Global environmental change**, v. 2, n. 2, p. 111-127, 1992.

XINGU VIVO. **Belo Monte derruba presidente do Ibama**. Publicado em 12 de janeiro de 2011. Disponível em <<http://www.xinguvivo.org.br/2011/01/12/belo-monte-derruba-presidente-do-ibama/>>. Acesso em: maio 2015.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO 1

**ROTEIROS DO PROGRAMA RADIOFÔNICO
“CONVERSANDO SOBRE BELO MONTE”**

Programa 43

Tema: **Malária**

Link para o áudio:

http://www.elabore.com.br/siagi/upload_arquivos/1355224883730.zip

Roteiro programa de rádio 43
Conversando sobre Belo Monte

Prevenção da Malária

DATA: TÉCNICA	PROGRAMA 43	Lauda: 01 TEXTO LOC
VINHETA UM (-ABERTURA)	20 SEG	<p>É-CONVERSA BOA</p> <p>QUE A GENTE VAI LEVAR</p> <p>CONVERSANDO SOBRE BELO MONTE</p> <p>TODO O POVO VAI PODER PARTICIPAR</p> <p>(PERMANECE A MÚSICA E ENTRA LOCUTORES /HOMEM E MULHER/ LENDO O TEXTO ABAIXO:</p> <p>COMEÇA AGORA O PROGRAMA CONVERSANDO SOBRE BELO MONTE / AQUI VOCÊ VAI ACOMPANHAR PASSO A PASSO / A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE</p>
<p>TRILHA UM – MÚSICA INSTRUMENTAL SERTANEJA/</p> <p>O NÚMERO DE CASOS É MAIS BAIXO NO AUGE DO PERÍODO CHUVOSO E NO AUGE DA ESTIAGEM, E É MAIS ALTO DURANTE A VAZANTE DOS RIOS E O INÍCIO DAS CHUVAS.</p>		<p>D. JANDIRA: VICENTE! LÚCIA! PENSEI QUE VOCÊS NÃO VIESSEM MAIS...</p> <p>LÚCIA: E DEIXAR DE TOMAR O SEU MUNGUZÁ/NEM/PENSAR/DONA/JANDIRA</p> <p>VICENTE: CADÊ O SEU RAIMUNDO?</p> <p>D. JANDIRA: ESTAVA/LIMPANDO A CASA/ CAPINANDO O QUINTAL/OLHA ELE AÍ</p> <p>S. RAIMUNDO: PRONTO/ ESTÁ TUDO LIMPO/HOJE EU DURMO SOSSEGADO</p> <p>VICENTE: O QUE É QUE UMA COISA TEM A VER COM A OUTRA / SEU RAIMUNDO?</p> <p>S. RAIMUNDO: RAPAZ/ O CARAPANÃ/ NÃO ME DEIXOU DORMIR/ESTA NOITE</p> <p>D. JANDIRA: COMO ELE FICA ESCONDIDO DENTRO E FORA DA CASAS/UMA FAXINA GERAL ESPANTA O MOSQUITO</p> <p>S. RAIMUNDO: RAPAZ/É DAR O PÔR-DO-SOL/ E O CARAPANÃ COMEÇA A TOCAR VIOLINO /NO OUVIDO DA GENTE E A MÚSICA VAI ATÉ DE MANHÃ/</p>

Roteiro programa de rádio 43 Conversando sobre Belo Monte

Prevenção da Malária

DATA:	PROGRAMA 43	Lauda: 02
TÉCNICA		TEXTO LOC
TRILHA UM – MÚSICA INSTRUMENTAL SERTANEJA		<p>LÚCIA: É/NO EMBALO/DESSA/MÚSICA/ QUE/TODO/MUNDO/DANÇA/ VICENTE: ISSO PORQUE/É NA BOCA DA NOITE/ATÉ O AMANHECER/QUE O CARAPANÃ FERRA/E PASSA O PARASITA DA MALÁRIA/PARA O SANGUE DA GENTE D. JANDIRA: VOCÊ ATERROU AS POÇAS DE ÁGUA LÁ DO QUINTAL/RAIMUNDO? S. RAIMUNDO: MAS É CLARO/JANDIRA POÇA DA ÁGUA PARADA/ACABA VIRANDO CRIADOURO DE MOSQUITO VICENTE: COLOCAR TELAS/NAS PORTAS E JANELAS/ TAMBÉM DEIXA O CARAPANÃ E A MALÁRIA/BEM LONGE DAS CASAS LÚCIA: TAMBÉM É IMPORTANTE/USAR MOSQUITEIRO/NA HORA DE DORMIR VICENTE: TEM MAIS/DO ANOITECER AO AMANHECER/NÃO É BOM FICAR PERTO DA MATA/PESCAR/BANHAR NO RIO PRINCIPALMENTE NESTA ÉPOCA DO ANO</p>
VINHETA “FIQUE SABENDO” TRILHA “FIQUE SABENDO”		<p style="text-align: center;">VINHETA “FIQUE SABENDO”</p> <p>LOC (CA): EM JUNHO E JULHO/ A/BAIXA/ DO/XINGU/E/O/INÍCIO/DO/VERÃO AUMENTA O NÚMERO DE MOSQUITOS/ LOC (ELK): A PARTIR DAÍ/CRESCER TAMBÉM O DESMATE E AS QUEIMADAS LOC (CA): ASSIM/ O HOMEM DESTRÓI/A MORADIA NATURAL DO CARAPANÃ/QUE SÃO AS FLORESTAS</p>

Roteiro programa de rádio 43 Conversando sobre Belo Monte

Prevenção da Malária

DATA:	PROGRAMA 43	Lauda: 03
TÉCNICA		TEXTO LOC
		<p>LOC (ELK): E AÍ QUE ELE PASSA A MORAR NAS CIDADES E COMUNIDADES</p> <p>LOC (CA): E QUANDO ELE PASSA A SE ALIMENTAR DE SANGUE HUMANO</p> <p>LOC (ELK): CASO O MOSQUITO/ESTEJA INFECTADO COM O PARASITA / A PESSOA LEVA SÓ ALGUMAS SEMANAS/DEPOIS DA FERRADA/PARA APRESFNTAR OS PRIMEIROS SINTOMAS DA MALÁRIA/</p> <p>LOC (CA): É DOR DE TODO JEITO/NA CABEÇA/ NO CORPO/ COSTAS/BARRIGA...</p> <p>LOC (ELK): O DOENTE TEM FEBRE ALTA CALAFRIO/TONTURA/ENJÔO/VÔMITO...</p> <p>LOC (CA): TENDO ESTES SINTOMAS/ O DOENTE DEVE IR AO POSTO DE SAÚDE OU LABORATÓRIO DA MALÁRIA MAIS PRÓXIMO E FAZER EXAME DE SANGUE/</p> <p>LOC (ELK): O RESULTADO SAI RÁPIDO/E SE FOR POSITIVO/O DOENTE RECEBE REMÉDIOS E TRATAMENTO/ DE GRAÇA</p> <p>LOC (CA): QUANDO A MALÁRIA É DIAGNOSTICADA E TRATADA LOGO NO INÍCIO/A CURA É MAIS FÁCIL</p> <p>LOC (ELK): CASO ISSO NÃO OCORRA/A DOENÇA EVOLUI E PODE ATÉ MATAR PRINCIPALMENTE NO CASO DE ATINGIR IDOSOS/CRIANÇAS E GESTANTES</p> <p>LOC (CA): TAMBÉM É NECESSÁRIO FAZER O TRATAMENTO DE FORMA CORRETA</p>

Roteiro programa de rádio 43 Conversando sobre Belo Monte

Prevenção da Malária

DATA:	PROGRAMA 43	Lauda: 04
TÉCNICA		TEXTO LOC
TRILHA "FIQUE SABENDO"		<p>LOC (ELK): ISSO SIGNIFICA/TOMAR TODOS OS COMPRIMIDOS ATÉ ACABAR E NO HORÁRIO RECOMENDADO</p> <p>LOC (CA): ISSO PORQUE/OS REMÉDIOS DIMINUEM OS SINTOMAS DA DOENÇA/</p> <p>LOC (ELK): AÍ/O DOENTE ACHA QUE ESTÁ CURADO/DEIXA AS PÍLULAS DE LADO E NÃO COMPLETA O TRATAMENTO</p> <p>LOC (CA): DURANTE A MEDICAÇÃO/O DOENTE PODE COMER DE UIM TUDO</p> <p>LOC (ELK): MAS DEVE EVITAR BEBIDAS ALCOÓLICAS/COMO CACHAÇA/CERVEJA</p> <p>LÚCIA: DONA JANDIRA/HOJE/A MALÁRIA É MUITO COMUM/NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA/DE/INFLUÊNCIA/DE/ BELO MONTE</p> <p>VICENTE: SABENDO DISSO/A NORTE ENERGIA /TEM UM PLANO DE CONTROLE DA DOENÇA/QUE IRÁ DURAR SEIS ANOS.</p> <p>LÚCIA: A META É REDUZIR A MALÁRIA EM ALTAMIRA/PACAJÁ E ANAPU/ ONDE OCORRE/ A MAIOR PARTE DOS CASOS</p> <p>VICENTE: OUTRA/AÇÃO/ É EVITAR QUE A TRANSMISSÃO DA DOENÇA AUMENTE/ DURANTE A CONSTRUÇÃO E COM A OPERAÇÃO DA USINA DE BELO MONTE</p> <p>LÚCIA: POR ISSO/A EMPRESA FIRMOU PARCERIA COM AS SECRETARIAS DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS E DO GOVERNO DO ESTADO</p>

Roteiro programa de rádio 43 Conversando sobre Belo Monte

Prevenção da Malária

DATA:	PROGRAMA 43	Lauda: 05
TÉCNICA		TEXTO LOC
TRILHA "FIQUE SABENDO"		<p>VICENTE: A EMPRESA TEM FORNECIDO PROFISSIONAIS DE SAÚDE/VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS ...</p> <p>LÚCIA: E VEM REFORMANDO E CRIANDO POSTOS DE SAÚDE/ HOSPITAIS...</p> <p>VICENTE: TODO ESTE INVESTIMENTO/VAI GARANTIR QUE SE PONHA EM PRÁTICA AS AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA MALÁRIA/E DE OUTRAS DOENÇAS</p> <p>LÚCIA: POR EXEMPLO/TODOS OS CASOS E LOCAIS/ONDE A MALÁRIA APARECER VÃO SER REGISTRADOS E ANALISADOS</p> <p>VICENTE: ISSO PERMITE COMBATER A DOENÇA/ ONDE ELA REALMENTE ESTÁ</p> <p>LÚCIA: E A TEMPO DE EVITAR/QUE ELA SE ALASTRE PARA OUTROS LOCAIS</p> <p>VICENTE: OUTRA AÇÃO É IDENTIFICAR A DOENÇA/ NUMA PESSOA /LOGO INÍCIO</p> <p>LÚCIA: QUANDO ISSO ACONTECE/A MALÁRIA TEM CURA /E O DOENTE NÃO CORRE O RISCO DA DOENÇA EVOLUIR/SE AGRAVAR E ATÉ MATAR/</p> <p>VICENTE: E QUANTO MENOS DOENTES HOUVER/MENOR SERÁ A QUANTIDADE DE MOSQUITOS INFECTADOS/O QUE REDUZ A TRANSMISSÃO DA DOENÇA/</p> <p>LÚCIA: ESSA REDUÇÃO TAMBÉM É FEITA ATRAVÉS DA VIGILÂNCIA E CONTROLE DOS CARAPANÃS DA MALÁRIA</p>

Roteiro programa de rádio 43 Conversando sobre Belo Monte

Prevenção da Malária

DATA:	PROGRAMA 43	Lauda: 06
TÉCNICA		TEXTO LOC
		<p>VICENTE: ISSO É FEITO COM O USO DE INSETICIDAS/NOS CRIADOUROS DOS MOSQUITOS/DENTRO DAS CASAS...</p> <p>LÚCIA: JÁ AS AÇÕES EDUCATIVAS E TREINAMENTOS/VISAM INCENTIVAR A POPULAÇÃO/A AJUDAR NO CONTROLE DO CARAPANÃ E A PREVENIR A DOENÇA</p> <p>S. RAIMUNDO: RAPAZ/DESSE JEITO/A DANADA DA MALÁRIA/ NÃO VAI MAIS SE ESPALHAR/E MOLESTAR A POPULAÇÃO</p> <p>D. JANDIRA: E NO FINAL DAS CONTAS QUEM VAI ACABAR SE FERRANDO/É O CARAPANÃ DA MALÁRIA</p>
		<p>LOC(ELK):ESTE PROGRAMA FOI PRODUZIDO PELA NORTE ENERGIA/ LOC (CA): USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE</p>

Programa 45

Tema: Prevenção da Dengue

Apoio PBA: 8 - PLANO de Saúde Pública / 8.2-Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças

Link para o áudio:

http://www.elabore.com.br/siagi/upload_arquivos/1372111018356.zip

Roteiro:

Roteiro programa de rádio XX

Conversando sobre Belo Monte

AÇÕES DE PREVENÇÃO À DENGUE

DATA: TÉCNICA	PROGRAMA XX	Lauda: 01
VINHETA UM (-ABERTURA)	20 SEG	<p>TEXTO LOC</p> <p>E-CONVERSA BOA</p> <p>QUE A GENTE VAI LEVAR</p> <p>CONVERSANDO SOBRE BELO MONTE</p> <p>TODO O POVO VAI PODER PARTICIPAR</p> <p>(PERMANECE A MÚSICA E ENTRA LOCUTORES /HOMEM E MULHER/ LENDO O TEXTO ABAIXO:</p> <p>COMEÇA AGORA O PROGRAMA CONVERSANDO SOBRE BELO MONTE / AQUI VOCÊ VAI ACOMPANHAR PASSO A PASSO / A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE</p>
		<p>D.JANDIRA: ÊI-TÁ/QUE ESTE INVERNO PROMETE/É CHUVA ATRÁS DE CHUVA</p> <p>LÚCIA: DONA JANDIRA/ ATÉ MARÇO /ABRIL/ AINDA VAI CHOVER É MUITO</p> <p>S. RAIMUNDO: LÚCIA/NESSA ÉPOCA/ É BOM TOMAR CUIDADO COM O MOSQUITO DA DENGUE</p> <p>VICENTE: TEM RAZÃO/ SEU RAIMUNDO/ CADA MOSQUITO DA DENGUE/PODE PÔR CENTENAS DE OVOS/NUM ÚNICO MÊS</p> <p>LÚCIA: OS OVOS DURAM ATÉ UM ANO DENTRO DE GARRAFAS/VASOS/PNEUS/ TAMPAS/ COPOS/ BACIAS/CAIXAS/POTES</p> <p>LÚCIA: COM AS CHUVAS/ESTES OBJETOS FICAM CHEIOS DE ÁGUA EMPOÇADA</p> <p>VICENTE: NO CONTATO COM A ÁGUA/ OS OVOS ESTOURAM/E SURGEM AS LARVAS</p> <p>LÚCIA: UNS DEZ DIAS DEPOIS/AS LARVAS SE TRANSFORMAM EM MOSQUITOS</p>

Roteiro programa de rádio XX
Conversando sobre Belo Monte

AÇÕES DE PREVENÇÃO À DENGUE

DATA:	PROGRAMA XX	Lauda: 02
TÉCNICA		TEXTO LOC
		<p>VICENTE: ASSIM/ UMA SIMPLES TAMPA DE CERVEJA/VIRA UM FOCO DA DOENÇA</p> <p>D. JANDIRA: POIS AQUI EM CASA, A GENTE VAI BOTAR O MOSQUITO DA DENGUE PRA CORRER.</p> <p>S.RAIMUNDO: EU CAPINEI E ATERREI O QUINTAL/NÃO TEM UMA POÇA D'ÁGUA</p> <p>D. JANDIRA: E EU/GENTE/ CATEI E LIMPEI TUDO O OBJETO QUE PODE ACUMULAR ÁGUA/ENCONTRADO NO QUINTAL</p> <p>S.RAIMUNDO: PARTE DO PAPEL/VIDRO E METAL/A GENTE DEU PARA O PESSOAL QUE TRABALHA COM RECICLAGEM</p> <p>D.JANDIRA: AS GARRAFAS/A BACIA DE ROUPA/VASO DE PLANTA/PNEU VELHO TUDO ESTÁ EM LUGAR SECO E COBERTO</p> <p>S.RAIMUNDO: TODA SEMANA/A GENTE LIMPA OS RALOS E AS CALHAS/PARA NÃO ENTUPIR E ACUMULAR ÁGUA PARADA</p> <p>S.RAIMUNDO: O SACO DE LIXO FICA ABRIGADO DA CHUVA E DOS ANIMAIS ATÉ SER ENTREGUE NO CARRO COLETOR</p> <p>VICENTE: PESSOAL/VOCÊS ESTÃO CERTOS NA MAIORIA DOS CASOS DE DENGUE/O DOENTE MORA EM LOCAL ONDE EXISTEM CRIADOUROS/OS FOCOS DO MOSQUITO</p> <p>LÚCIA: PORISSO/É BOM FAZER ESTA LIMPEZA A CADA SEMANA</p>

Roteiro programa de rádio XX
Conversando sobre Belo Monte

AÇÕES DE PREVENÇÃO À DENGUE

DATA:	PROGRAMA XX	Lauda: 03
TÉCNICA		TEXTO LOC
		<p>VICENTE: A VIZINHANÇA TAMBÉM DEVE ASSUMIR O COMPROMISSO DE ACABAR COM OS FOCOS DE DENGUE QUE EXISTEM NA RUA/ E NA CASA DELES...</p> <p>LÚCIA: SENÃO/O MOSQUITO QUE SAIU LÁ DE LONGE/VEM AQUI/SUGA O SANGUE DE VOCÊS/PASSA O VÍRUS DA DENGUE/ E TODO MUNDO ACABA COM A DOENÇA</p> <p>S. RAIMUNDO: ISSO NÃO É JUSTO/A GENTE TEM TODO ESTE TRABALHO/E ADOECE POR CAUSA DO MOSQUITO DO VIZINHO/</p> <p>LÚCIA: SEU RAIMUNDO/PARA EVITAR PEGAR A DOENÇA/É PRECISO A PARTICIPAÇÃO DE TODA COMUNIDADE</p> <p>VICENTE: OS AGENTES DE COMBATE A DENGUE TAMBÉM SÃO IMPORTANTES</p> <p>LÚCIA: ELES APLICAM UM LÍQUIDO/QUE ACABA COM AS LARVAS/ANTES QUE ELAS CRESÇAM E VIREM MOSQUITOS</p> <p>VICENTE: OS LARVICIDAS SÃO APLICADOS EM LOCAIS DE DIFÍCIL ACESSO/COMO LAJE/ FORRO/TELHADO/CAIXA D'ÁGUA...</p> <p>D.JANDIRA: É O QUE EU DIGO/RAIMUNDO COM A DENGUE/</p> <p>S. RAIMUNDO: PODE DEIXAR/JANDIRA HOJE MESMO EU VOU TROCAR A TELA DE PROTEÇÃO/DAS PORTAS E JANELAS</p>

Roteiro programa de rádio XX
Conversando sobre Belo Monte

AÇÕES DE PREVENÇÃO À DENGUE

DATA:	PROGRAMA XX	Lauda: 04
TÉCNICA		TEXTO LOC
		<p>VICENTE: GENTE/OUTRA COISA/O MOSQUITO COSTUMA PICAR NO INÍCIO DA MANHÃ/E NO FIM DA TARDE</p> <p>LÚCIA: MAS É BOM LEMBRAR/ELE FERRA TAMBÉM À NOITE/E SEM FAZER ZOADA</p> <p>VICENTE: POR ISSO/NA HORA DE DORMIR AS CAMAS E REDES DEVEM ESTAR COBERTAS COM MOSQUITEIROS</p>
VINHETA "FIQUE SABENDO"		VINHETA "FIQUE SABENDO"
		<p>LOC (CA): A NORTE ENERGIA APOIA O SERVIÇO DE CONTROLE/PREVENÇÃO/E TRATAMENTO DA DENGUE/</p> <p>LOC (EK): O SERVIÇO É FEITO JUNTO COM AS PREFEITURAS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA/DE BELO MONTE/</p> <p>LOC (CA): E EM PARCERIA/COM O GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL/</p> <p>LOC (EK): PARA ISSO/OS POSTOS DE SAÚDE E HOSPITAIS ESTÃO EQUIPADOS</p> <p>LOC (CA): NOVAS EQUIPES DE SAÚDE FORAM TREINADAS E CONTRATADAS</p> <p>LOC (EK): AS REGIÕES ONDE PODEM SURTIR FOCOS DA DOENÇA/ESTÃO IDENTIFICADAS E SOB VIGILÂNCIA.</p>
		<p>S. RAIMUNDO: DEPOIS DA PICADA DO MOSQUITO/ INFECTADO COM O VÍRUS / EM QUANTO TEMPO SURGE A DENGUE?</p>

Roteiro programa de rádio XX
Conversando sobre Belo Monte

AÇÕES DE PREVENÇÃO À DENGUE

DATA:	PROGRAMA XXX	Lauda: 05
TÉCNICA		TEXTO LOC
		<p>VICENTE: EM MÉDIA/DE CINCO A SEIS DIAS</p> <p>D.JANDIRA: QUAIS SÃO OS SINTOMAS?</p> <p>LÚCIA: FEBRE/DORES NA CABEÇA E NAS ARTICULAÇÕES DO CORPO</p> <p>VICENTE: APARECENDO OS SINTOMAS/É PRECISO IR AO POSTO DE SAÚDE MAIS PERTO/E FAZER UM EXAME DE SANGUE/ PARA CONFIRMAR OU NÃO/A DOENÇA</p> <p>LÚCIA: E A PESSOA QUE ESTÁ COM SUSPEITA DE DENGUE/DEVE FICAR EM REPOUSO E BEBER BASTANTE LÍQUIDO</p> <p>S.RAIMUNDO: A DENGUE PODE MATAR?</p> <p>VICENTE: DEPENDE DO DOENTE E DO TIPO DE DENGUE QUE ELE PEGOU</p> <p>LÚCIA: EM TODO CASO/SE A PESSOA FOR TRATADA NO TEMPO CERTO/ELA NÃO CORRE O RISCO DE MORRER</p> <p>D.JANDIRA: EU POSSO PEGAR DENGUE DE UMA PESSOA QUE TEM A DOENÇA?</p> <p>VICENTE: DE JEITO NENHUM/A DENGUE NÃO PASSA ATRAVÉS DO CONTATO DE UM DOENTE COM UMA PESSOA SÁDIA</p> <p>LÚCIA: A PESSOA SÓ PEGA DENGUE/SE ELE FOR FERRADA PELO MOSQUITO</p> <p>S. RAIMUNDO: ENTÃO/O NEGÓCIO É A GENTE FERRAR COM O MOSQUITO/ANTES DE ELE NOS FERRAR E NOS DEIXAR DOENTES</p>

Roteiro programa de rádio XX
Conversando sobre Belo Monte

AÇÕES DE PREVENÇÃO À DENGUE

DATA:	PROGRAMA XXX	Lauda: 06
TÉCNICA		TEXTO LOC
		LOC (CA): PREVENIR E TRATAR DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS/É MAIS UM COMPROMISSO DA NORTE ENERGIA
		LOC (CA): TIRE SUA DÚVIDA SOBRE BELO MONTE/PELO TELEFONE ZERO OITOCENTOS/ZERO NOVENTA E UM/VINTE E OITO DEZ/A LIGAÇÃO É GRÁTIS LOC (ELK): ESTE PROGRAMA FOI PRODUZIDO PELA NORTE ENERGIA/ LOC (CA): USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

Programa 46

Tema: Prevenção à Malária

Apoio PBA: 8 - PLANO de Saúde Pública

Link para o áudio:

http://www.elabore.com.br/siagi/upload_arquivos/1378411363325.zip

Roteiro:

Roteiro Programa de Rádio 46
Conversando sobre Belo Monte
AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE À MALÁRIA

Redator:	Data:	PROGRAMA 46	Lauda: 01
TÉCNICA		TEXTO LOC	
VINHETA UM (-ABERTURA)	20 SEG	<p>É ÉTA PROSA BOA QUE A GENTE VAI LEVAR CONVERSANDO SOBRE BELO MONTE TODO O POVO VAI PODER PARTICIPAR (PERMANECE A MÚSICA E ENTRA LOCUTORES /HOMEM E MULHER/ LENDO O TEXTO ABAIXO: COMEÇA AGORA O PROGRAMA CONVERSANDO SOBRE BELO MONTE / AQUI VOCÊ VAI ACOMPANHAR PASSO A PASSO / A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE</p> <p>VICENTE: E AÍ SEU RAIMUNDO/DONA JANDIRA/APROVEITARAM AS FÉRIAS DE JULHO? SEU RAIMUNDO: VICENTE/NÓS FOMOS NA CASA DE UNS PARENTES /LÁ EM SENADOR JOSÉ PORFÍRIO/E HAJA PRAIA/PEIXE FRITO... D.JANDIRA: E DEPOIS NÓS FOMOS PARA A FAZENDA DA MINHA IRMÃ/LÁ EM BRASIL NOVO LÚCIA: SEU RAIMUNDO/DONA JANDIRA/AS FÉRIAS DE VOCÊS/ DEVE TER SIDO BOA/MAS VOCÊS FICARAM DE OLHONO MOSQUITO DA MALÁRIA? SEU RAIMUNDO: MAS LÚCIA/OS CASOS DE MALÁRIA NÃO HAVIAM DIMINUÍDO AQUI NA NOSSA REGIÃO? VICENTE: DIMINUIU/E MUITO/NO ANO PASSADO O NÚMERO DE DOENTES CAIU EM MAIS DE TRINTA POR CENTO</p>	

Roteiro Programa de Rádio 46
Conversando sobre Belo Monte
AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE À MALÁRIA

Redator:	PROGRAMA 46	Lauda: 02
VINHETA FIQUE SABENDO		VINHETA FIQUE SABENDO
		<p>LOC (1): EM 2012/O PLANO DE AÇÕES PARA CONTROLE DA MALÁRIA/DA NORTE ENERGIA/ EVITOU QUE QUARENTA E CINCO MIL PESSOAS PEGASSEM A DOENÇA</p> <p>LOC (2): MAS É SEMPRE BOM FICAR ATENTO/PORQUE O MOSQUITO DA MALÁRIA NÃO TIRA FÉRIAS/E CONTINUA POR AÍ FERRANDO MUITA GENTE</p> <p>LOC (1): POR ISSO/É PRECISO SE PREVENIR E EVITAR LOCAIS ONDE EXISTAM MOSQUITOS/EM ESPECIAL DO FINALZINHO DA TARDE /ATÉ O AMANHECER.....</p> <p>LOC (2): NA HORA DE DORMIR/USE MOSQUITEIRO E ROUPAS COMPRIDAS QUE PROTEJAM O CORPO/PARA EVITAR A FERRADA DO MOSQUITO</p> <p>LOC (1): E NÃO SE ESQUEÇA DE USAR REPELENTE/PRINCIPALMENTE SE ESTIVER NA PRAIA/ILHA OU NUMA FAZENDA</p> <p>LOC (2): VALE A PENA TAMBÉM POR TELAS NAS PORTAS E JANELAS/PARA O MOSQUITO NÃO ENTRAR EM CASA</p> <p>LOC (1): E ATERRAR LOCAIS COM ÁGUA PARADA/ PARA EVITAR A CRIAÇÃO DAS LARVAS E O SURGIMENTO DOS MOSQUITOS</p>

Roteiro Programa de Rádio 46
Conversando sobre Belo Monte
 AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE À MALÁRIA

Redator:	PROGRAMA 46	Lauda: 03
TÉCNICA		TEXTO LOC
		<p>VICENTE: SEU RAIMUNDO/ O PROBLEMA MAIOR É O PARASITA DA MALÁRIA/ QUE INFECTA TANTO O MOSQUITO /QUANTO O HOMEM/</p> <p>LÚCIA: SE UM MOSQUITO INFECTADO COM O PARASITA/ FERRA UMA PESSOA SADIA/ELA PODE VIR A DESENVOLVER A DOENÇA</p> <p>VICENTE: AGORA/ SE UM DOENTE DE MALÁRIA/FOR PICADO POR UM CARAPANÃ SADIO/QUE NÃO TENHA O PARASITA/ ESTE CARAPANÃ PASSA A TRANSMITIR A DOENÇA.</p> <p>LÚCIA: ESTE PROCESSO É CHAMADO DE CADEIA DE TRANSMISSÃO DA DOENÇA/NESSE CASO/ DA MALÁRIA/</p> <p>VICENTE: É POR ISSO QUE O PLANO DE CONTROLE DA MALÁRIA /TEM COMO FOCO PRINCIPAL /TRATAR O DOENTE</p> <p>LÚCIA: E AO MESMO TEMPO QUEBRAR A CADEIA DE TRANSMISSÃO DA DOENÇA/E IMPEDIR QUE A MALÁRIA SE ESPALHE NA NOSSA REGIÃO</p> <p>LÚCIA: SENDO ASSIM/É IMPORTANTE QUE DEPOIS DAS FÉRIAS/SE VOCÊS SENTIREM FEBRE OU MAL ESTAR/PROCUREM LOGO UM POSTO DE SAÚDE/</p>

Roteiro Programa de Rádio 46
Conversando sobre Belo Monte
AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE À MALÁRIA

Redator:	PROGRAMA 46	Lauda: 04
TÉCNICA		TEXTO LOC
		LÚCIA: SÓ DESTA FORMA/É POSSIVEL TER O TRATAMENTO E O REMÉDIO CERTOS PARA TRATAR DA MALÁRIA
VINHETA FIQUE SABENDO		VINHETA FIQUE SABENDO
		<p>LOC (1): COM A EXPANSÃO DA REDE DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO - DA MALÁRIA/AUMENTOU A QUANTIDADE DE PESSOAS QUE ESTÃO FAZENDO O DIAGNÓSTICO DA DOENÇA</p> <p>LOC (2): OUTRA COISA IMPORTANTE É CONHECER QUAIS OS SINTOMAS QUE SURGEM NO DOENTE DE MALÁRIA</p> <p>LOC (1): OS SINTOMAS SÃO/FEBRE ENJÔO/CALAFRIO// MUITO SUOR//</p> <p>LOC (2): DORES DE CABEÇA E NO RESTO DO CORPO</p> <p>LOC (1):TONTEIRAS//VÔMITOS// FRAQUEZA// -</p> <p>LOC (2): TENDO ALGUNS DESTES SINTOMAS//É BOM PROCURAR COM URGÊNCIA O POSTO DE MALÁRIA MAIS PRÓXIMO/PARA CONFIRMAR SE ESTÁ OU NÃO COM A DOENÇA</p> <p>LOC (1): SE A MALÁRIA FOR CONFIRMADA/ É IMPORTANTE SEGUIR O TRATAMENTO ATÉ O FIM/ TOMANDO TODOS OS REMÉDIOS/ NA</p>

Roteiro Programa de Rádio 46
Conversando sobre Belo Monte
AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE À MALÁRIA

		HORACERTA
Redator:	PROGRAMA 46	Lauda: 05
TÉCNICA		TEXTO LOC
		<p>LOC (2): TAMBÉM É PRECISO SEGUIR AS AÇÕES DE PREVENÇÃO / PARA NÃO PEGAR A DOENÇA</p> <p>LOC (2): POR EXEMPLO/É BOM EVITAR LOCAIS ONDE EXISTAM CARAPANÃS DO FINAL DA TARDE /ATÉ O AMANHECER...</p> <p>LOC (1): QUANDO FOI DORMIR/ É ACONSELHÁVEL DORMIR PROTEGIDO COM MOSQUITEIRO...</p> <p>LOC (2): OUTRA MEDIDA IMPORTANTE/ É COLOCAR TELAS NAS PORTAS E JANELAS...</p>
		<p>S.RAIMUNDO: É POR ISSO QUE NAS FÉRIAS/EU E A JANDIRA /TOMAMOS TODO O CUIDADO/PARA NÃO DAR CHANCE PARA O MOSQUITO DA MALÁRIA</p> <p>D.JANDIRA: POIS É/SE DEPENDER DE NÓS/AO INVÉS DO MOSQUITO FERRAR A GENTE/A GENTE É QUE FERRA O MOSQUITO</p>

Roteiro Programa de Rádio 46
Conversando sobre Belo Monte
AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE À MALÁRIA

TRILHA UM – MÚSICA INSTRUMENTAL SERTANEJA		LOC (1): ESTE PROGRAMA FOI PRODUZIDO PELA NORTE ENERGIA LOC (2): USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE
--	--	---